

**FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO**  
**ESCOLA DE GOVERNO PROFESSOR PAULO NEVES DE CARVALHO**  
**Curso Superior de Administração Pública**

Pedro Henrique Bragança dos Santos

**O PRONATEC EM MINAS GERAIS: análise do perfil e da correspondência  
entre oferta e demanda por rede ofertante no período de 2012 a 2014**

Belo Horizonte

2016

Pedro Henrique Bragança dos Santos

**O PRONATEC EM MINAS GERAIS: análise do perfil e da correspondência  
entre oferta e demanda por rede ofertante no período de 2012 a 2014**

Monografia apresentada ao Curso Superior de Administração Pública, da Escola de Governo Professor Paulo Neves de Carvalho, da Fundação João Pinheiro, como requisito parcial para obtenção do título de Bacharel em Administração Pública.

Orientador: Pro. Me. Marcos Arcanjo Assis.

Belo Horizonte

2016

S237p

Santos, Pedro Henrique Bragança dos.

O Pronatec em Minas Gerais: análise do perfil e da correspondência entre oferta e demanda por rede ofertante no período de 2012 a 2014 / Pedro Henrique Bragança dos Santos. -- 2016.

108 p. : il.

Monografia (Curso Superior em Administração Pública) – Escola de Governo Professor Paulo Neves de Carvalho, Fundação João Pinheiro.

Orientador(a): Marcos Arcanjo Assis

Referência: 104-108

1. Política Educacional - Minas Gerais 2. Pronatec. 3. Ensino técnico – Minas Gerais. 4. Ensino profissional – Minas Gerais. I. Assis, Marcos Arcanjo. II. Título.

CDU 373.62(815.1)

Pedro Henrique Bragança dos Santos

**O PRONATEC EM MINAS GERAIS: análise do perfil e da correspondência  
entre oferta e demanda por rede ofertante no período de 2012 a 2014**

Monografia apresentada ao Curso Superior de Administração Pública, da Escola de Governo Professor Paulo Neves de Carvalho, da Fundação João Pinheiro, como requisito parcial para obtenção do título de Bacharel em Administração Pública.



Prof. Me. Marcos Arcanjo Assis – Fundação João Pinheiro (Orientador)



Prof. Dr. Bruno Diniz Lazzarotti – Fundação João Pinheiro (Banca Examinadora)



Profª. Drª. Juliana de Lucena Ruas Riani – Fundação João Pinheiro (Banca Examinadora)

Belo Horizonte, 22 de junho de 2016

Dedico à minha família pelo apoio e incentivo,  
em especial à minha mãe, por me ensinar o  
prazer de estudar.

## AGRADECIMENTOS

*Ao fim de mais uma jornada, é preciso reconhecer aqueles que me auxiliaram em toda essa caminhada no ensino superior.*

*Em primeiro lugar, gostaria de agradecer meus familiares, em especial meus pais e meu irmão, que deram todo apoio e incentivo, mesmo nos momentos de turbulência. Os conselhos de vocês foram primordiais para o meu crescimento na caminhada do ensino superior.*

*Em segundo lugar gostaria de agradecer aos meus amigos do 30º Comando (André Guimarães, Arthur Cheib, Bruno Rozenberg, Henrique Alves de Castro, Gutemberg Andrade e os agregados Guilherme Pessoa e Gean Fernandes). Agradeço também ao pessoal da Consultoria João Pinheiro Jr. que me proporcionou a oportunidade de iniciar minha vida profissional. Não poderia deixar de agradecer ao pessoal da Gestão Diversifica! Os quais aceitaram o desafio de compor uma chapa para gerir o Diretório Acadêmico de nossa faculdade, mesmo com todas as adversidades inerentes deste tipo de intento.*

*Agradeço a todos os professores que contribuíram para que esta monografia saísse (Professor Alexandre Queiróz, Bruno Lazzarotti), principalmente meu orientador Marcos Arcanjo. Todo esforço valeu a pena ser feito! Que esta vitória seja o início de inúmeras outras!*

## RESUMO

No século XX, o aporte de recursos governamentais em políticas de educação profissional foi expressivo, e se deveu principalmente às mudanças ocorridas na matriz tecnológica e à crise de desemprego ocorrida na década de 1970 nos países europeus. No Brasil, por sua vez, nota-se uma trajetória de variações no desenho e nos objetivos das políticas de educação profissional. Nos últimos 13 anos foram implementadas várias políticas nesta área, as quais visam a diminuição do desemprego. O Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec) se alinha ao objetivo da melhoria da qualidade da educação profissional que leve à maior inserção profissional. Este trabalho analisa o perfil e a correspondência oferta demanda de cursos pelo Pronatec em Minas Gerais no período de 2012 a 2014, em perspectiva comparada entre as instituições que compõem a rede ofertante do programa no estado. Será cotejado o perfil dos egressos quanto à idade e escolaridade e o seu marco legal relativo à focalização do programa. A oferta será estudada a partir de dois pontos de vista: o primeiro relaciona os três cursos com mais egressos nas microrregiões e suas vocações econômicas microrregionais, identificadas pelo estudo a Herkenhoff e Prates (2015). O segundo examina a relação desses cursos com o movimento admissão desligamento de ocupações similares a eles no período analisado, através de dados do Cadastro Geral de Emprego e Desemprego (CAGED) do MTE. Para isso, realizou-se pesquisa bibliográfica sobre as políticas de educação educacional e seu histórico de implementação no Brasil, pesquisa documental do arcabouço normativo e legal do Pronatec e análise descritiva de registros administrativos oriundos da base de dados da Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica do (MEC), órgão gestor do programa. Os resultados mostraram que o perfil dos egressos é aderente à lei do programa que dispõe sobre o seu público, isto é, o Pronatec em Minas Gerais atende, em maioria, a estudantes de ensino médio e jovens. Observou-se, também, diferenças no perfil dos egressos entre as redes ofertantes com relação ao sexo e a escolaridade. Os cursos com maior número de egressos, em geral, não correspondem às vocações econômicas microrregionais. No entanto, notou-se maior correspondência entre os cursos com mais egressos e o movimento admissão demissão de ocupações similares. A partir dos resultados, conclui-se que a perfil do programa é adequada, porém há um descompasso entre a oferta de cursos e as demandas de qualificação para o mercado de trabalho.

**Palavras-Chave:** Políticas de Educação Profissional, Pronatec, Minas Gerais

## ABSTRACT

In the twentieth century, the investment of government resources in vocational education policy was significant, which was mainly due to changes in the technological matrix and the unemployment crisis in the 1970s in European countries. In Brazil, there is a history of variations in the design and objectives of professional education policies. The last 13 years, it has been implemented various policies in this area, which aim to reduce unemployment. O Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec) aligns with the goal of improving the quality of professional education leading to greater employability. This undergraduate thesis analyses the coverage and match supply demand courses at Pronatec in Minas Gerais in 2012 to 2014, from a comparative perspective between the institutions that make up the network offer of the program in the state. It was analysed the profile of graduates in age and education and its legal framework on the program's focus. The offer will be studied from two points of views: the first lists the three courses with more graduates in the regions and their micro-regional economic vocations, identified by the study Herkenhoff & Prates (2015). The second examines the relationship of these courses with the movement admission resignation similar occupations to them during the period analysed by the Cadastro Geral de Emprego e Desemprego (CAGED). For this, there was literature on educational education policies and their implementation history in Brazil, documentary research of the regulatory and legal framework of Pronatec and descriptive analysis of administrative records arising from the Secretariat database of Vocational and Technological (MEC), program management agency. The results showed that the profile of graduates is adherent to the program law has on your audience, the Pronatec in Minas Gerais meets, mostly, the high school students and young people. There were also differences in the profile of graduates among the offerors networks with regard to sex and education. Courses with the highest number of graduates in general do not correspond to micro-regional economic vocations. However, it was noted greater correspondence between courses with more graduates and movement admission dismissal of similar occupations. From the results, it is concluded that the program profile it is formed by a young people who is ending the secondary school, but there is a mismatch between the supply of courses and qualification demands for the labour market.

**Keywords:** Professional Education Policy, Pronatec, Minas Gerais

## **Lista de Siglas**

CAGED – Cadastro Geral de Empregados e Desempregados

CEFET – Centro Federal de Educação Tecnológica

FIC – Formação Inicial e Continuada

IFET – Instituto Federal de Educação Tecnológica

LDB – Lei de Diretrizes e bases da educação

OCDE - Organização de Cooperação e de Desenvolvimento Econômico

PlanSeQ – Plano Setorial de Qualificação

PlanTeQ – Plano Territorial de Qualificação

PNQ – Plano Nacional de Qualificação

PROEJA - Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica, na Modalidade de Jovens e Adultos

ProEsQs – Plano Especial de Qualificação

PROJOVEM - Programa Nacional de inclusão de Jovens

PRONATEC – Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego

SENAC – Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial

SENAI - Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial

SENAR – Serviço Nacional de Aprendizagem Rural

SENAT – Serviço Nacional de Aprendizagem do Transporte

## **Lista de Figuras**

Figura 1 - A Reestruturação de educação do ensino médio e profissional brasileiro após a lei 9.394/96 e o decreto 2.208/97 .....	35
Figura 2 - Atores envolvidos na operacionalização do Pronatec e suas atribuições .....	47

## **Lista de Gráficos**

Gráfico 1 - Execução Financeira Pronatec 2012-2014, Minas Gerais. ....	50
Gráfico 2 - Distribuição dos egressos do Pronatec por rede ofertante, Minas Gerais, 2012-2014.....	60
Gráfico 3 - Distribuição dos egressos do Pronatec por cor, Minas Gerais – 2012-2014.....	61
Gráfico 4- Distribuição dos egressos do Pronatec por escolaridade, Minas Gerais 2012-2014.....	62

## Lista de Tabelas

Tabela 1- Transferências anuais de recursos aos parceiros ofertantes do Pronatec de 2011 a maio de 2014, em reais .....	49
Tabela 2 - Matrículas Pronatec por Rede de Ensino 2011-2014 .....	49
Tabela 3 - Percentual de egressos nos três cursos com mais egressos, por sexo, microrregião Belo Horizonte, rede SENAI, 2012-2014 .....	65
Tabela 4 - Percentual de egressos nos três cursos com mais egressos, por sexo, microrregião Juiz de Fora, rede SENAI, 2012-2014.....	66
Tabela 5 - Percentual de egressos nos três cursos com mais egressos, por sexo, microrregião Itabira, rede SENAI, 2012-2014.....	67
Tabela 6 - Percentual de egressos nos três cursos com mais egressos, por sexo, microrregião Belo Horizonte, SENAC, 2012-2014 .....	71
Tabela 7 - Percentual de egressos nos três cursos com mais egressos, por sexo, microrregião Uberlândia, SENAC, 2012-2014.....	73
Tabela 8 - Percentual de egressos nos três cursos com mais egressos, por sexo, microrregião Araxá, SENAC, 2012-2014 .....	74
Tabela 9 - Percentual de egressos nos três cursos com mais egressos, por sexo, microrregião Muriaé, SENAC, 2012-2014 .....	77
Tabela 10 - Percentual de egressos nos três cursos com mais egressos, por sexo, microrregião SENAR, 2012-2014 .....	78
Tabela 11 – Número de egressos dos cursos ofertados – Microrregião de Ponte Nova – Pronatec SENAR – 2012-2014 .....	78
Tabela 12 - Total de Egressos por sexo – Microrregião Aimorés – Pronatec SENAR 2012-2014.....	79
Tabela 13 - Número de Egressos por curso - Microrregião de Belo Horizonte Pronatec SENAT - 2012-2014.....	82
Tabela 14 - Número de Egressos por curso - Microrregião de Governador Valadares Pronatec SENAT - 2012-2014.....	83
Tabela 15 - Número de Egressos segundo sexo por curso - Microrregião de Conselheiro Lafaiete Pronatec rede SENAT - 2012-2014 .....	84
Tabela 16 - Número de egressos da Microrregião de Belo Horizonte por cursos – Rede Federal 2012-2014.....	88
Tabela 17 - Número de egressos da Microrregião de Paracatu por cursos – Rede Federal 2012-2014	89
Tabela 18 - Número de egressos da Microrregião de Campo Belo por cursos – Rede Federal 2012-2014.....	90
Tabela 19 - Total de Egressos Microrregião Belo Horizonte e cursos ofertados – Pronatec Rede Estadual 2012-2014.....	93

Tabela 20 - Total de Egressos Microrregião Montes Claros - Pronatec Rede Estadual 2013-2014 .....	93
Tabela 21 - Total de Egressos Microrregião Conselheiro Lafaiete – Pronatec Rede Estadual 2012-2014 .....	94
Tabela 22 - Total de Egressos Microrregião de Belo Horizonte – Pronatec Rede Municipal, 2012-2014 .....	96

## Quadros

Quadro Síntese 1 - As políticas de emprego e as políticas de Mercado de Trabalho.....	22
Quadro Síntese 2 - Marco conceitual dos autores analisados acerca da política.....	29
Quadro Síntese 3 - Programas de Qualificação Profissional implementados no Brasil, 2003 a 2016, exceto Pronatec. ....	40
Quadro Síntese 4- Correspondência dos três cursos com mais egressos com as vocações econômicas microrregionais e com o movimento admissão-desligamento das ocupações correspondentes nas três microrregiões com mais número de egressos, rede SENAI – 2012-2014 .....	69
Quadro Síntese 5 - Correspondência dos três cursos com mais egressos com as vocações econômicas microrregionais e com o movimento admissão-desligamento das ocupações correspondentes nas três microrregiões com mais número de egressos, SENAC 2012-2014 .....	75
Quadro Síntese 6 - Correspondência dos três cursos com mais egressos com as vocações econômicas microrregionais e com o movimento admissão-desligamento das ocupações correspondentes nas três microrregiões com mais número de egressos, SENAR 2012-2014 .....	80
Quadro Síntese 7 - Análise atendimento à vocação econômica microrregional e movimentos de expansão/retração setor da economia que a rede procura atingir, Rede SENAT 2012-2014.....	86
Quadro Síntese 8 - Correspondência dos três cursos com mais egressos com as vocações econômicas microrregionais e com o movimento admissão-desligamento das ocupações correspondentes nas três microrregiões com mais número de egressos, Rede Federal – 2012-2014 .....	91
Quadro Síntese 9 - Correspondência dos três cursos com mais egressos com as vocações econômicas microrregionais e com o movimento admissão-desligamento das ocupações correspondentes nas três microrregiões com mais número de egressos, Rede Estadual 2012-2014.....	95
Quadro Síntese 10 - Correspondência dos três cursos com mais egressos com as vocações econômicas microrregionais e com o movimento admissão-desligamento das ocupações correspondentes nas três microrregiões com mais número de egressos, Rede Municipal 2012-2014 .....	97
Quadro Síntese 11 - Síntese da análise do perfil e oferta do Pronatec por rede ofertante, Minas Gerais, 2012-2014 .....	98

## SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO .....	16
2 POLÍTICAS DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL: CONCEITOS E CARACTERÍSTICAS.....	20
2.1 – Políticas de Emprego .....	20
2.1.2. – Marco Conceitual das políticas de Qualificação profissional .....	22
2.2.2- Políticas de Emprego e Educação Profissional no Brasil.....	29
3 O PRONATEC: MARCO NORMATIVO, MARCO CONCEITUAL E MARCO ORGANIZACIONAL, PESQUISAS RECENTES .....	44
3.1 Descrição do Pronatec .....	44
3.2 Pesquisas Recentes sobre o Pronatec .....	51
3.3 As Redes Ofertantes do Pronatec .....	54
4 ANÁLISE DA OFERTA E PERFIL DO PRONATEC EM MINAS GERAIS POR REDE OFERTANTE .....	57
4.1 Metodologia.....	57
4.2 – Características do perfil e oferta do Pronatec em Minas Gerais por rede ofertante .....	59
4.2.1.1 – Oferta do Pronatec pelo SENAI .....	64
4.2.1.2 – Oferta do Pronatec pelo SENAC .....	70
4.2.1.3 – Oferta do Pronatec pelo SENAR.....	76
4.2.1.4 – Oferta do Pronatec pelo SENAT .....	81
4.2.2 - Oferta do Pronatec pela rede federal .....	87
4.2.3 – Oferta do Pronatec pela rede Estadual e Municipal .....	92
4.2.4 – Análise Comparativa entre as redes e conclusão.....	97
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS .....	100
REFERÊNCIAS .....	104

## 1 INTRODUÇÃO

Os países considerados desenvolvidos atualmente, em algum momento de sua trajetória, empreenderam esforços rumo à formação de uma mão de obra qualificada e competente para enfrentar os desafios impostos pelo progresso técnico e a concorrência. Desde o século XVIII têm-se notícias desses tipos de iniciativas, no entanto é a partir do século seguinte que esses tipos de políticas se generalizaram nos países europeus. Os países que se industrializaram tardiamente (marcadamente os do centro-leste europeu e os do leste asiático) fizeram o mesmo trajeto no século XX, qualificar sua mão de obra para uma maior industrialização era uma prioridade para tais países (CASSIOLATO; GARCIA, 2014).

O século XX foi marcado por grandes investimentos governamentais em políticas de educação profissional. Este novo comportamento do se deveu principalmente às mudanças ocorridas na matriz tecnológica e a crise de desemprego ocorrida na década de 1970. Essa situação demandou dos governos europeus novas respostas para esses problemas e uma delas é a alternativa das políticas de emprego ativas principalmente as de educação profissional. Estas podem ser definidas como políticas públicas que visam aumentar um conjunto de conhecimentos teóricos e práticos dos trabalhadores e assim, aumentar sua empregabilidade frente ao mercado de trabalho (RAMOS, 2003).

Nesse mesmo sentido, no Brasil, estava ocorrendo uma mudança nas políticas de educação profissional, só que a passos mais lentos. O histórico brasileiro demonstrou que a educação profissional promovida pelo Estado desde os primórdios da colonização carregou por muito tempo a marca da segregação e do preconceito por estar focada no aprendizado de um ofício, geralmente associado a trabalhos manuais que eram ocupados pelas classes mais baixas. No entanto, nos governos da velha república e da Ditadura do Estado Novo, primeira metade do século XX, muda-se um pouco a visão. A escola da época separava os futuros líderes dos setores agrícolas, industriais, comércio e serviços nos quais cada um tinham seus próprios ciclos de estudo (MANFREDI, 2002). Esse tipo de escola acaba no período militar no Governo Figueiredo se iniciando um tipo de escola profissional marcada pelo dualismo entre ensino técnico e teórico, isto é, as escolas seriam técnica ou acadêmicas e não integradas. A LBD (lei 9.394/1996) elenca como objetivo da educação profissional o constante desenvolvimento da vida produtiva do trabalhador. Em consonância a isso, o decreto federal nº 2.208/97 objetivava qualificar, reprofissionalizar e atualizar jovens e adultos trabalhadores,

com qualquer nível de escolaridade, visando à inserção e melhor desempenho no exercício do trabalho. Na década de 2000 ampliaram-se os investimentos em programas de educação profissional e várias iniciativas são desenvolvidas, como a Escola da Fábrica, o Plano Nacional de Qualificação (PNQ), o Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Jovens e Adultos (Proeja), o Programa Nacional de inclusão de Jovens (Projovem) e o Brasil Profissionalizado.

Em 2011, através da lei 12.513/2011, foi criado o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec) com o objetivo de expandir, interiorizar e democratizar a oferta de cursos de educação profissional e tecnológica no país para estudantes ensino médio da rede pública, inclusive da educação de jovens e adultos; trabalhadores; beneficiários dos programas federais de transferência de renda; e estudantes que tenham cursado o ensino médio completo em escola da rede pública ou em instituições privadas na condição de bolsista integral. O programa já contou com o investimento de 6,5 bilhões de reais desde o seu início, segundo dados da extinta Controladoria Geral da União (BRASIL, 2015a), o que indica a sua relevância na agenda política recente do governo brasileiro.

Reconhece-se a importância da análise das políticas públicas na gestão pública contemporânea para melhor compreensão do planejamento, execução e resultados dos investimentos governamentais destinados à melhoria de vida da população. Tais análises permitem, neste sentido, traçar possíveis sugestões e mudanças de rumo das políticas. Wildavisky (1979) *apud* Maria das Graças Rua (2012) afirma que este campo é marcado por ser uma tarefa multidisciplinar a qual visa interpretar as causas e as consequências das ações do governo. Este campo é classificado, segundo Ham e Hill (1993 *apud* Rua, 2012) por duas categorias: a primeira destinada a produzir conhecimentos sobre a elaboração da política (formulação, implementação e avaliação) e a segunda destinada a auxiliar os formuladores no processo de tomada de decisões, assumindo assim um caráter prescritivo ou propositivo, somando-se aos conhecimentos produzidos pela outra categoria de estudos.

Ao considerar a centralidade do Pronatec na agenda governamental recente e a importância da análise de políticas públicas para a produção de conhecimentos sobre as políticas públicas, este trabalho pretende responder as seguintes perguntas: *qual é o perfil do público atendido pelo programa em Minas Gerais; Em que medida os cursos ofertados nas microrregiões do estado são correspondentes às vocações econômicas e ao movimento de contratação da ocupação afeta a eles; quais são as diferenças do perfil e da correspondência oferta demanda de cursos entre as redes ofertantes do programa no estado?*

À esteira dessa resposta, esse trabalho tem como objetivo principal analisar o Pronatec, programa público de educação profissional no que tange ao perfil dos egressos e à correspondência entre a oferta e demanda do programa nas microrregiões de Minas Gerais, nos anos de 2012 a 2014, tomando em comparação as diferentes instituições que compõem a rede ofertante do programa no estado. Será estudado o perfil etário e de escolaridade dos egressos dos cursos e o marco legal do programa, especificamente no que dispõe sobre seu público-alvo. A correspondência oferta e demanda será analisada considerando dois elementos: primeiro, a relação entre os três cursos com maior número de egressos nas microrregiões e as suas vocações econômicas, identificadas pelo o estudo de Herkenhoff & Prates (2015); segundo, a relação desses cursos com o movimento admissão desligamento de ocupações afetas a eles no período analisado, através de dados do Cadastro Geral de Emprego e Desemprego (CAGED) do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE). A Rede Ofertante do programa consiste nas instituições de ensino e serviços de aprendizagem, nacionais, estadual e municipal, públicas e privadas, com atuação na educação básica ou superior ou dedicadas à educação profissional e tecnológica. (BRASIL, 2016). Em Minas Gerais, ela é composta pelos serviços do Sistema S (SENAI, SENAC, SENAT, SENAR) e por instituições públicas federais, estaduais e municipal, além da privada que não será considerada nesse trabalho.<sup>1</sup>

Para isso, especificou-se os seguintes objetivos específicos:

- Apresentar os conceitos e características das políticas de educação/qualificação profissional<sup>2</sup>.
- Revisar a trajetória de implementação das políticas públicas de educação profissional no Brasil;
- Especificar o marco legal, as características e a operacionalização do Pronatec;
- Sistematizar registros administrativos da base de dados do programa de Minas Gerais, disponibilizada pelo SETEC.
- Traçar o perfil dos egressos do Pronatec;
- Analisar a correspondência entre os cursos com mais egressos nas microrregiões e suas vocações econômicas;

---

<sup>1</sup> Na base de dados utilizados nesse trabalho, não havia informações sobre a oferta de cursos pela rede privada e, por isso, ela não será estudada aqui.

<sup>2</sup> A literatura revista na bibliografia não revela uma padronização em se chamar tais políticas de educação ou de qualificação profissional. De um lado Manfredi (2002) utiliza o segundo termo para falar de políticas que visam qualificar o trabalhador o qual já está no mercado de trabalho em uma função específica e guarda o primeiro sentido para aqueles estão em escolas exclusivamente para a educação profissional. Já o marco legal e normativo do Pronatec também faz distinção no mesmo sentido de Manfredi (2002). Como serão analisados os dois tipos de políticas no âmbito do Pronatec, de optou-se por especificar essas políticas sob o termo genérico de políticas de educação profissional.

- Analisar os movimentos de admissão/desligamento das ocupações correspondentes aos cursos com mais egressos.

A metodologia utilizada neste trabalho é de natureza descritiva já que pretende descrever aspectos relacionados a perfil e oferta do Pronatec no estado de Minas Gerais (Gil 2008). Quanto às técnicas de pesquisa, foram utilizadas pesquisa bibliográfica acerca das políticas públicas de educação profissional e das vocações econômicas das microrregiões do estado; pesquisa documental dos textos legais, manuais de procedimentos e orientações do programa e análise quantitativa dos registros administrativos do programa oriundos da base de dados do SETEC. A análise destes dados será realizada da seguinte forma: foram considerados egressos os alunos cadastrados na base de dados em situação de curso concluído entre 2012 e 2014. Em seguida, serão traçados os perfis dos egressos por rede ofertante. Na sequência, serão comparados os cursos com mais egressos nas microrregiões com as suas vocações econômicas e com a movimentação admissão/desligamento das ocupações correspondentes a estes cursos. Essa análise será apresentada para cada rede ofertante do estado, conforme indicado acima. Optou-se por essa separação a fim de se perceber as nuances e diferenças de cada rede na oferta do programa. Vale salientar, desde agora, que para a utilização dos dados foi feito um grande esforço de pesquisa no que tange à limpeza, consolidação e posterior interpretação.

Além dessa introdução, a monografia está dividida em três capítulos, seguida das considerações finais. No primeiro capítulo, será apresentado o marco conceitual das políticas de educação profissional, suas acepções e fundamentos e estabelecido um breve histórico da implementação dessas políticas no Brasil. O segundo capítulo descreve o Pronatec, seu público-alvo, as modalidades existentes, os cursos ofertados e as instituições que compõem sua rede ofertante. No terceiro capítulo, a parte empírica dessa monografia, será analisada a perfil e a correspondência oferta/demanda de cursos nas microrregiões do estado para rede ofertante. Nas considerações finais, serão levantadas as conclusões a que este trabalho chegou além de serem recomendadas estratégias para a melhora do perfil e oferta dessa política pública.

## **2 POLÍTICAS DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL: CONCEITOS E CARACTERÍSTICAS**

Esta seção se destina a definir o que são políticas públicas de educação profissional, bem como fazer um breve apanhado histórico da educação profissional no Brasil. Para isso será feita uma rápida discussão sobre o conceito de políticas públicas de educação profissional, além de demonstrar como elas se inserem enquanto política de emprego segundo a classificação de Ramos (2003). Na primeira parte será feita discussão acerca da conceituação das políticas emprego. Na parte seguinte, será circunscrita a política de educação profissional dentro das políticas de emprego. Por fim, a última parte traçará um histórico das políticas de educação profissional no Brasil desde o início do século XX até chegar aos dias atuais.

### **2.1 – Políticas de Emprego**

Esta subseção analisará as políticas de emprego segundo a classificação presente nos trabalhos de Azeredo e Ramos (1995) e Ramos (1997; 2003). Neste sentido, será feita uma breve conceituação do que seria este tipo de política e será buscado circunscrever o Pronatec segundo esse tipo de conceito.

Segundo Ramos, as políticas de emprego “atuam sobre a oferta de trabalho, reduzindo-a ou alterando seu bem-estar, ou sobre o nível de emprego alterando a demanda de forma direta (criação de empregos públicos, por exemplo) ou indireta (formação profissional)” (RAMOS, 2003, p.15). Isto é, tais políticas atuam sobre o mercado de trabalho de forma a combater os altos níveis de desemprego de um país. Com esse tipo de política tem-se a necessidade de se retomar o crescimento econômico, através de padrões que proporcionem a inclusão social e a criação de novas vagas de trabalho. Neste sentido, a partir da crise da década de 1970, no mundo ocidental, as políticas com o foco de atuação no mercado de trabalho ganham força nas agendas dos governantes (NEGROMONTE, 2011).

De acordo com Ramos (2003), muitas vezes, devido a motivos como a falta de qualificação profissional para o cargo, não preenchimento das vagas presentes nos mercados de trabalho o desemprego aumenta no médio prazo. Assim sendo, a potencialidade das políticas públicas de emprego que visem qualificar e/ou aumentar o capital humano dos trabalhadores podem vir a reduzir o desemprego de um país.

Conforme Ramos (2003), as políticas de emprego podem ser divididas em políticas ativas e as políticas passivas. As passivas tornam tolerável a condição de desempregado ou a redução da oferta de trabalho, no sentido de que oferecem auxílios e concessões. As políticas ativas englobam uma série de ações que tendem a elevar o nível de emprego, atuando, geralmente sobre o contingente de trabalhadores. Estas podem ser de formação profissional, intermediação de mão-de-obra para o empregador, apoio aos Micro e Pequenos Empreendimentos, contratação de um grupo populacional com particulares problemas de desemprego e a alternativa de elevar os níveis de emprego através da criação de postos de trabalho, por parte do governo.

As políticas ativas de formação profissional partem da suposição de que a elevação da qualificação profissional de um indivíduo aumenta suas chances de se (re)inserir no mercado de trabalho. Estas políticas públicas são balizadas pela Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico OCDE. O Pronatec é uma política pública de mercado de trabalho ativa desse tipo.

Já as políticas ativas de intermediação de mão-de-obra englobam uma série de atividades visando um ajuste entre oferta e demanda de trabalho. Em suma, levantam-se as vagas oferecidas pelas firmas e as características dos indivíduos. Essa compatibilização entre oferta e demanda pode reduzir o desemprego no médio prazo e requer o casamento entre as aspirações dos indivíduos que procuram emprego e as demandas das empresas (RAMOS, 2003).

Têm-se as políticas ativas de apoio aos micro e pequenos empreendimentos. Essa política pode abranger diversas ações, desde acesso a crédito dirigido até apoio ao desenvolvimento tecnológico, design e identificação de novos canais de comercialização. Uma das principais justificativas desse tipo de política está à potencialidade de gerar empregos. Segundo dados do SEBRAE e DIEESE (2013), no Brasil temos mais de 3 milhões de micro empreendimentos e são estimados mais de 3,6 milhões de empregados neste tipo de empresa. Assim sendo, uma política pública a qual vise atingir tal público teria um grande impacto na economia e um “grande potencial de ativação”, vale dizer que uma política desse tipo se feita atingirá um enorme contingente populacional.

Uma política pública bastante utilizada em alguns países europeus e classificada como política de emprego ativa é a contratação de um grupo populacional com particulares problemas de desemprego. Por fim, há também a alternativa de elevar os níveis de emprego através da criação de postos de trabalho. Esta alternativa, no entanto, se encontra em desuso

devido a dificuldades estruturais em se contratar alguém no setor público, seja na burocracia para tal, seja na elevação dos gastos na folha de pagamento (RAMOS, 2003).

As Políticas de ativação no mercado de trabalho tornaram-se, no mundo ocidental, a diretriz principal para o combate dos elevados índices de desemprego nos últimos tempos. O entendimento é de que aqueles trabalhadores que não estavam ativamente buscando postos de trabalhos poderiam ser excluídos do Welfare State (NEGROMONTE, 2011).

Quadro 1 abaixo resume as políticas de emprego tratadas nesta subseção e visando esclarecer em que medida as políticas de qualificação/educação profissional estão dentro deste conceito.

### Quadro Síntese 1 - As políticas de emprego e as políticas de Mercado de Trabalho

Políticas de Mercado de Trabalho		
	Ativas	Passivas
<b>Definição</b>	As Políticas Ativas englobam uma série de ações que tendem a elevar o nível de emprego, geralmente atuando sobre o contingente de trabalhadores, como as políticas de formação e educação profissional,	Políticas de Emprego denominadas de passivas englobam aquelas ações que tendem a tornar mais “tolerável” a condição de desempregado (seguro desemprego) ou a redução da oferta de trabalho (aposentadoria precoce)
<b>Objetivos</b>	Aumentar o nível de emprego dos trabalhadores de diversas formas	Proporcionar um bem-estar social à população de modo a tornar tolerável a condição do trabalhador

Fonte: Ramos (2003). Consolidação feita pelo autor

O Pronatec, programa analisado neste trabalho pode ser considerado uma política de mercado de trabalho ativa, já que foca a qualificação/educação profissional do contingente jovem. Para melhor entender do que se tratam as políticas de educação profissional, na próxima seção será traçado o seu marco conceitual.

#### 2.1.2. – Marco Conceitual das políticas de Qualificação profissional

As políticas de qualificação e educação profissional, como foi visto na subseção acima tiveram um crescimento de sua importância a qual ocorreu após a crise da década de 1970. Se antes o tipo de qualificação profissional era puramente de aprendizagem de movimentos repetitivos, isto é, não se necessitava que o trabalhador fosse muito qualificado (o trabalhador era um “apêndice da máquina”), a nova matriz tecnológica implica mudanças no tipo de trabalhador esperado pelo mercado de trabalho. Este deveria ter novos tipos de habilidades, que seriam aprendidas através de uma melhor qualificação profissional. Em resposta a isso, muitos países europeus optaram pela elaboração de políticas de emprego ativas,

principalmente políticas públicas de qualificação profissional, buscando uma maior inserção de seus trabalhadores, tanto as pessoas mais jovens quanto aqueles trabalhadores que passaram um período desempregado. A fim de poder mergulhar mais na análise aqui proposta, a qual perpassa pelo entendimento da empregabilidade advinda de um indivíduo fazer ou um curso de qualificação profissional, é necessário primeiro que tracemos através da revisão bibliográfica o entendimento dos mais diversos autores e instituições sobre o que é a educação/ qualificação profissional. Por fim, será revisto a partir de um documento elaborado pela OCDE quais as habilidades que um jovem deve ter para se inserir no mercado de trabalho. Esta preocupação guarda relação com um dos objetivos do Pronatec, o qual passa justamente por tal situação, a de qualificar um jovem para a sua entrada no mercado de trabalho.

A educação Profissional se consolidou enquanto ramo educacional a partir da Revolução industrial, a qual ocorreu na Inglaterra em meados do século XVIII. Diderot e D'Alembert *apud* Wittaczik (2008), em sua enciclopédia, descreveram as ocupações da época e o que deveria ser estudado para o exercício delas. Alfred Marshall (1890) também faz referências que remetem ao ensino profissional e à qualificação profissional. Esse autor ressalta a importância do ensino técnico, pois este proporcionaria conhecimentos sobre as mais diversas profissões, visto que cada vez mais a indústria se diversifica e se automatiza mais com o advento das máquinas. Assim sendo, as habilidades técnicas, segundo Marshall (1890), são gradativamente mais valorizadas em detrimento de habilidades puramente manuais, características das corporações de ofício. Para o autor, a educação técnica deveria sempre vislumbrar os estágios mais desenvolvidos da indústria, propiciando conhecimentos detalhados sobre as mais diferentes profissões. Nesse mesmo sentido, para Marshall a boa educação proporciona benefícios e indiretos que segundo ele torna os trabalhadores comuns mais inteligentes.

Uma boa educação proporciona grandes benefícios indiretos, inclusive ao trabalhador comum. Serve para estimular sua atividade mental, manter o hábito de uma curiosidade científica, para torna-lo mais inteligente, mais capaz e mais digno de confiança no trabalho comum, para aumentar o teor de vida em horas de trabalho e nas de lazer, sendo, assim, um meio importante de produzir riqueza material; ao mesmo tempo em que, considerada um fim em si, não tem nada de inferior em relação a qualquer dos fins a que a produção de riquezas materiais pode servir (MARSHALL, 1890, p.267).

No entanto, para falar-se das políticas públicas de educação profissional, é preciso relembrar primeiramente a mudança de paradigma técnico, no início do século XX, que impeliu as forças produtivas e os donos dos meios de produção a buscarem a qualificação. Como já foi descrito na subseção anterior, teve, portanto, nesta época uma reestruturação

produtiva da economia global, principalmente as forças produtivas dos países europeus. A nova matriz tecnológica pressupunha uma grande importância para a qualificação profissional. Assim, buscava-se um trabalhador mais qualificado, mais atento às constantes mudanças nos paradigmas técnicos. Notou-se que tais questões eram estruturais e relacionadas ao paradigma produtivo, com grandes reflexos no mercado de trabalho (NEGROMONTE, 2011).

Segundo a coletânea de Políticas Públicas e Trabalho: textos para estudo dirigido, organizado pelos professores da Unicamp Cláudio Salvadori Dedecca e Marcelo Weishaupt Proni (2006, p. 431), a educação profissional poderia ser descrita, numa definição mais ampla, como “o conjunto de conhecimentos teóricos e práticos necessários para atuar em determinada ocupação”. Já Souza (2015, p. 44), vai um pouco mais além dessa noção e adiciona o elemento do governo: “pode ser entendida como aquilo que o governo está fazendo para suprir a coletividade de conhecimento profissional e tecnológico com vistas a atender à demanda de qualificação profissional para o mundo do trabalho”.

Manfredi (2006), por seu turno, faz uma análise da concepção da qualificação profissional à luz de sua visão política e ideológica. Segundo a autora, teriam duas formas universais de qualificar um trabalhador, em consonância com as teorias desenvolvidas ao longo do século XX: a qualificação através de parâmetros de produção e organização do trabalhador e a qualificação social do trabalhador.

Segundo a referida autora, a qualificação profissional seria um modelo de produção taylorista/fordista do trabalho, concebido como sendo exclusivo daquele posto de trabalho e não como habilidades inerentes do trabalhador. Dessa forma, percebe-se que os métodos de instrução seriam alicerçados numa concepção comportamental rígida, em que o ensino/aprendizagem das habilidades dá-se numa sequência lógica, enfatizando aspectos operacionais e técnicos em detrimento da fundamentação teórica abrangente (MANFREDI, 2006, p. 16). Para a autora, diversamente, a concepção de qualificação profissional deveria ser outra: ancorada no modelo de competências, o qual a noção técnico-científico passa a ser mais ampla:

A capacidade de mobilizar saberes para dominar situações concretas de trabalho e transpor experiências adquiridas de uma situação concreta a outra. A qualificação de um indivíduo é sua capacidade de resolver rápido e bem os problemas concretos mais ou menos complexos que surgem no exercício de sua atividade profissional (MANFREDI, 2006, p. 19).

A partir das críticas, a autora concebe a política de qualificação como sendo voltada para um conjunto de capacidades do indivíduo, que se resumem em saber fazer, saber ser e

saber agir. Essas dimensões correspondem aos aspectos práticos, técnicos e científicos; a capacidade de lidar com as relações sociais do mundo do trabalho e a habilidade na intervenção ou decisão diante de movimentos adversos. Basicamente, ela define duas dimensões para a nova qualificação profissional: o próprio trabalho e a cidadania. O primeiro diria respeito ao trabalho executado. No entanto, a concepção iria além da compreensão técnica do trabalho. Aprender com o trabalho envolveria outros conceitos inerentes à atividade de trabalhar, tais como os saberes políticos-sindicais, hábitos, tradições, valores, atitudes, crenças culturais de todo um grupo de experiências históricas do trabalhador (BLASS, 2000 *apud* MANFREDI, 2007). A outra dimensão, a cidadania, define como principal conteúdo a noção dos direitos do cidadão e do trabalhador, especialmente os conquistados por meio de movimentos sociais (DAGNINO, 1994 *apud* MANFREDI, 2007).

Em contraponto a esta visão, a OCDE, propõe uma visão minimalista do que serviria os programas de educação profissional. Segundo o documento *Postsecondary vocational education and training: Pathways and Partnerships* (OCDE, 2012), a educação profissional, ou nos termos deles a Educação Pós-Secundária (numa tradução livre<sup>3</sup>) teria duas principais razões: a provisão de treinos iniciais a jovens e o aumento das capacidades daqueles que já estão no mercado de trabalho, mas querem uma colocação melhor.

Consoante outro documento da mesma instituição, a publicação “Learning for Jobs” da OECD (2010) diz que a educação profissional pode ter um papel central no desenvolvimento das habilidades dos jovens e adultos a fim de responder as necessidades de mão-de-obra do mercado de trabalho. Ademais, o trabalhador aumentaria sua inserção no mercado de trabalho e, do ponto de vista macroeconômico o seu país, com uma mão de obra qualificada, aprimora sua competitividade econômica. Segundo o referido documento, são três os fatores que influenciam a provisão deste tipo de política pública: as preferências dos estudantes, as necessidades da mão de obra requerida pelo empregador e as restrições de oferta dos cursos. A primeira diz respeito às preferências individuais dos indivíduos, isto é, cada um deles tem diferentes aptidões e interesses dentro da oferta dos cursos. Neste sentido, é importante ao ofertante da política pública levar em conta esse aspecto (OCDE, 2010).

O segundo diz respeito às necessidades do mercado de trabalho. Essa será uma das dimensões analisadas do Pronatec no próximo capítulo. A correspondência entre o que é oferecido de cursos e as necessidades do mercado de trabalho é um dos principais fatores de influência da provisão das políticas públicas de educação profissional. No entanto, procurar

---

<sup>3</sup> Pos-Secondary Vocational

apenas sanar as necessidades dos empregadores pode ter alguns riscos. Muitas vezes os interesses dos empregadores não são os mesmos interesses da sociedade ou dos estudantes (OCDE, 2010).

Por fim, as restrições de oferta entre os cursos se traduziriam em dificuldades de o programa acompanhar a demanda por eles. Neste sentido, segundo a OCDE, é difícil aumentar o orçamento destinado ao custeio do programa, quando se dá o aumento da demanda pelos cursos (OCDE, 2010).

Segundo Rosandiski (2006), a qualificação profissional pode ter duas perspectivas: a individualista e a coletivista. A primeira é aquela tida como capacidade requerida pelo mercado de trabalho. Ela favoreceria acordos particulares entre empregado e empregador, em detrimento dos contratos coletivos. Ela estabelece uma relação direta entre a produtividade e a competência do trabalhador, determinando sua remuneração. Assim, através do mérito o melhor candidato ao trabalho estaria apto à empresa.

Em contrapartida, a perspectiva de qualificação enquanto construção coletiva é caracterizada por decisões comunitárias entre Estado, empregador e sindicato, através de um mútuo acordo entre as partes interessadas e visando um melhor desenvolvimento do futuro da produtividade. Esse tipo de estrutura de qualificação foi amplamente utilizado pelos países desenvolvidos após a 2ª Guerra Mundial (ROSANDISKI, 2006).

Desta forma, a qualificação profissional é uma parte estruturante das relações de trabalho, sendo que é parte fundamental no contato entre empregado e empregador. A autora então enuncia que teriam três campos de ação da qualificação. A formação teórica, a qual cumpre um papel central para a especialização; a qualificação contínua, a fim de se adaptar às mudanças inerentes do avanço da tecnologia; e a qualificação para segmentos específicos do mercado de trabalho, a qual trata o trabalho informal e o trabalho de alto risco de desemprego como ocupações transitórias, ligando assim a qualificação à dinâmica econômica (ROSANDISKI, 2006).

Outro importante aspecto dentro dos cursos de qualificação profissional é a empregabilidade que este gera para o egresso recém-formado. A OIT e a OCDE concordam neste ponto. O sistema de formação profissional deve ensinar as destrezas que o mercado demande, além de fomentar a capacidade dos trabalhadores para adquirir novas capacidades com maior eficiência. A conversão da pessoa em um trabalhador produtivo trará grandes perspectivas de emprego. Em suma, para aceder ao mercado de trabalho, os trabalhadores, futuros trabalhadores necessitam de aprender uma pirâmide das destrezas atinentes à sua ocupação, cuja base está interligada com as habilidades básicas aprendidas na educação básica

(OECD, 2010; OIT, 1998). Feito todo esse apanhado teórico, figura-se importante entender as razões do desenvolvimento de políticas públicas de educação profissional. Mendonça (2008) afirma que elas poderiam atuar para promover o bem estar social. A primeira razão advém da preocupação do setor público qualificar a mão de obra do país, fomentando o emprego, bem como qualificando os trabalhadores a fim de que estes tenham mais produtividade.

A segunda razão é a de que o governo pode promover treinamentos que possam dar condições ao trabalhador de escolher seu trabalho, isto é, poderá ter uma formação mais geral do que a formação que a empresa daria (MENDONÇA, 2008).

O terceiro motivo vem de encontro à redução dos custos de transação<sup>4</sup> por parte da empresa na hora que ele contrata o trabalhador quando este não tem a qualificação necessária para a função. Neste sentido o Estado pode qualificar o trabalhador de forma a reduzir os custos fixos de qualificação dos trabalhadores, além de incentivar a contratação de mais trabalhadores (MENDONÇA, 2008).

O quarto motivo reside no fato de que a qualificação profissional promovida pelo governo pode vir a criar certificados de educação de qualidade que ajudem a reduzir discriminações estatísticas de grupos que tendem a ter menor qualificação (MENDONÇA, 2008).

A quinta razão afirma que ao oferecer educação profissional de qualidade e gratuita, cidadãos estariam estimulados a acessarem o ensino superior, com vistas à inserção mais rápida no mercado de trabalho. Por fim, o Estado também pode empoderar seus trabalhadores frente aos empregadores, promovendo um conteúdo de conscientização social, além do treinamento técnico (MENDONÇA, 2008).

A análise empreendida nesta seção explicitou os diferentes conceitos de qualificação profissional. Enquanto alguns autores como Proni e Dedecca (2006 p. 32) tem uma classificação simples de educação profissional como “o conjunto de conhecimentos teóricos e práticos necessários para atuar em determinada ocupação”, Manfredi (2006) insere uma dimensão político-social do que a educação profissional deveria garantir. Seria uma educação

---

<sup>4</sup> Segundo Williamson (1994) *apud* Degani (2016) são aqueles com os quais os agentes se defrontam toda vez que necessitam recorrer ao mercado, e estes custos seriam, dos modos mais formais, os custos de negociar, redigir e garantir que um contrato será cumprido. Para que os custos de transação possam ser incluídos na análise econômica, faz-se necessário o abandono de alguns dos pressupostos neoclássicos, com a inclusão de novos conceitos: racionalidade limitada, incerteza, oportunismo e especificidade de ativos. Para que os custos de transação possam ser incluídos na análise econômica, faz-se necessário o abandono de alguns dos pressupostos neoclássicos, com a inclusão de novos conceitos: racionalidade limitada, incerteza, oportunismo e especificidade de ativos.  
Fonte: <<http://www.dep.ufscar.br/blog/iod/wp-content/uploads/2009/12/8-WILLIAMSON.pdf>>

para além do ensino taylorista/fordista da ocupação: a qualificação profissional deveria ser formadora de cidadãos com um olhar abrangente sagaz do mundo ao seu redor.

O quadro síntese 2 resume o que os autores analisados nesta subseção. O primeiro autor Mendonça (2008) traz as dimensões da política de qualificação profissional. Vale dizer que estas dimensões estão ligadas à promoção do Bem-estar social; à promoção de treinamentos que aumentem o leque de escolhas do trabalhador de escolher seu trabalho e, por fim, a redução dos custos de transação por parte da empresa na hora de contratar os trabalhadores.

Já Proni e Dedecca (2006) trazem um conceito minimalista do que seria a política de qualificação/educação profissional. Segundo tais autores, esta seria marcado pelo ensino de um conjunto de conhecimentos teóricos e práticos necessários para atuar em determinada ocupação. Já Souza (2015) vai além e adiciona que este tipo de política pode ser entendido como aquilo que o governo está fazendo para suprir a coletividade de conhecimento profissional e tecnológico com vistas a atender à demanda de qualificação profissional para o mundo do trabalho.

Em consonância aos autores anteriormente apresentados, a OCDE (2010) cita em seu estudo Learning for Jobs que três fatores poderiam influenciar na provisão da política pública de educação profissional. São, a saber: as preferências dos estudantes, necessidades da mão-de-obra requerida pelo empregador e as restrições na oferta dos cursos.

Manfredi (2006) tem uma visão diversa de todas as apresentadas, ao colocar a qualificação/educação profissional em duas outras dimensões. Uma ligada ao próprio trabalho e outra ligada à cidadania. Neste sentido, é uma educação profissional para além da robotização do trabalhador. Através dela seus horizontes são abertos ao pensamento e o questionamento do taylorismo/fordismo.

Por fim Rosandiski (2006) traz duas perspectivas da educação profissional e três campos de atuação. As perspectivas podem ser definidas entre individualista e coletivista. Isso significaria que a primeira é aquela tida como capacidade requerida pelo mercado de trabalho. Ela favoreceria acordos particulares entre empregado e empregador, em detrimento dos contratos coletivos. A segunda adviria de treinos proporcionados pelo Estado em massa da população. Citam-se como exemplos deste último os casos do pós-guerra nos países europeus ocidentais. Já os campos de atuação são o da formação teórica ensinada ao trabalhador para este desempenhar suas funções, a qualificação contínua a qual possibilita este que esteja sempre atento às mudanças tecnológicas. Por fim, há a qualificação para segmentos específicos da sociedade ligados ao mercado informal e as ocupações com alto risco de

desemprego. O próximo capítulo trará como principal mote o marco conceitual do Pronatec e como este se articula com tais teorias, evidenciando seu lastro teórico.

**Quadro Síntese 2 - Marco conceitual dos autores analisados acerca da política**

	<b>OCDE (2010)</b>	<b>Mendonça (2008)</b>	<b>Proni e Dedecca (2006)</b>	<b>Souza (2015)</b>	<b>Manfredi (2002)</b>	<b>Rosandiski (2006)</b>
<b>Políticas Públicas de educação profissional</b>	A educação profissional teria como principais benefícios: o aumento da empregabilidade do trabalhador; aumento da competitividade econômica de um país advindo de uma mão-de-obra qualificada; e o aumento das capacidades do trabalhador.	- Promovem o bem-estar-social. - Promoção de treinamentos que possam dar condições ao trabalhador de escolher seu trabalho. - Redução dos custos de transação por parte da empresa na hora que ele contrata o trabalhador quando este não tem a qualificação necessária para a função.	Conjunto de conhecimentos teóricos e práticos necessários para atuar em determinada ocupação	Ações governamentais que suprem a coletividade de conhecimento profissional e tecnológico com vistas a atender à demanda de qualificação profissional para o mundo do trabalho.	Qualificação através de parâmetros de produção e organização do trabalhador. Qualificação social do trabalhador.	Perspectiva individualista e coletivista. -Formação teórica. -Qualificação contínua. -Qualificação para segmentos específicos do mercado de trabalho (trabalho informal e o de alto risco de desemprego).

Fonte: Elaborado pelo autor com base as referências citadas.

A próxima seção tratará de uma perspectiva histórica das políticas educação profissional no Brasil, desde a primeira república até os anos atuais. Essa análise histórica visa entender melhor como se deu a construção este tipo de política até as tendências atuais, o momento em que o Pronatec foi implantado.

## 2.2.2- Políticas de Emprego e Educação Profissional no Brasil

Nesta subseção, serão apresentadas numa perspectiva histórica as políticas de educação profissional no Brasil, bem como as tendências atuais para a política de educação profissional nesse país.

Segundo AZEVEDO et. al (2012), sempre houve investimento na educação para o trabalho no Brasil, apesar dela ser dirigida às classes menos favorecidas e, por isso ser marcada pelo preconceito. Assim sendo, os cidadãos de outros estratos sociais não se interessariam por tais trabalhos (notadamente os marcados pelo uso da força física e seu

desenvolvimento), pois os tornariam iguais aos escravos em face de não terem “o mesmo sinal étnico da liberdade e da dignidade – a cor da pele” (CUNHA, 2000, p. 90) *apud* (AZEVEDO et. al, 2012 p.27).

Construiu-se assim, historicamente, as bases para o preconceito contra os trabalhos manuais e a educação profissional. Desde o fim do século XIX, tem-se notícia de tais iniciativas por parte do governo brasileiro. Na primeira república (1889-1930), observou-se algumas experiências que se destinavam às classes menos abastadas, diferentemente do modelo europeu onde se dava a integração entre as classes mais ricas e as mais pobres. Esta oferta seria destinada também aos órfãos e desvalidos (SANTOS, 2010; CUNHA, 2000). O ano de 1906 é marcado pela consolidação do ensino técnico-industrial no Brasil pelas seguintes ações:

Realização do “Congresso de Instrução” que apresentou ao Congresso Nacional um projeto de promoção do ensino prático industrial, agrícola e comercial, a ser mantido com o apoio conjunto do Governo da União e dos Estados. O projeto previa a criação de campos e oficinas escolares onde os alunos dos ginásios seriam habilitados, como aprendizes, no manuseio de instrumentos de trabalho. A Comissão de Finanças do Senado aumentou a dotação orçamentária para os Estados instituírem escolas técnicas e profissionais elementares sendo criada, na Estrada de Ferro Central do Brasil, a Escola Prática de Aprendizes das Oficinas do Engenho de Dentro, no Rio de Janeiro (BRASIL, 2009).

Em 1909, outro importante ano, o governo brasileiro de Nilo Peçanha age de forma de a criar as Escolas de Aprendizes e Artífices. Pois esta época, o Brasil passava por um surto de industrialização e com a assunção de várias greves lideradas pelas correntes anarco-sindicalistas, o Estado viu a necessidade do ensino profissional como um antídoto para as ideias exóticas trazidas pelos imigrantes estrangeiros quando vieram trabalhar no Brasil.

Sua criação dava cumprimento ao decreto republicano do presidente Nilo Peçanha, de no 7.566, de 1909, que determinava a instalação de 19 escolas dessa natureza no Brasil, cujo objetivo inicial era o de ministrar ensino técnico profissional de nível primário, gratuitamente, para crianças instaladas quase todas nas capitais dos estados brasileiros, essa era a primeira iniciativa nacional republicana nesse setor (CHAMON; GOODWIN JR., 2012, p. 320-321 *apud* SOUZA, 2015, p. 46).

A criação dessas escolas visava, segundo Souza (2015), a ressignificação do lugar do ensino técnico-profissional dentro da realidade brasileira. Era a criação de um símbolo, que fazia aparecer e que encarnava um projeto político, que carregava consigo a noção de ato inaugural, de criação de uma nova ordem, expressão da vontade republicana de instaurar um novo lugar para o trabalho. Nesse momento, a cidadania formal exigia a alfabetização. Entretanto, esse marco inicial era bastante incipiente frente à realidade brasileira da época, havia, pois uma baixa instrução dos cidadãos somada a uma realidade industrial que ainda

tímida. Durante seus 33 anos de existência passaram 141 mil alunos, uma média de 4.300 alunos por ano. Os cursos oferecidos eram de alfaiataria e de sapataria, ou seja, eles tinham um cunho mais artesanal que manufatureiro o que revela a distância entre a realidade fabril e os propósitos industrialistas de seus criadores. Somente em São Paulo, tentou-se acompanhar as exigências da produção fabril através da emulação do Liceu de Artes e Ofícios (Cunha 2000, p.96 *apud* MANFREDI, 2002).

O período Vargas, de 1930 a 1945, é importante para muitas das transformações estruturais brasileiras. Nesse momento, a base econômica passa de puramente agroexportadora para uma economia que caminha rumo à industrialização. O período varguista é caracterizado pela construção do *state building* brasileiro, onde se tinha a intervenção econômica e a centralização administrativa (NUNES, 2010). Ao mesmo tempo ocorre a industrialização do centro-sul do país e o crescimento da importância do ensino técnico nos grandes centros urbanos, principalmente São Paulo. A Constituição de 1937 foi a primeira a tratar especificamente do tema de educação profissional, técnico e industrial. Ela estabelece em seu artigo 129 que:

O ensino pré-vocacional e profissional destinado às classes menos favorecidas é, em matéria de educação, o primeiro dever do Estado. Cumpra-lhe dar execução a esse dever, fundando institutos de ensino profissional e subsidiando os de iniciativa dos Estados, dos Municípios e dos indivíduos ou associações particulares e profissionais. É dever das indústrias e dos sindicatos econômicos criar, na esfera de sua especialidade, escolas de aprendizes, destinadas aos filhos de seus operários ou de seus associados. A lei regulará o cumprimento desse dever e os poderes que caberão ao Estado sobre essas escolas, bem como os auxílios, facilidades e subsídios a lhes serem concedidos pelo poder público (BRASIL, 1937).

A política educacional do Estado Novo, portanto, legitimou a separação entre o trabalho manual e o intelectual, erigindo uma arquitetura institucional onde a divisão social do trabalho passa a ser factível. O ensino secundário ficou destinado às classes dominantes e os ramos profissionais do ensino médio às classes menos favorecidas. A substituição do modelo agroexportador pelo modelo de industrialização (incentivado pelo Processo de substituição de Importações na produção de bens de capital e investimentos) foi realizada através de pesados investimentos públicos na criação da infraestrutura necessária ao desenvolvimento industrial brasileiro. Foram criados nessa época grandes companhias estatais e aparelhos burocráticos de administração pública em todos os setores de atividades. A reforma empreendida no ensino regular legitimou-se de modo semelhante ao ocorrido no sistema italiano (de inspiração fascista), onde o ensino secundário era visto com preparatório e propedêutico ao superior e separado do ensino técnico-profissionalizante. No início da década de 40, o Sistema S organizado e gerido por sindicatos patronais também é criado, suas primeiras estruturas são o

SENAI em 1942 e o SENAC em 1943. Este sistema possibilitava aos trabalhadores e seus filhos a qualificação profissional em certa medida segundo as necessidades da indústria e do comércio.

A política autoritária do Estado Novo empreende um reordenamento escolar, redefinindo currículos e as articulações entre cursos, ramos, ciclos e degraus. Com tal reforma, teriam o ensino primário, este com 4 ou 5 anos de duração, destinado às crianças de 7 a 12 anos (decreto-lei de 2 de janeiro de 1946); o ensino médio de 12 anos ou mais, o qual compreendia 5 ramos. O ensino secundário se destinava a preparar o aluno para ser dirigente e fazer o ensino superior. Os demais ramos tinham por objetivo preparar uma força de trabalho específica para cada setor da economia: o ensino agrícola para o setor primário; o ensino industrial para o secundário; o ensino comercial para o setor secundário e o ensino normal para a formação de professores. Cada um dos ramos tinha dois momentos ou ciclos. Estes eram propedêuticos um ao outro e podem hoje ser comparados com o ensino fundamental II e o Ensino Médio. No entanto, segundo Cunha (*apud* Manfredi, 2002), a divisão entre os vários ramos não correspondia a uma divisão entre trabalho manual e intelectual. Este abrangia todo o 2º ciclo e o secundário, destinado a formar técnicos industriais, agrícolas, comerciais e dirigentes, somente o 1º ciclo era para a formação da mão-de-obra do trabalhador.

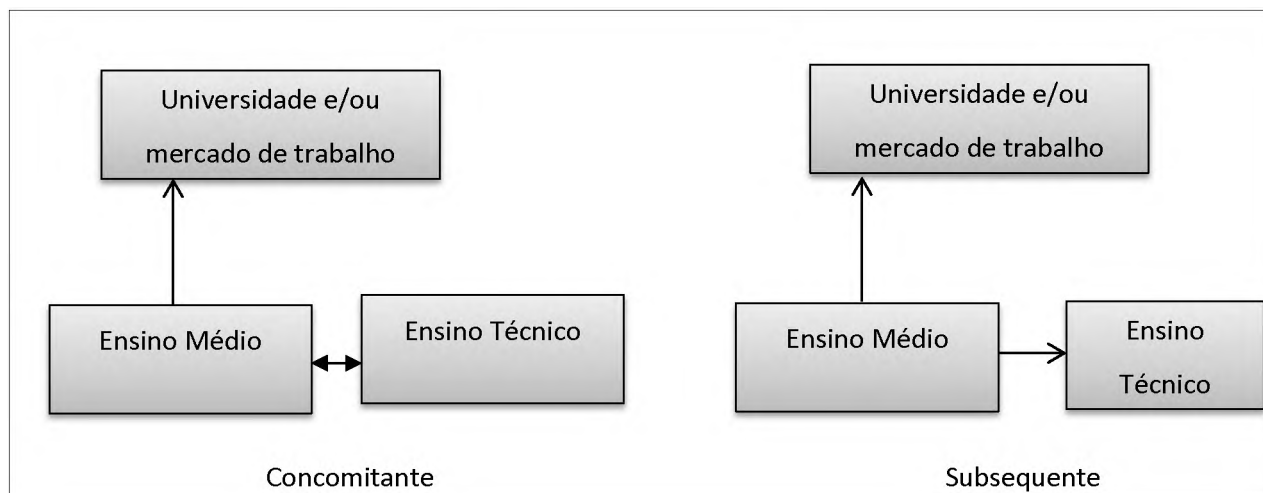
De 1945 a 1990 o aparato institucional legitimador do sistema corporativo de representação sindical e o aparato burocrático estatal, edificado durante o período getulista não foi mudado nem alterado significativamente. No campo educacional, apesar de ter ocorrido uma flexibilização entre o ensino profissionalizante e o ensino secundário, a estrutura teve poucas alterações. A estrutura do Sistema S nessa época não só foi mantida em paralelo, como em certos momentos ocorreu até uma expansão durante o período militar. Esse fortalecimento ocorreu, entre outras razões pelo Programa Intensivo de Formação de Mão-de-obra (PIPMO). Este programa criado por João Goulart através do Decreto 53.324 de 18 de dezembro de 1963 viveu seu verdadeiro apogeu no período militar. Os governos militares de 1964 a 1985, por partilharem do objetivo de fazer grandes projetos nacionais, necessitavam de mão-de-obra especializada e em massa. O treinamento era operacionalizado através de um convênio entre SENAI e Governo, e tinha como característica ser breve, operacional e reduzido. No âmbito escolar ocorreu outra importante mudança por meio da lei 5.692/71, que universalizava a formação profissional. No entanto, com o passar tempo, acabou que a referida lei sofreu várias mudanças até chegar a 1982, por meio da lei 7.044, a uma solução de compromisso, na qual repunha a antiga distinção entre ensino técnico e o ensino de formação (MANFREDI, 2002).

Com o advento da criação de novas tecnologias e a mudanças da matriz tecnológica mundial, em que o mercado de trabalho exige, cada vez mais, trabalhadores qualificados, tem-se a ampliação da qualificação profissional. Neste sentido, surgem novas diretrizes a fim de atender o novo perfil produtivo tecnológico dos trabalhadores, como a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (lei 9.394 de 1996), a fim de tentar dar respostas às necessidades do cidadão atual. Nos seus artigos 39 a 42, a educação profissional seria concebida como “[...] integrada às diferentes formas de educação, ao trabalho, à ciência e à tecnologia [...]”, de modo a conduzir “[...] ao permanente desenvolvimento para a vida produtiva” (BRASIL, 1996). O Decreto Federal 2.208/97 também institui as bases para a reforma da educação profissional em meados da década de 1990. A referida legislação tem por objetivo regulamentar o §2º do art. 36 e os artigos 39 a 42 da Lei 9.394. São estabelecidos os objetivos da educação profissional e o meio como se dará a educação profissional. Segundo o referido decreto a educação profissional por objetivos [...] qualificar, reprofissionalizar e atualizar jovens e adultos trabalhadores, com qualquer nível de escolaridade, visando à inserção e melhor desempenho no exercício do trabalho [...]. Ademais são instituídos os níveis de educação profissional: o básico, o técnico e o tecnológico. O primeiro diz respeito à requalificação dos trabalhadores independente de escolaridade prévia. O segundo é destinado a proporcionar habilitação profissional a alunos matriculados e egressos do ensino médio. Por fim, o terceiro corresponde a cursos de nível superior na área tecnológica, destinados aos egressos do ensino médio e técnico (BRASIL, 1997).

A reforma na educação brasileira ocorrida em meados da década de 1990 acabou por dividir o ensino técnico e o ensino científico. A lei e o decreto supracitados tiveram como principal consequência o desmonte daquela rede de educação montada no período getulista. O estudante agora poderá agora cursar o ensino técnico ao mesmo tempo em que cursa o colegial (concomitante) ou após sua conclusão (subsequente). Os cursos técnicos, a partir da legislação serão divididos por módulos, sendo que cada módulo dá direito a um certificado de qualificação profissional. Os alunos que conseguirem concluir o ensino médio e os módulos recebem o direito de ter uma habilitação. Por fim, quando além de tudo fazem o estágio supervisionado, os concluintes recebem diploma de técnico. Hoje em dia, os nomes que se dão aos cursos presentes nos módulos são os cursos FIC (Formação Inicial e Continuada) e os cursos técnicos, sendo que o primeiro é um curso de rápida duração e ampla oferta dentro da política de qualificação profissional e o segundo são cursos que demandam mais tempo. Os concluintes de vários módulos da educação profissional podem fazer um curso técnico. Como demonstra a figura 1 abaixo há uma quebra na lógica da escola técnica associada como um

dos percursos possíveis dentro do ensino público brasileiro. Estas quebras foram possibilitadas através da lei 9.394/96 e do decreto 2.208/97 (MANFREDI, 2002).

**Figura 1 - A Reestruturação de educação do ensino médio e profissional brasileiro após a lei 9.394/96 e o decreto 2.208/97**



Fonte: MANFREDI, 2002.

De acordo com alguns autores como Frigotto (2004), Neves (1999, p. 142) *apud* Salvadori & De Boni (2016) e Manfredi (2002, p.136) essas medidas tiveram várias críticas. Elas acabaram por dissociar e fragmentar o currículo do ensino médio, levando os jovens a ingressarem em atividades profissionais de trabalho simples e “empurrando para o nível superior à educação tecnológica de natureza integral”. Além disso, o dualismo presente na reforma do ensino médio/técnico acabou por reforçar as trajetórias dos alunos segundo origem de classe. Se por um lado, àqueles que realizam ou realizarão tarefas mais simples no mundo do trabalho oferece-se uma escolarização mínima de oito séries. Para aqueles que exercerão tarefas um pouco mais elaboradas, a trajetória será outra, calcada principalmente em cursos do ensino médio profissionalizante, em geral oferecido pelo Estado em parcerias com a sociedade civil. Os autores Kuenzer e Ferreti (1999) citados por Manfredi (2002) complementam a visão acima no sentido de que o dualismo presente na reforma brasileira acaba por não reconhecer a educação básica como fundamental para a formação técnico-científica demandada pela nova matriz tecnológica. Ademais, a ruptura entre esses dois universos de ensino pressupõe o não reconhecimento do caráter transdisciplinar da ciência contemporânea, separando dirigentes de especialistas.

Nos anos seguintes, na década de 2000, com a eleição de Lula tentou-se inverter essa lógica dualista no ensino. A primeira medida foi à revogação do decreto nº 5.154 de 2004 buscou articular toda a trajetória profissional no ensino técnico, propiciando aos alunos uma integração entre ensino médio e ensino técnico. Autores como Frigotto, Ciavatta e Ramos citados por Souza (2015), após analisarem o novo instrumento legal consideram que este não

conseguiu se desvincular totalmente do decreto anterior. A década de 2000 foi marcada também por inúmeras iniciativas do governo federal no que tange às políticas de educação profissional. Citam-se como exemplos no governo Lula (2003-2011) os programas Plano Nacional de Qualificação - PNQ, Escola de Fábrica, Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos - PROEJA, Brasil Profissionalizado e PROJovem.

O PNQ foi criado em 2003 através da resolução nº 333 do Conselho Deliberativo Do Fundo De Amparo Ao Trabalhador - CODEFAT no âmbito do Programa do Seguro-Desemprego, para a execução de ações de qualificação social e profissional e executa ações de qualificação profissional e social. O Plano tem como principal objetivo o planejamento, a articulação e o financiamento das ações de qualificação, de certificação e orientação profissional, sincronizados com políticas de emprego, educação e desenvolvimento econômico. Ademais, o plano foi constituído por três eixos de atuação: os Planos Territoriais de Qualificação Social e Profissional ou os chamados Planteqs, referentes às demandas de qualificação dos estados, municípios e consórcios intermunicipais; os Projetos Especiais de Qualificação ou Proesqs, para o desenvolvimento de metodologias na educação profissional; e os Planos Setoriais de Qualificação Social e Profissional ou Planseqs, vinculados às demandas dos processos de desenvolvimento regional e local. Os três planos supracitados são realizados por meio de convênios entre outros instrumentos legais pertinentes, firmados entre as partes, MTE e responsável legal pelo arranjo institucional do território (RIBEIRO, 2015).

O Projeto Escola da Fábrica foi um programa de educação profissional criado pela lei nº 11.180/ 2005 e executado pelo Ministério da Educação do Brasil. Este projeto se propôs a oferecer formação profissional com duração mínima de 600 horas para jovens de 16 a 21 anos para o exercício da cidadania e preparação para o trabalho. A meta anual de atendimento era de 10.000 jovens, em 500 Unidades Formadoras, criadas nas empresas, cada uma atendendo o limite de 20 jovens alunos. Seu principal objetivo foi favorecer o ingresso destes jovens no mundo do trabalho, bem como envolver o setor produtivo na formação deles, aliando responsabilidade social às suas necessidades de trabalhadores qualificados. Os impactos esperados do programa foram à inclusão social de jovens de 16 a 21 anos, de baixa renda, por meio de formação profissional e ampliação das possibilidades de inserção no mundo do trabalho (BRASIL, 2005). As poucas avaliações existentes sobre tal programa impossibilitam quaisquer análises de impacto do programa. Neste sentido, a intenção aqui não é demonstrar seus impactos, mas apenas fazer um apanhado histórico das políticas de educação profissional no Brasil.

O PROEJA foi criado em 2005, pelo decreto nº 5.478 e alterado pelo decreto nº 5.840/2006 e teve como principal objetivo integrar ensino técnico e ensino técnico profissional com a modalidade de Educação Jovens e Adultos. Esta política pública buscou oferecer oportunidades para a conclusão da educação básica, juntamente com a formação profissional a jovens e adultos que não tiveram a oportunidade de cursar o ensino fundamental e/ou o ensino médio na idade regular e que buscam se profissionalizar. Os cursos podem ser de três tipos: Ensino Fundamental (EJA) com qualificação profissional – 1400h (Proeja FIC); Ensino Médio (EJA) com qualificação profissional – 1400h (Proeja FIC); Ensino Médio (EJA) com Educação Profissional Técnica – 2400 h (Proeja Técnico). As redes ofertantes desse programa foram às redes federal, estadual, municipal e as entidades do Sistema S (BRASIL, 2016). Estas características guardam inter-relação próxima com o Pronatec, suas redes ofertantes são as mesmas, o que muda é modo do programa ser implementado e suas modalidades.

O Brasil Profissionalizado, diferente dos outros programas, visa fortalecer as redes estaduais de educação profissional e tecnológica. Esta iniciativa repassa recursos do governo federal para que os estados invistam em suas escolas técnicas, através de um convênio feito com o FNDE (Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação). Assim, o governo federal, por meio do repasse de tais recursos, incentiva os estados e municípios a retomarem o ensino profissional. Esse programa busca resgatar algumas concepções que tinham sido quebradas ao longo dos anos e das recorrentes mudanças na legislação brasileira, tais como a criação de escolas profissionalizantes articuladas com o ensino médio. Esta inversão na lógica dualista entre ensino profissional e o ensino acadêmico obtém respaldo em alguns documentos da OCDE e da OIT, os quais já foram citados neste trabalho (OCDE, 2010; OIT, 1998). Vale dizer que essa inversão acontece quando se tem escolas em que a educação técnica e a acadêmica estão presentes conjuntamente com na escola. Consoante aos documentos já vistos, segundo o Irineu Colombo (2008, p.6), um dos idealizadores deste programa, o Brasil Profissionalizado:

Retoma também com novas concepções. Uma, de caráter geral, implica que a educação profissional seja voltada para todos os cidadãos com o propósito de prepará-los para o mundo do trabalho. Outras três concepções são mais específicas: a permanente elevação de escolaridade; a criação de itinerários formativos e a de ser uma forma atrativa de incentivar o retorno de jovens e adultos à escola.

O programa descrito acima objetiva, a partir da revisão da legislação atinente, rebater a lógica do dualismo presente na educação brasileira, na medida em que busca uma integração

entre o ensino médio e o técnico profissional ao incentivar a expansão deste tipo de escolas através da assistência financeira e técnica (obras, gestão, formação de professores, etc.) (COLOMBO, 2008).

O Projovem foi reestruturado pela lei 11.692 de 2008. A necessidade de reestruturação do programa se justificou após estudo do PNUD em 2007 que apontou a existência de cerca de 4,5 milhões de jovens brasileiros entre 15 e 29 anos que estavam fora da escola, desempregados e sem terem concluído o ensino fundamental. Nesse sentido, houve a busca pela ampliação, e integração entre as ações de cunho emergencial e as ações vinculadas às áreas de educação, saúde, esporte e cultura, bem como, o aumento de sua escala de perfil para todo o universo de jovens brasileiros socialmente excluídos – incluindo jovens entre 18 e 29 anos de idade, que não tivessem concluído o ensino fundamental, que não estivessem trabalhando e que vivessem em domicílio com renda per capita de até meio salário mínimo (SANTOS et. al., 2011; RIBEIRO et.al., 2012).

A lei 11.692 de 2008, citada por Ribeiro e outros (2012), prevê que o Projovem é:

“destinado aos jovens de 15 (quinze) a 29 (vinte e nove) anos, com o objetivo de promover sua reintegração ao processo educacional, sua qualificação profissional e seu desenvolvimento humano, será desenvolvido por meio das seguintes modalidades:”

- I - Projovem Adolescente - Serviço Socioeducativo;
- II - Projovem Urbano;
- III - Projovem Campo - Saberes da Terra; e
- IV - Projovem Trabalhador (BRASIL, 2008)

A primeira modalidade, o Projovem Adolescente é destinado aos jovens de 15 a 17 anos e oferece oportunidades socioeducativas para criar condições de inserção, reinserção e permanência do jovem no sistema educacional. Os beneficiários a serem inscritos na modalidade podem ser de famílias que tem o direito de receber o Bolsa-família ou que estejam em situação de risco social, independentemente de renda (encaminhados pelo Conselho Tutelar ou Ministério Público, Centro de Referência Especializado de Assistência Social - CREAS). Entretanto, nessa modalidade, não há oferta de bolsas. É exigida a frequência regular à escola, bem como às atividades socioeducativas e de educação formal. Os conteúdos ensinados perpassam por habilidades gerais, capacidade comunicativa, inclusão digital e participação social. Este desenho do programa segue a visão de Manfredi (2006) do que deveria ser um programa, o qual conjugaria as habilidades do trabalhador moderno e a participação cidadã.

A segunda modalidade é o Projovem Urbano o qual é destinado aos jovens de 18 a 29 anos que não foram totalmente alfabetizados. O curso é de 18 meses ininterruptos, abarcando

3 dimensões, a educacional, a profissional específica e a cidadã. O aluno também recebe por mês um auxílio de R\$100,00 por mês condicionado à sua presença mínima nas aulas (75%) e a entrega de trabalhos.

A terceira modalidade é o Projovem do Campo. Este dá a oportunidade a jovens agricultores de 18 a 29 anos a concluírem o ensino fundamental na modalidade de educação de jovens e adultos, integrado à qualificação social e profissional no campo. O curso tem a duração de dois anos, se organiza pela metodologia da alternância – intercalando tempo escola e tempo comunidade – e adota a pesquisa e o trabalho como princípios educativos.

Por fim, o Projovem Trabalhador tem como público alvo jovens de 18 a 29 anos, os quais estão terminando ou já terminaram o ensino fundamental ou médio e que tenham renda familiar inferior ou igual à um salário mínimo per capita. Os cursos têm duração de 350 horas, são de cunho profissionalizante e de geração de renda e são divididos entre a qualificação social e qualificação profissional. Os jovens recebem uma bolsa auxílio de seis parcelas de R\$ 100, desde que obtenham a frequência mínima no período.

**Quadro Síntese 3 - Programas de Qualificação Profissional implementados no Brasil, 2003 a 2016, exceto Pronatec.**

	<b>PNQ</b>	<b>Escola de Fábrica</b>	<b>Proeja</b>	<b>Brasil Profissionalizado</b>	<b>Projovem</b>
Período	2003- dias atuais	2005 - 2009	2006 – dias atuais	2007- dias atuais	2008 – dias atuais
Órgão executor	MTE, Secretarias Estaduais e municipais	MEC e unidades gestoras com experiência em oferecimento de cursos de educação profissional da área pública e privada	SETEC/ MEC Secretarias estaduais e municipais de educação. Sistema S	MEC, e Secretarias Estaduais.	MTE, MDS, MEC e Secretarias Estaduais.
Objetivos	Planejar, articular e financiar a execução de ações de qualificação, de certificação e orientação profissionais, sincronizadas com as políticas de emprego, educação e desenvolvimento socioeconômico	Oferecer cursos de educação profissional que preparem os jovens de baixa renda para o mercado de trabalho.	Qualificação profissional de jovens e adultos e preparação para o mercado de trabalho.	Visa fortalecer as redes estaduais de educação profissional e tecnológica. Reverter a lógica dualista e oferecer ensino técnico e acadêmico juntos	Conclusão do ensino fundamental Oferecer cursos de formação e educação profissional
Público-alvo	-beneficiários do Programa do Seguro-Desemprego; -Trabalhadores Rurais e urbanos. -Pessoas beneficiárias de políticas de inclusão social;	16 a 24 anos de baixa renda (até 1 salário mínimo)	Jovens e adultos com 18 anos ou mais que estão fazendo EJA.	Alunos de 16 a 24 anos que estão no ensino médio	15 aos 29 anos
Modalidades	PlanTeQ PlanSeQ ProEsQs		Presencial Semipresencial EJA habilitação técnica		Projovem Adolescente Projovem Urbano Projovem Campo Projovem Trabalhador
Ações	-Oferecimento de cursos de educação profissional. -Inserção Profissional por meio do SINE.	Pagamentos de bolsas auxílio e o oferecimento de cursos teóricos com módulos práticos	Oferecimento de cursos teóricos e práticos	Ampliar, modernizar escolas das redes estaduais por meio do repasse de recursos.	Oferecimento de cursos. Pagamentos de bolsas aos alunos.

Fonte: Elaboração própria.

Além desses programas, vale ressaltar ainda que, no ano de 2008, tem-se outra iniciativa do governo Lula para a ampliação da educação profissional no país. A lei 11.892 de dezembro de 2008 criou 38 Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia (IFET). Com a referida lei, foi instituída a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica no âmbito do sistema federal de ensino, vinculada ao Ministério da Educação e constituída pelas seguintes instituições: Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia – Institutos Federais; Universidade Tecnológica Federal do Paraná – UTFPR; Centros Federais de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca – CEFET-RJ e de Minas Gerais – CEFET-MG; Escolas Técnicas vinculadas às Universidades Federais (BRASIL, 2008). Com a criação desses institutos, possibilitou mais a frente a rápida expansão do Pronatec, visto que tal programa utiliza-se da capacidade instalada de cada uma das redes.

Em suma, percebe-se que os programas descritos de forma sucinta, representam uma mudança gradual de como eram as políticas de qualificação profissional desenhadas desde sua origem até os dias atuais. Os programas tinham em seu início uma lógica marcada pelo preconceito por se destinarem aos mais pobres, órfãos e desvalidos. No início do século XX, passaram para uma lógica taylorista/fordista, seguido de um reordenamento escolar no Estado Novo guiado pela lógica das carreiras e profissões aprendidas no seio escolar (setores primário, secundário e terciário da economia). A qualificação profissional, no período militar, foi marcada por uma lógica de educação profissional parecida com o período getulista, com a inovação da educação prática no local de trabalho, chegando ao final do governo Figueiredo e início da redemocratização no dualismo entre educação profissional e educação acadêmica. No início da década de 2000, elege-se um governo progressista com tendência oposta aos últimos governos. No entanto, apesar das várias iniciativas de políticas públicas para educação profissional constatou-se uma dificuldade em romper com a lógica dualista e propedêutica da educação pela qual se empurra a maior parte de seus alunos para o ensino médio acadêmico visando uma universidade e uma pequena parte para o ensino técnico.

O estudo *Investing in Youth: Brazil* empreendido pela OCDE em 2014 apontou alguns pontos de inflexão em nosso mercado de trabalho. Segundo tal estudo, apesar do Brasil ter um grande contingente populacional jovem, estaria num período de transição demográfica, a qual é caracterizada pela alta redução da taxa de natalidade. Aliado a isso, apesar dos indicadores desemprego à época estarem baixos, a baixa permanência

dos jovens nas escolas os conduzia a empregos precários com baixa produtividade e baixos salários. Outro problema dentro de nosso mercado de trabalho é sua pequena População Economicamente Ativa do Brasil pequena de acordo com padrões da OCDE, e que estaria em torno de 63% aliado a um número alto de jovens sem contrato profissional bem como outro um alto contingente de jovens conhecidos como nem-nem (nem estudam e nem trabalham). A porcentagem deste tipo de jovens é de aproximadamente 25,5% em 2012, ou seja, perde-se um contingente grande de jovens que poderiam estar no mercado de trabalho. Neste sentido, o grande desafio do governo brasileiro seria buscar a empregabilidade de seus jovens em bons empregos por meio de políticas ativas de emprego, nos termos de Ramos (2003). Nessa direção, a OCDE, através de seu estudo faz algumas considerações que poderão servir futuramente como políticas públicas. Os pontos primordiais para resolver os problemas acima elencados seriam três: (i) aumentar o gasto em educação, bem como sua eficiência de forma a preparar os alunos para o mercado de trabalho, (ii) criação de incentivos para os empregadores contratarem jovens e investir neles; (iii) além de prover assistência adicional aos jovens ajudando-os na procura e manutenção de empregos de qualidade (OCDE, 2014).

Neste capítulo sobre políticas de educação profissional, percebeu-se que o ambiente mundial se transformou ao longo do tempo impelido pela nova matriz tecnológica. Neste sentido, com a crise de da década de 1970, foi demandado ao Estado ocidental, principalmente o europeu, se posicionar com mais pujança frente aos desafios postos de maior produtividade do trabalhador e empregabilidade. Os governos ao redor do mundo buscaram se adaptar ao longo desse processo desenhando políticas públicas de educação profissional para sanar as demandas do mercado. A revisão histórica do caso brasileiro nos mostra que por muito tempo a educação profissional teve relegada ao segundo plano e constituiu-se como uma parte do ensino destinada às camadas populares. Assim, essa noção de que o ensino técnico teria uma importância menor em comparação ao ensino acadêmico permeia ainda o imaginário popular. No entanto, nestes 107 anos de ensino técnico aqui revisitados constatou-se que o percurso da educação profissional brasileira foi marcado por um caminho tortuoso em que diferentes tendências foram feitas enquanto política pública. Do período varguista até o final do período populista, a educação profissional era concatenada com o a educação básica. Porém a educação na época varguista tinha um cunho bastante elitista para quem era destinada a escola. No período militar, apesar de toda a força que a educação

profissional ganhou através das leis foi sendo rompida a lógica da educação básica em conjunto com a profissional. Na redemocratização e nos anos 90, foi totalmente dissociada a educação profissional e a educação acadêmica. De meados de 2000 para cá, a educação profissional brasileira ganhou novo fôlego com a elaboração de vários programas, ademais é adicionada a ideia de qualificação social do trabalhador, para que este não seja puramente empregado pelo capital. Não obstante, todo esse interesse em inserir os jovens no mercado de trabalho não se viu uma mudança substantiva nas quedas do contingente populacional de jovens desempregados, como demonstrou o estudo *Investing in Youth: Brazil* da OCDE (2014).

Será analisado no capítulo seguinte o Pronatec, partindo do seu marco conceitual, revisão de legislação até chegar ao estudo de seu perfil e oferta em Minas Gerais. Este programa, cerne principal do trabalho, busca como um de seus principais objetivos a inserção de jovens no mercado de trabalho através de cursos de educação profissional de pequena e média duração. Por meio dos registros de dados sobre programa do SETEC/MEC será analisado o perfil dos beneficiários em situação de curso concluído entre 2012 e 2014 (egressos), os cursos ofertados nas microrregiões com mais egressos por rede ofertante. Por fim, serão contrapostas a saída dos egressos e o movimento microrregional de admissões e demissões no mercado de trabalho mineiro. Busca-se responder se a oferta do Pronatec no estado é consistente com o perfil do mercado de trabalho e as demandas microrregionais.

### **3 O PRONATEC: MARCO NORMATIVO, MARCO CONCEITUAL E MARCO ORGANIZACIONAL, PESQUISAS RECENTES**

Este capítulo propõe-se a conceituar o Pronatec, explicar sua operacionalização enquanto política pública de educação profissional e por fim evidenciar sua articulação com o capítulo de educação profissional. Neste sentido, figura-se importante entender todo o marco normativo e sua operacionalização, pois como já foi escrito na introdução, a análise de políticas públicas se mostra importante a fim de gerar subsídios para futuras avaliações e correções de rumos da política pública.

#### **3.1 Descrição do Pronatec**

O Pronatec é uma política pública de educação profissional criada pela Lei 12.513/2011 e consiste num conjunto de ações articuladas com o intuito de ampliar a oferta de educação profissional e tecnológica por meio de assistência técnica e financeira visando aumentar a empregabilidade de seus egressos frente às necessidades do mercado de trabalho, por meio tanto de cursos FIC (Formação Inicial continuada) de baixa duração, quanto de cursos técnicos de grande duração (BRASIL, 2011). Conforme Celina Souza (2006), a política pública poderia ser definida por ser racional e ter claramente objetivos a serem alcançados. Seria facilmente diferenciada, pois permite distinguir entre o que o governo faz e o que ele pretende fazer. Ademais, pressupõe processos subsequentes à decisão e proposição, isto é, teriam custos para a implementação, execução e avaliação. Além disso, haveria vários atores nos mais diferentes níveis que podem impactar diretamente ou indiretamente a política pública, sendo estes formais ou informais. Por fim, a política pública ocorreria no longo prazo, com alguns resultados perceptíveis no curto prazo. Adentrando mais nessa tipologia, tem-se a política de educação profissional. Esta poderia ser definida como o conjunto de políticas que visam dar maior empregabilidade e inserção profissional aos trabalhadores no mercado de trabalho, pautando-se sempre pela oferta de cursos que reflitam as reais necessidades e vocações econômicas de cada região (SOUZA, 2015).

Os objetivos específicos deste programa são: a expansão, interiorização e democratização da oferta de cursos profissionalizantes de nível médio presencial e

programas de formação inicial e continuada ou qualificação profissional; bem como o fomento e apoio à expansão da rede física de atendimento da educação profissional e tecnológica. O Pronatec procura contribuir para a melhoria da qualidade do ensino médio público, por meio da articulação com a educação profissional, ampliando as oportunidades aos trabalhadores e estimulando à difusão de recursos pedagógicos a fim de apoiar a oferta de educação profissional e tecnológica (BRASIL, 2011).

Segundo a lei 12.513/2011, as ações do programa consistem em:

- I - Ampliação de vagas e expansão da rede federal de educação profissional e tecnológica;
- II - Fomento à ampliação de vagas e à expansão das redes estaduais de educação profissional;
- III - Incentivo à ampliação de vagas e à expansão da rede física de atendimento dos serviços nacionais de aprendizagem;
- IV - Oferta de bolsa-formação, nas modalidades:
  - a) Bolsa-Formação Estudante; e
  - b) Bolsa-Formação Trabalhador;
- V - Financiamento da educação profissional e tecnológica;
- VI - Fomento à expansão da oferta de educação profissional técnica de nível médio na modalidade de educação a distância;
- VII - Apoio técnico voltado à execução das ações desenvolvidas no âmbito do Programa;
- VIII - Estímulo à expansão de oferta de vagas para as pessoas com deficiência, inclusive com a articulação dos Institutos Públicos Federais, Estaduais e Municipais de Educação; e
- IX - Articulação com o Sistema Nacional de Emprego.
- X - Articulação com o Programa Nacional de Inclusão de Jovens - PROJOVEM, nos termos da Lei Nº 11.692, de 10 de junho de 2008 (Incluído pela Lei nº 12.816, de 2013).

O Pronatec oferta cursos FIC (Formação Inicial Continuada) de curta duração e de cursos técnicos de longa duração. Os cursos FIC se dividem em 13 eixos tecnológicos, a saber:

- Ambiente e saúde
- Controle e processos industriais
- Desenvolvimento educacional e social
- Gestão e negócios
- Informação e comunicação
- Infraestrutura
- Militar
- Produção alimentícia
- Produção cultural e design
- Produção industrial
- Recursos naturais
- Segurança

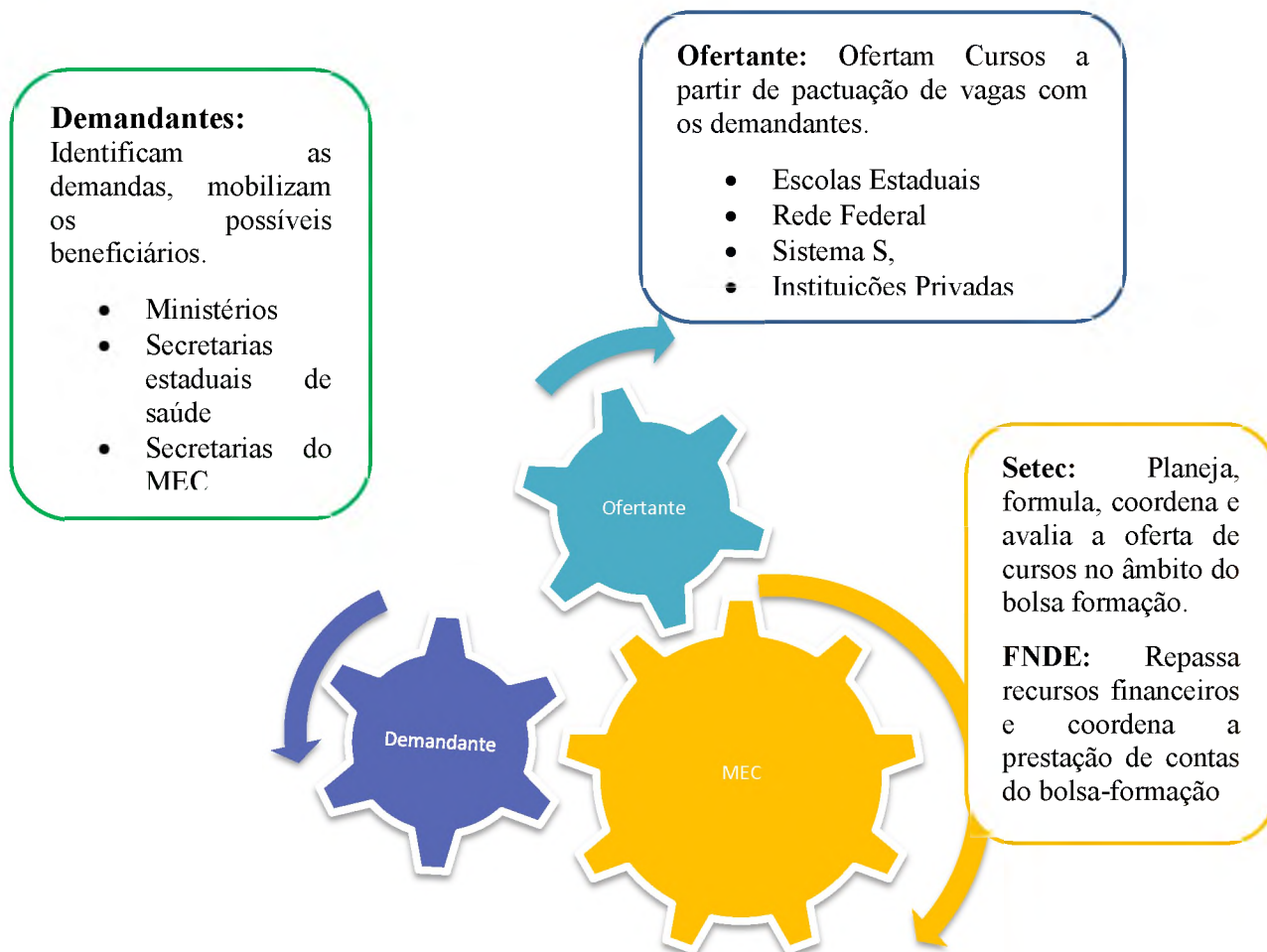
Este programa tem como público alvo os estudantes de ensino médio da rede pública, inclusive EJA; trabalhadores; beneficiários dos programas federais de transferência de renda; e estudantes que estudaram o ensino médio em instituição privada na condição de bolsista integral. Estes alunos podem fazer o curso na modalidade concomitante, ou seja, em conjunto com o ensino médio, ou subsequente (após fazer o ensino médio). Todo aluno que é beneficiário deste programa ganha o direito de receber a bolsa formação. Esta é regulada pela portaria 817/2015 e tem os seguintes objetivos: potencializar a capacidade de oferta de cursos das redes de educação profissional e tecnológica; formar profissionais para atender às demandas do setor produtivo e do desenvolvimento socioeconômico e ambiental do País; ampliar e diversificar as oportunidades educacionais e a oferta de educação profissional e tecnológica gratuita no País; contribuir para a melhoria da qualidade do ensino médio público, por meio da articulação com a educação profissional; incentivar a elevação de escolaridade; integrar programas, projetos e ações de formação profissional e tecnológica; democratizar as formas de acesso à educação profissional e tecnológica; e estimular a articulação entre a política de educação profissional e tecnológica e as políticas de geração de trabalho, emprego e renda (BRASIL, 2015b).

Os agentes responsáveis pela execução e operacionalização da política pública são:

- Ministério da Educação por meio do SETEC-MEC;
- Diretoria de Tecnologia da Informação do Ministério da Educação;
- FNDE; IES com cursos técnicos previamente autorizados pelos respectivos Conselhos de Educação e que firmarem Termo de Adesão como parceiros ofertantes;
- Instituições do SNA (sistema s) que firmaram termo de adesão como parceiros ofertantes;
- IES privadas, devidamente habilitadas pelo MEC, cujas mantenedoras firmarem Termo de Adesão como parceiros ofertantes;
- Secretarias dos governos estaduais que firmarem termo de adesão como parceiros demandantes.
- Fundações públicas.

Na figura 2 abaixo, pode-se ter uma noção visual de como ocorre à operacionalização do programa entre seus vários atores. Mais abaixo, será explicado mais detidamente como se dá a relação entre ofertantes, demandantes e o MEC.

**Figura 2 - Atores envolvidos na operacionalização do Pronatec e suas atribuições**



**Fonte: Ribeiro (2015).**

O Pronatec enquanto política pública tem em seus vários agentes de operacionalização uma subdivisão de competências. Essas competências podem ser entendidas como o seu papel dentro da política pública. Segundo a lei responsável pelo marco organizacional do programa (Brasil 2011), esses agentes podem ser ofertantes, demandantes e o MEC. Os ofertantes, entendidos aqui como aqueles que a partir da pactuação que estes fazem com os demandantes, ofertam a política pública. Isto é, conforme previsto na portaria 817, essas escolas ofertam os mais variados cursos técnicos de acordo com as vagas pactuadas com os demandantes. Segundo a portaria

817 (BRASIL, 2015b), os parceiros ofertantes têm sua função precípua de fazer a pactuação com os demandantes, em conformidade com os parâmetros estabelecidos pela SETEC-MEC, e apresentar sua proposta de vagas considerando o perfil dos beneficiários, quantidade de vagas e atendimento das demandas. Além disso, os parceiros ofertantes devem tomar adotar as providências necessárias para o registro do curso no Conselho Profissional correspondente, antes de iniciada a oferta, no caso das profissões legalmente regulamentadas e fiscalizadas por órgão próprio. Ademais, os parceiros ofertantes devem seguir o princípio da transparência e tornar públicas as informações de projetos pedagógicos, planos de cursos e demais documentos importantes no âmbito do Bolsa-formação. Devem ainda informar totalmente aos potenciais beneficiários da Bolsa-Formação, entidades vinculadas, sobre as informações pertinentes a estes, além de ter o compromisso em informar aos outros parceiros, sejam demandantes ou MEC sobre os beneficiários, seja em seu perfil socioeconômico, seja sobre a oferta da política pública. Por fim, essas instituições devem fazer o acompanhamento dos beneficiários e das turmas, no que tange à frequência de cada um e prestar contas ao FNDE e MEC sobre as execuções das bolsas-formação.

Os parceiros demandantes devem fazer toda a articulação entre os ofertantes e o MEC e à implementação do Bolsa-Formação. Para isso eles devem informar ao órgão central sobre as demandas específicas de formação profissional de cada parceiro ofertante, mobilizar e selecionar o perfil dos beneficiários observando critérios de socioeconômicos, conforme CNCT e Guia Pronatec de Cursos FIC, ou documento orientador equivalente, editado pela SETEC-MEC. Ademais são responsáveis por realizar a pré-matrícula dos beneficiários selecionados para a Bolsa-Formação em turmas registradas no Sistec, em conformidade com as prioridades previstas na Lei nº 12.513, de 2011 e manter atualizada junto à SETEC-MEC a todo o perfil dos beneficiários, número de vagas e os cursos a serem ofertados, a localização geográfica de oferta, e os mecanismos que serão utilizados no processo de seleção; fornecer à SETEC-MEC e aos parceiros ofertantes lista atualizada dos dados das unidades demandantes, quando houver, responsáveis pela mobilização, seleção e pré-matrícula dos beneficiários nos Estados, Distrito Federal e Municípios; estimular a participação das pessoas com deficiência nos cursos ofertados por meio da Bolsa-Formação, observadas as condições de acessibilidade e participação plena no ambiente educacional, tais como adequação de equipamentos, de materiais pedagógicos, de currículos e de estrutura física.

O Pronatec desde sua implementação sempre alocou volumosas somas de seu orçamento. De 2011 a 2014, segundo relatório técnico da Controladoria Geral da União (CGU), foram repassados aos parceiros demandantes e ofertantes mais de 6,4 bilhões, com maior participação dos Serviços Nacionais de Aprendizagem<sup>5</sup> SNA, como demonstra a tabela 1.

**Tabela 1- Transferências anuais de recursos aos parceiros ofertantes do Pronatec de 2011 a maio de 2014, em reais**

Rede de Ensino	2011	2012	2013	2014	Total Geral
SNA	208.261.704,50	1.054.161.444,18	2.065.021.070,00	1.200.822.145,00	4.528.266.363,68
Rede Federal	39.827.005,00	338.789.930,90	742.501.736,80	193.924.454,25	1.315.043.126,95
Rede Estadual	-	92.648.000,00	228.482.150,00	83.393.000,00	404.523.150,00
Rede Municipal	-	-	14.681.000,00	R\$ 3.380.000,00	18.061.000,00
Rede Privada	-	-	51.681.163,63	138.113.463,01	189.794.626,64
Total Anual	248.088.709,50	1.485.599.375,08	3.102.367.120,43	1.619.633.062,26	6.455.688.267,27

Fonte: Brasil (2015).

Percebe-se a partir do relatório que no ano de 2014 tem-se uma quebra na tendência de aumento das transferências nos repasses, no entanto, essa quebra se deve principalmente ao fato de que o ano de 2014 ainda não tinha acabado à época do relatório da CGU. O mesmo relatório também demonstrou a tendência de aumento do número das matrículas. No entanto, percebe-se que o sistema S em detrimento das outras redes é o que mais oferta as matrículas.

**Tabela 2 - Matrículas Pronatec por Rede de Ensino 2011-2014**

Redes de Ensino	2011	2012	2013	2014	Total Geral
SENAI	12.123	295.427	265.862	578.569	1.151.981
SENAC	9.469	198.781	248.656	403.722	860.628
Rede Federal	1.133	82.932	147.980	215.268	447.313
Rede Privada	-	-	116.496	176.054	292.550
Rede Estadual	-	29.458	47.566	76.291	153.315
SENAR	-	18.345	26.819	37.149	82.313
SENAT	-	5.841	47.233	80.231	133.305

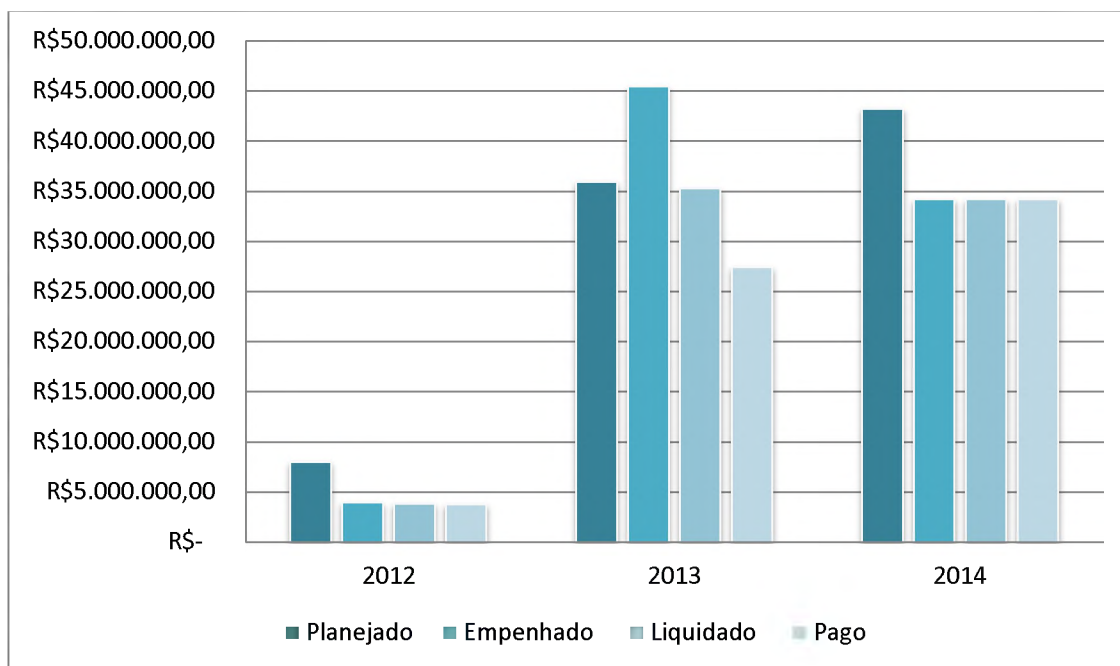
<sup>5</sup> Segundo relatório de auditoria da Corregedoria Geral da União (CGU) 4 unidades nacionais recebemos repasses do Pronatec e reenviam às demais unidades regionais. São elas: o Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial no Rio de Janeiro (SENAC – RJ); o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial no Distrito Federal (SENAC – DF); o Serviço Nacional de Aprendizagem do Transporte do Distrito Federal (SENAT – DF) e o Serviço Nacional de Aprendizagem Rural do Distrito Federal (SENAR – DF).

Redes de Ensino	2011	2012	2013	2014	Total Geral (continuação)
Rede Municipal	-	-	95	367	462
Total Geral	22.725	630.784	900.707	1.567.651	3.121.867

Fonte: BRASIL (2014)

Os repasses federais ao Estado de Minas para a operacionalização do Pronatec e sua Execução Financeira, em pessoal, demonstram certo descompasso entre 2013 e 2014. Planejou-se gastar menos em 2013, mas foi empenhado mais orçamento. No segundo ano analisado, temos o maior valor da execução financeira e nos anos seguintes há uma queda na execução que pode ser explicada pelo fato de que a execução financeira de 2014 ficou abaixo do planejado. Pode-se dizer que no ano de 2014, todo o dinheiro empenhado e liquidado foi pago. Verificou-se também uma tendência de crescimento para com o dinheiro pago neste programa para o âmbito estadual. Recorde-se que execução financeira abaixo demonstrada refere-se apenas ao ofertante estadual.

**Gráfico 1 - Execução Financeira Pronatec 2012-2014, Minas Gerais.**



Fonte: SEE-MG.

Em vista de todo esse apanhado documental acerca do programa aqui analisado é percebido que se podem fazer várias inter-relações com o capítulo teórico anterior. O Pronatec enquanto política pública pode ser descrito como uma política de emprego, pois incidem sobre a mão-de obra do trabalhador. Pode-se ainda circunscrever o

referido programa como uma política de mercado de trabalho ativa, pois visam à qualificação da mão de obra dos trabalhadores.

### **3.2 Pesquisas Recentes sobre o Pronatec**

O Pronatec enquanto política pública tem poucas avaliações acerca de sua operacionalização e provisão da política pública. Elas serviram de base para esta monografia. São duas as avaliações já feitas: uma efetuada pelo Ministério de Desenvolvimento Social (MDS) e uma feita pelo Ministério da Fazenda (MF).

O Ministério do Desenvolvimento Social – MDS fez uma avaliação qualitativa sobre o Pronatec/Brasil Sem Miséria. Neste estudo, buscou-se subsidiar as ações do Pronatec/BSM com informações acerca de sua implementação na ponta sobre processo de implementação do programa, adequação entre os cursos ofertados e o perfil dos alunos, a relação entre os cursos e as demandas existentes nos mercados de trabalho locais, e buscar conhecer dimensões associadas aos alunos que já passaram pelos cursos ofertados, tendo concluído ou não estes cursos. Foi identificado três tipos de perfis a partir do estudo: formados por alunos jovens e escolarizados, filhos de famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família; mulheres mais velhas, com filhos em idade escolar e homens mais velhos chefes de família.

As mulheres respondem por 67% das matrículas. A faixa etária 18-29 anos concentra 47% das matrículas, seguida dos adultos de 30-39 anos (25%) e daqueles de 40-49 anos (12%). Juntas, as três faixas concentram 84% das matrículas no período 2011-2014. Os alunos do Pronatec/BSM se autodeclararam majoritariamente como pardos (45%), seguidos de brancos (26%) e pretos (8%). A escolaridade de público do Pronatec/BSM concentra-se no ensino médio completo (51%). Em seguida, vêm ensino médio incompleto (23%), ensino fundamental incompleto (13%) e ensino fundamental completo (10%). Isso significa que 74% dos matriculados possui entre 9-11 anos de tempo de estudo (ensino médio completo ou incompleto) e 23% possui menos de 8 anos de tempo de estudo (ensino fundamental completo ou incompleto). A avaliação demonstrou que as Unidades ofertantes mais sensíveis e abertas aos problemas dos alunos têm menor evasão; unidades mais rígidas e menos acolhedoras afastam principalmente as mulheres mais velhas. Por vezes, foi verificado também que, quando

não havia acompanhamento dos gestores municipais, os alunos evadem motivados por problemas que poderiam ser negociados e resolvidos.

Neste mesmo caderno de estudo foram feitas duas avaliações quantitativas para o período de janeiro de 2012 a junho de 2014. A primeira avaliação executada por Montagner; Muller (2015) fez uma análise dos resultados do banco de dados do SISTEC a fim de verificar a efetividade do programa. Para isso, os autores buscaram responder se os cursos eram aderentes à realidade local em relação ao mercado de trabalho, através do índice de similaridade<sup>6</sup> e o desempenho escolar dos matriculados. Verificou-se que de 2012 a junho de 2014, verificou-se que 65,4% dos municípios que realizaram cursos do Pronatec/Bolsa Formação apresentam o índice acima de 0,6 com destaque para 20,2% da distribuição com índice acima de 0,8. Com esse índice superior a 0,6 notou-se a maior concentração para todos os tamanhos de município; 92,3% dos com mais de 500 mil habitantes; 88,1% para os de 100 mil a 500 mil habitantes; 72,0% para os municípios de 50 mil a 100 mil habitantes; 48,1% para os municípios de 10 mil a 50 mil habitantes e 27,4% para os municípios de até 10 mil habitantes. No que tange ao desempenho escolar aprovação e reprovação nos cursos de Formação Inicial e Continuada do Bolsa Formação analisados, temos que, no conjunto de matriculados que concluíram os cursos, 87,1% das matrículas tiveram aprovação ao final. No Pronatec/BSM, a taxa é similar com oscilação positiva atingindo 87,7% e nas demais matrículas (não BSM) é de 86,5%.

Analisando as taxas de conclusão e de abandono nos cursos do Pronatec/Bolsa Formação para a população inscrita no Cadastro Único e beneficiário do Programa Bolsa-Família, os autores explicitam que os estudantes beneficiários do PBF apresentam taxa de conclusão mais elevada (81,4%) e, conseqüentemente, menor taxa de abandono (18,6%), novamente mais elevados que os concluintes que não eram beneficiários prioritários do BSM.

O relatório feito pelo Ministério da Fazenda avaliou a inserção dos egressos no Pronatec no mercado de trabalho, cruzando os dados pessoais dos egressos que em 2011 foram desligados do serviço e fizeram Pronatec FIC de outubro de 2011 a junho de 2013.

---

<sup>6</sup> O índice de similaridade pode ser definido como a similaridade entre os cursos ofertados e as CBO's. Neste sentido, a similaridade é separada de 0 a 1, sendo que quanto mais próxima de 1 mais aderente o curso é à realidade local.

O estudo supracitado teve a seguinte metodologia: em primeiro lugar, pegaram-se os trabalhadores desligados em 2011, separaram-se em três grupos: o grupo que fez a pré-matrícula e confirmou (grupo de tratamento), pré-matrículas não confirmadas (grupo de controle) e o grupo de trabalhadores que não se inscreveram no Pronatec. Segundo o relatório, apenas 0,8% das pessoas que foram desligadas em 2011 optaram por se pré matricular em cursos de qualificação profissional FIC do Pronatec. O total de pré-matrículas foi de 161.985 pessoas. Destas, 79.658 não tiveram a matrícula confirmada (grupo de controle) e 82.327 tiveram a matrícula confirmada (grupo de tratamento). Do total de matrículas confirmadas, 36.391 não concluíram seus respectivos cursos, enquanto que 45.936 concluíram. O estudo sugere a partir dos dados quantitativos e das comparações entre o grupo de tratamento e o de controle, isto é, os que concluíram a pré-matrícula e os que não concluíram que o Pronatec contribui pouco para a reinserção profissional de seus egressos. Segundo o relatório, o maior percentual de reinserção na comparação com os trabalhadores que nem se inscreveram no programa está mais associado à iniciativa de inscrição no Pronatec do que à realização do curso, concluindo-o ou não. Outra dimensão analisada foi o efeito do programa para o aumento do salário. Constataram-se resultados ambíguos nesta parte do estudo: em 10 estados, os ganhos salariais dos inscritos no programa comparado aos ganhos salariais do grupo de controle foram menores. Adicionalmente, observou-se que em 13 das UF a medida de ganho salarial foi inferior para os indivíduos que completaram o programa do que para os que não completaram o programa, indicando que a conclusão do curso não gera um “efeito-certificado”. No entanto, em estados como Maranhão, Ceará e Piauí, seus egressos obtiveram maiores ganhos salariais nominais após o término do curso (BRASIL, 2015c).

Em suma, o estudo do Ministério de Fazenda conclui que o Pronatec teve bastante êxito em sua rápida expansão, propiciado principalmente pelo acordo de gratuidade do Sistema S (como discutido no capítulo anterior), além disso, demonstrou sua focalização em atender os menos favorecidos. No entanto, o programa não teve sucesso em trazer uma mudança significativa em reinserir trabalhadores no mercado de trabalho. Esse resultado é referendado pela comparação entre o grupo de tratamento e grupo de controle, os quais poderiam ter o mesmo engajamento para procurar se qualificar e melhorar sua inserção. No que tange aos ganhos de salários, o resultado foi dúbio, na medida em que a conclusão do curso não gera efeito de certificado na maioria dos estados, isto é, em 13 estados a medida de ganho salarial foi inferior para os

indivíduos que completaram o programa. Ao fim do estudo, o ministério faz uma observação acerca da limitação do estudo, isto é, a janela do tempo de análise, pouco mais de dois anos, pode não ter sido suficiente para captar os efeitos do programa, tanto de inserção profissional quanto salarial (BRASIL, 2015c).

### 3.3 As Redes Ofertantes do Pronatec

A presente subseção pretende analisar as redes ofertantes que ofertam a política pública, traçando brevemente seu histórico e suas especificidades. As redes ofertantes do Pronatec que este trabalho analisou são seis: Sistema S (SENAI, SENAC, SENAR, SENAT), Rede Federal, Rede Estadual e Rede Municipal.

O Sistema S, uma das redes analisadas pelo presente trabalho, é um dos mais importantes ofertantes do Pronatec. Assim sendo, é importante entender o histórico de como foi criado, bem como o percurso particular que este ofertante teve até os dias atuais. O SENAI foi criado pelo decreto-lei 4.048 de 22 de janeiro de 1942, no final do Estado Novo em virtude da necessidade de expansão da indústria brasileira. Esta necessidade advinha do modelo de substituição de importações, o qual se caracteriza, segundo Bresser-Pereira (1977), por ser dos países latino-americanos entre 1930 e 1960. É um modelo que se origina do estrangulamento externo<sup>7</sup> e da redução persistente do coeficiente de importações<sup>8</sup>. Esse tipo de política macroeconômica traz grandes efeitos na estrutura social e econômica de um país, tais como a urbanização de grandes polos, mudança da estrutura política e social, surgimento de novas classes, empresários industriais e trabalhadores urbanos. As indústrias inicialmente implementadas são de consumo simples, características dos anos 1930 e 1940, correspondem ao setor tradicional da indústria. Já nos anos 50 começam a se instalar indústrias de bens de consumo durável e automobilística. Segundo os autores estudados, esse seria o término do Programa de Substituição de Importações (PSI) (BRESSER-PEREIRA, 1977; LACERDA et. al, 2010)

---

<sup>7</sup> O estrangulamento externo se caracteriza por ser qualquer obstáculo que freie ou mesmo impeça o crescimento externo da economia, até os níveis desejados, no fluxo de produção. É quando tem-se uma crise no setor da economia do país, levando-o a uma queda na capacidade de importação. ou quando esta capacidade cresce aquém do que o produto interno, impedindo a expansão nacional. Caracteriza-se pela falta de divisas para que industriais possam importar máquinas e equipamentos. A saída da crise no setor externo veio através da mudança para um padrão de acumulação.

<sup>8</sup> Segundo estudo publicado pela FIESP (2012), o Coeficiente de importações caracteriza-se pela divisão entre importações pela diferença entre produção e a balança comercial (Exportações-Importações).

Já o SENAC nasceu de uma reunião entre os empresários do comércio, em 1945, na cidade de Teresópolis, Rio de Janeiro. Este evento ficou conhecido como “Conferência das classes produtoras no Brasil”. A partir dessa conferência foi produzido um documento chamado “Carta econômica de Teresópolis” ou “Carta de paz Social”. Esta carta recomendava que o Governo Federal aperfeiçoasse o ensino médio e superior de comércio, economia e administração, além do estímulo à criação de escolas. Com isso, esperava a confederação que atenuassem as complexidades crescentes das funções especializadas da área mercantil. O Presidente à época, Eurico Gaspar Dutra, baixou os decretos-leis 8.621 e 8.622 de 10 de janeiro de 1946, autorizando à Confederação Nacional do Comércio a instalar e administrar, no país todo, escolas de aprendizagem comercial para trabalhadores menores de idade, entre 14 a 18 anos, assim como cursos de especialização para comerciários adultos. Dessa forma, o SENAC pode ser criado e sua sede ficou sendo a capital federal, Rio de Janeiro (MANFREDI, 2002).

O SENAR, Serviço Nacional de Aprendizagem da Agricultura, foi criado em 1976 e extinto em 1988. Foi recriado em 1991, pela lei nº 8.135/1991, regulado pelo Decreto nº 566/1992 e reestruturado nos moldes do Sistema S. Seus objetivos são organizar, administrar e executar o ensino da Formação Profissional Rural (FPR) e a Promoção Social (PS) dos produtores e trabalhadores rurais, bem como seus familiares. Além disso, o SENAR tem como objetivo orientar toda a implantação das ações do FPR e da PS, bem como atingir o público-alvo geração de renda e condições de competitividade no mercado de trabalho. Em suma, o SENAR procura capacitar os trabalhadores do campo através do ensino de metodologias, técnicas para a execução do trabalho deste, contribuindo assim para a geração de renda no meio rural dos pequenos proprietários (as) (SENAR, 2015).

O SENAT, por sua vez, foi instituído pela Lei 8.706/1993 e é formado pelas empresas de transportes de passageiros e carga. Estas se desligaram do SENAI e formaram um ramo próprio no Sistema S. Segundo o artigo 2º da referida lei, ao SENAT compete atuar:

(...) cooperando com os órgãos do Poder Público e com a iniciativa privada, além de gerenciar, desenvolver, executar, direta ou indiretamente, e apoiar programas voltados à aprendizagem do trabalhador em transporte rodoviário e do transportador autônomo, notadamente nos campos de preparação, treinamento, aperfeiçoamento e formação profissional (BRASIL, 1993).

Percebe-se através da história traçada um Sistema S com bastante experiência no provimento de cursos técnicos, devido aos 70 anos de atuação do SENAI e o SENAC

com mais de 60 anos a fim de formar profissionais técnicos. Com o passar dos anos, a necessidade do mercado de trabalho e as especificidades do contexto brasileiro forçaram a este sistema também a assumir as dificuldades e a pensar novas propostas para o atendimento da demanda. Segundo dados consolidados através do banco de dados, 87,63% dos egressos são do Sistema S. No sistema S, a maioria deles está nas microrregiões de Belo Horizonte, Uberlândia e Divinópolis, estes somam 24,42% dos egressos. Quanto às redes ofertantes dentro do Sistema S, constata-se que o maior número de egressos está nas redes SENAC e SENAI com 61,64% e 31,62%, respectivamente, as outras duas redes (SENAT e SENAR) respondem por um número menor de egressos (1,18% e 5,57% respectivamente), certamente porque, como explicado acima, tratam-se de serviços novos e com cursos muito específicos.

Já rede federal instituída em 2008 pela lei 11.892 é caracterizada por ser formada por:

[...] instituições de educação superior, básica e profissional, pluricurriculares e multicampi, especializados na oferta de educação profissional e tecnológica nas diferentes modalidades de ensino, com base na conjugação de conhecimentos técnicos e tecnológicos com as suas práticas pedagógicas, nos termos desta Lei (BRASIL, 2008).

Seus objetivos são oferecer formação técnica de nível médio a alunos, formação inicial e continuada a trabalhadores, realização de pesquisas aplicadas, desenvolvimento de atividades de extensão, estímulo e apoio a processos educativos que levem à geração de trabalho e renda e à emancipação do cidadão e oferecimento de cursos de educação superior (BRASIL, 2008).

Por fim, a rede estadual e a municipal se compõem de escolas provenientes do Estado e município, as quais oferecem cursos técnicos concomitantes ou subsequentes<sup>9</sup>.

---

<sup>9</sup> Os cursos técnicos concomitantes são cursos voltados para alunos que estão cursando o Ensino Médio, preferencialmente nas redes públicas. Já os cursos técnicos subsequentes são cursos voltados para alunos que já concluíram o Ensino Médio. No Pronatec, esses cursos são ofertados por meio do Sistema de Seleção Unificada da Educação Profissional e Tecnológica (SISUTE). O acesso dá-se pela nota do ENEM (BRASIL, 2016). <<http://portal.mec.gov.br/pronatec/cursos-pronatec>>

## **4 ANÁLISE DA OFERTA E PERFIL DO PRONATEC EM MINAS GERAIS POR REDE OFERTANTE**

Nesta seção, o cerne desse trabalho, será feita a análise do perfil dos egressos do Pronatec no estado de Minas Gerais por rede ofertante, bem como a análise da oferta microrregional do programa no período de 2012 a 2014. A escolha desse período se justifica por duas razões: primeiro porque o programa iniciou sua execução no estado em 2012 e, segundo, porque adotou-se como recorte analítico os egressos do programa, ou seja, os beneficiários que concluíram os cursos oferecidos até dezembro de 2014.

Este capítulo se compõe de duas seções, uma ligada à metodologia empregada neste trabalho e a outra ligada à parte empírica. Esta última é a subseção com maior número análises e de páginas. Optou-se por dividi-las em redes ofertantes. Essa opção proporcionou ao trabalho captar as nuances e diferenças de cada uma delas. A análise se estruturou em três vieses. Primeiro, procurou-se descrever os dados quanto ao perfil do programa. Isto é, foi traçado o perfil dos egressos quanto à cor, escolaridade e sexo para o programa como um todo. Após essa análise, foi feita a descrição das três microrregiões com mais egressos. Em cada uma destas buscou-se estudar, pormenorizadamente, os cursos mais egressos quanto ao sexo. Neste sentido, percebeu-se em quais cursos estavam mais concentrados as mulheres ou os homens. Em seguida, foi observado se os cursos com mais egressos correspondiam às demandas da microrregião segundo o estudo da Herkenhoff & Prates (2015). Ademais, foi investigado se as ocupações referentes aos cursos com maior número de egressos tinham um movimento de expansão ou retração segundo a base de dados do CAGED. Ao fim de cada subseção, foi sintetizado o que havia ocorrido em cada um das redes ofertantes no período estudado, separando se houve correspondência entre os cursos com mais egressos e a vocação econômica microrregional. Além disso, na última subseção foi feita a análise de todas as redes, compilando para isso o comportamento observado nas outras análises, gerando possíveis conclusões acerca do que foi observado.

### **4.1 Metodologia**

A metodologia deste presente trabalho buscou estar em consonância com os objetivos almejados de estudo, isto é, se o Pronatec é aderente às vocações

microrregionais em Minas Gerais. Ademais o presente trabalho, primeiro, se os cursos com maior número de egressos, para os anos analisados, tiveram um movimento de expansão ou retração. Em segundo lugar, busca-se entender se a perfil do programa guarda inter-relação com o marco normativo do Pronatec, o qual foi descrito no capítulo 2. Assim sendo, buscou-se fazer uma pesquisa descritiva a qual corresponde nos termos de Gil (2008, p. 42) um tipo de pesquisa que “têm por objetivo estudar as características de um grupo: sua distribuição por idade, sexo, procedência, nível de escolaridade, estado de saúde física e mental, etc”.

Foi efetuada uma pesquisa bibliográfica a qual, segundo Gil (2008), “é desenvolvida com base em material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos”. Neste sentido, buscou-se levantar teoricamente o contexto do surgimento das políticas de educação profissional, demonstrar o contexto de surgimento das políticas de educação profissional nos países europeus e no Brasil, bem como traçar o marco conceitual dos diversos programas no âmbito brasileiro, inclusive o Pronatec.

Por fim, pesquisa documental foi outra estratégia utilizada para a descrição do programa aqui analisado. Segundo Gil (2008), este tipo de pesquisa caracteriza-se pelo levantamento de materiais que ainda não sofreram tratamento analítico. Os dados utilizados são oriundos da base de dados do Pronatec, sistematizada pela Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica (SETEC) do Ministério da Educação (MEC). O órgão disponibiliza as informações aos gestores das redes ofertantes de cursos do programa, a fim de facilitar o seu gerenciamento. Para este trabalho, os dados foram disponibilizados pelo o gestor do Pronatec da rede estadual de Minas Gerais. As tabelas, sistematizadas em excel, contém informações de idade, sexo, cor, escolaridade, microrregião, município, rede ofertante, unidade de ensino, tipo de curso, código de curso, nome do curso, data de início e previsão de término do curso para cada beneficiário registrado. Para se chegar ao total de egressos do Pronatec em Minas Gerais no período analisado, selecionaram-se, na base de dados, os casos de beneficiários cuja situação de curso estava indicada como concluída. Chegou-se, deste modo ao total de 93.841 egressos em Minas Gerais entre 2012 e 2014.

As informações serão apresentadas por rede ofertante do programa a fim de se comparar diferenças de seu perfil e oferta por rede, evidenciando, assim, as especificidades de cada rede ofertante do Pronatec no estado de Minas Gerais. Para isso, serão feitos cruzamentos das classificações da CBO 2002, base de dados do CAGED para os anos de 2012 a 2014 com os três cursos com maior número de egressos segundo

a base dados do SETEC/MEC. Essa opção metodológica dos três cursos buscou padronizar a análise, em vista da heterogeneidade destes e de suas redes ofertantes. Por exemplo, algumas dessas redes tinham um pequeno número de egressos e de cursos, como a rede estadual. Em suma, a análise empreendida buscou investigar as três microrregiões com mais egressos. Dentro dessa análise fez-se duas pesquisas, a primeira referente aos três cursos com mais egressos e suas três principais vocações microrregionais. Em segundo lugar fez-se a contraposição entre os três cursos com mais egressos e o movimento desligamento admissão das três ocupações referentes aos três cursos. Neste sentido, o tipo de análise feita contrapondo vocações econômicas microrregionais e os três cursos com mais egressos, bem como o movimento de admissão/desligamento segundo as classificações da CBO 2002 no CAGED teve como inspiração o estudo feito pelo Ministério da Fazenda. Este estudo procurou analisar a empregabilidade de quem fez ou não Pronatec.

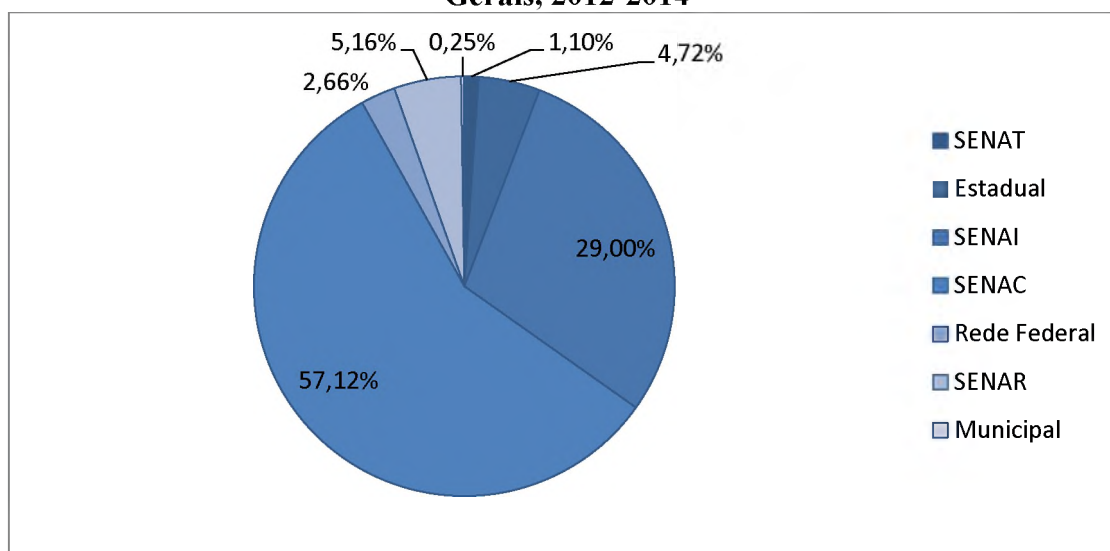
No supracitado estudo, foram separados três tipos de possíveis beneficiários: aqueles desligados do serviço no ano anterior e que não fizeram Pronatec; aqueles que estavam desligados do serviço fizeram a pré-matrícula e confirmaram e aqueles que fizeram a pré-matrícula, mas não confirmaram. O segundo grupo ainda foi dividido em concluintes e não concluintes do programa. Ao fim, analisou-se a inserção dos diferentes grupos no mercado de trabalho para os anos de 2012 e 2013. Este tipo de pesquisa não foi possível, pois o presente trabalho não dispôs de registros administrativos da RAIS e do CAGED separados por nome e CPF das pessoas a fim de cruzar nome dos egressos com o movimento de entrada no mercado de trabalho. Já a análise quanto à perfil fez uma exploração acerca do perfil dos egressos quanto à cor, sexo idade e escolaridade. Em suma, foi feita uma sinalização da correspondência entre oferta (o que as redes do Pronatec entregam) e demanda (vocações regionais e o que o mercado vem admitindo mais do que demitindo).

#### **4.2 – Características do perfil e oferta do Pronatec em Minas Gerais por rede ofertante**

No período de 2012 a 2014, 93.841 pessoas concluíram os cursos do Pronatec oferecidos por todas as redes ofertantes em Minas Gerais. Percebe-se através do gráfico 2 que a maior parte dos egressos do Pronatec advém do Sistema S (SENAC, SENAI, SENAT e SENAR). Esse sistema atendeu 86.341 egressos, ou seja, 92,37% do total.

Segundo os dados observados, foram 57,12% de egressos no SENAC, 29% de egressos no SENAI; 4,72% na rede Estadual; 5,16% no SENAR; 2,66% na rede Federal; 1,1% no SENAT; e 0,25% rede Municipal. Deve-se reiterar que a maioria dos cursos ofertados pelo Sistema S é da modalidade FIC (Formação Inicial e Continuada), os quais, por serem de curta duração, são de mais fácil implementação e menor custo ao ofertante. A única rede ofertante em que se verificam mais cursos da modalidade técnica do que FIC é a rede estadual, que oferta apenas essa modalidade.

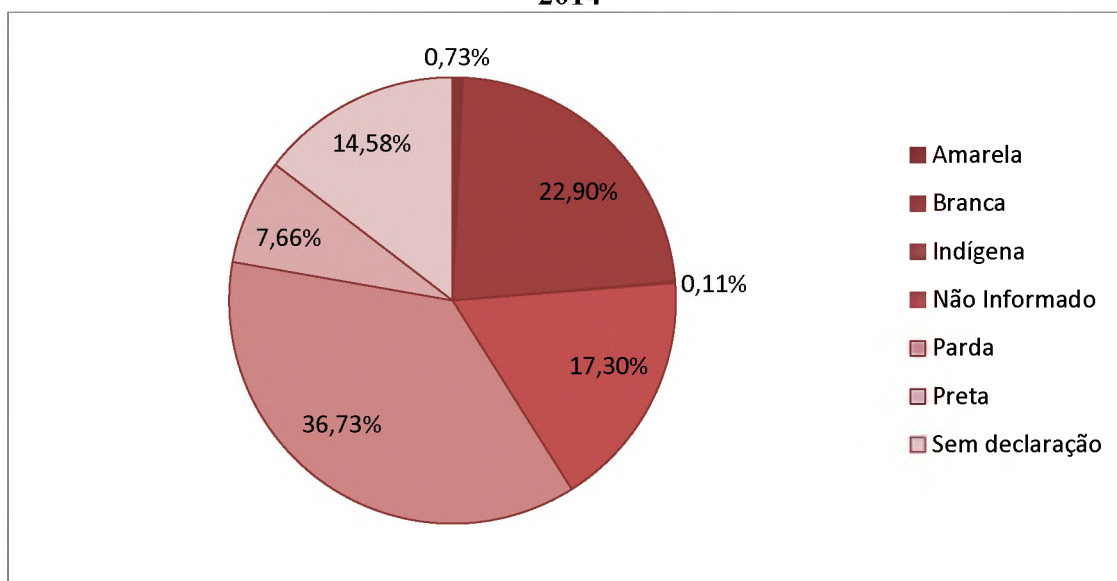
**Gráfico 2 - Distribuição dos egressos do Pronatec por rede ofertante, Minas Gerais, 2012-2014**



Fonte: SETEC/MEC. Dados Consolidados pelo próprio autor.

No período analisado, foi constatado através da consolidação dos dados administrativos do programa o perfil dos egressos quanto à cor e quanto à escolaridade. Desse modo, buscou-se examinar quais os públicos que são atingidos pelo programa. O gráfico 3 abaixo demonstra que 36,30% dos egressos são pardos; 22,90% são brancos; 7,66% são pretos e 0,84% estão entre indígenas e amarelos. Reitera-se que muitos registros ou não foram informados ou não tem declaração de cor. Estes somam 31,88% dos egressos do programa.

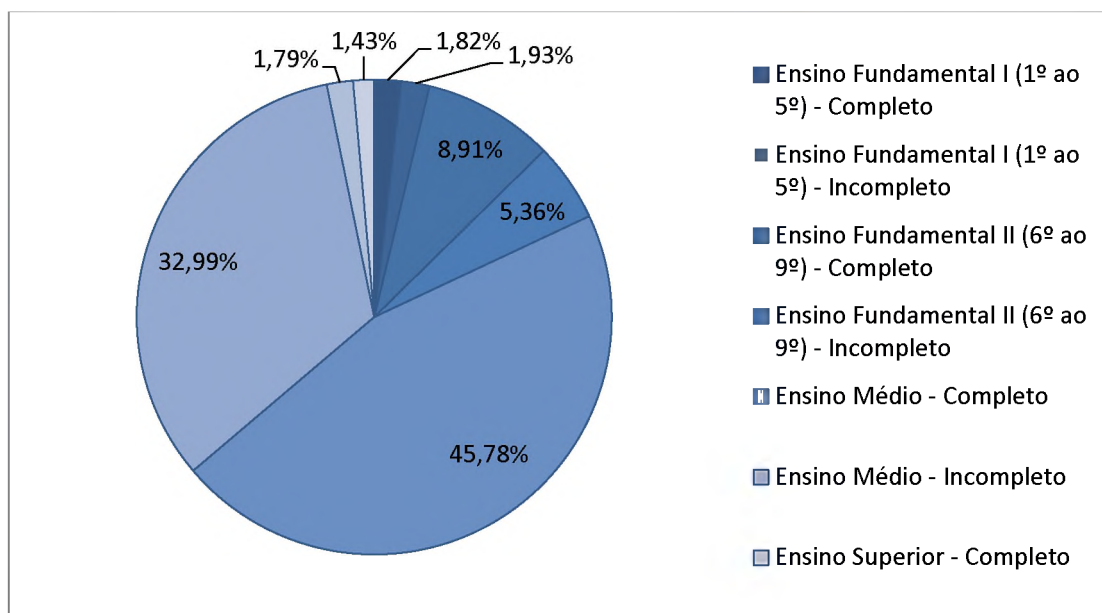
**Gráfico 3 - Distribuição dos egressos do Pronatec por cor, Minas Gerais – 2012-2014**



Fonte: SETEC/MEC. Dados Consolidados pelo próprio autor.

O perfil dos egressos do Pronatec quanto à escolaridade demonstrou uma preponderância de egressos com ensino médio completo (45,78%) e ensino médio incompleto (32,99%). Segundo o gráfico 4 abaixo, apenas 8,91% dos egressos tem completo o ensino fundamental ii (6<sup>a</sup> a 9<sup>a</sup> série); 5,35% tem esse nível de estudo incompleto. Os egressos com ensino superior completo ou incompleto respondem por 3,22% do total. Por fim, 3,75% dos egressos tem o ensino fundamental completo ou incompleto. Estudos semelhantes tais como o feito pelo Ministério da Fazenda apontam essa mesma tendência na qual tem-se mais estudantes do ensino médio, sejam completo (46,7%) e incompleto (29,9%) (BRASIL, 2015c).

**Gráfico 4- Distribuição dos egressos do Pronatec por escolaridade, Minas Gerais 2012-2014**



Fonte: SETEC/MEC. Dados Consolidados pelo próprio autor.

Será analisada para cada rede ofertante a distribuição dos egressos por microrregião do estado. Escolheu-se analisar essa distribuição para se comparar a oferta dos cursos com a dinâmica do mercado de cada uma delas, bem como com suas vocações econômicas regionais. Para a análise das vocações utilizou-se o estudo da Consultoria Herkenhoff & Prates realizado no ano de 2015. Este estudo foi desenvolvido através de

Dados secundários provenientes de órgãos oficiais, como o Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep/MEC) e o Instituto de Desenvolvimento Integrado de Minas Gerais (Indi), além de dados administrativos do próprio Programa de Educação Profissional (PEP), mantidos pela Secretaria de Educação de Minas Gerais (SEE/MG) (HERKENHOFF & PRATES, 2015).

Após a coleta dos dados e sua sistematização, foram feitas algumas compilações de modo a fornecer informações aprofundadas sobre as atividades econômicas de todas as microrregiões do estado, sendo os resultados apresentados separadamente para cada uma delas. Assim, chegou-se a três informações as quais auxiliam na identificação das ocupações técnicas de nível médio com maior demanda ou em forte expansão no mercado de trabalho local: (1) os investimentos anunciados por atividade econômica, (2) o valor adicionado bruto (VAB) por grande setor econômico e (3) e a Demanda Ocupacional, que mensura a importância de cada família ocupacional para a economia local (HERKENHOFF & PRATES, 2015).

Assim sendo, é imperativo explicitar o que são as microrregiões, em vista da importância dele neste estudo. Microrregião é um conceito cunhado pelo IBGE no ano de 1990. Trata-se do agrupamento de municípios que tenham relações e similaridades no nível econômico e social. Desta maneira, as estruturas de produção de cada município denotariam uma relação sinérgica e específica em cada microrregião. Para isso foi feito um levantamento de dados à época, consultando anuários estatísticos, atlas estaduais, censos agropecuários, mapas rodoviários dentre outros (IBGE 1990). Apesar de relativamente antiga, esta classificação ainda é amplamente utilizada pelos órgãos oficiais do governo, bem como pela base de dados utilizada neste trabalho. Neste caso, as vocações econômicas das microrregiões serão consideradas em comparação com os três cursos do Pronatec com mais egressos na microrregião para cada rede ofertante. Além disso, esses cursos serão comparados com os indicadores microrregionais de admissão e desligamento das ocupações da CBO 2002 presentes na base de dados do CAGED<sup>10</sup>.

Os dados da distribuição dos egressos por microrregião e rede ofertante para todo o estado de Minas Gerais mostram que as três microrregiões com maior número de egressos são Belo Horizonte, Uberlândia e Divinópolis, com 18,83%, 3,70% e 3,31% de egressos respectivamente. Interessante notar que 13 das 66 microrregiões do estado somam mais de 50% dos egressos nos anos de 2012 a 2014, indicando uma distribuição desproporcional da oferta do programa no estado. As microrregiões com mais egressos do Pronatec têm uma dinâmica econômica robusta tanto pela própria estrutura da economia quanto pela necessidade do mercado de trabalho local da reposição da mão-de-obra, como demonstram os dados do IBGE de valor adicionado bruto para as regiões<sup>11</sup> (IBGE, 2012).

As próximas subseções tratará a oferta do programa por rede ofertante, a saber: os quatro serviços do Sistema S, a rede federal, a rede estadual e a rede municipal,

---

<sup>10</sup> Segundo o MTE o Cadastro Geral de Empregados e Desempregados – CAGED, “é um registro Administrativo instituído pela Lei nº 4923 em dezembro de 1965, com o objetivo de acompanhar o processo de admissão e demissão dos empregados regidos pelo regime CLT e dar assistência aos desempregados”. Além disso, uma de suas funções precípua é dar assistência ao MTE para subsidiar seus programas, bem como evitar o pagamento de parcelas indevidas ao trabalhador, particularmente do seguro desemprego, levantando para isso os trabalhadores já inseridos no mercado, gerando estatísticas conjunturais sobre o mercado de trabalho ([www.mte.gov.br](http://www.mte.gov.br)).

<sup>11</sup> Segundo o IPEA, valor adicionado bruto é aquele que a atividade agrega aos bens e serviços consumidos no seu processo produtivo. É a contribuição ao produto interno bruto pelas diversas atividades econômicas, obtida pela diferença entre o valor de produção e o consumo intermediário absorvido por essas atividades (IPEADATA, 2016). [www.ipeadata.gov.br/doc/Contas%20Nacionais-Conceitos.doc](http://www.ipeadata.gov.br/doc/Contas%20Nacionais-Conceitos.doc)

respectivamente. Ademais, como já foi escrito acima, será estudada a correspondência entre os três cursos com mais número de egressos e a dinâmica microrregional das admissões e desligamentos das ocupações da CBO 2002 no período analisado.

#### 4.2.1.1 – Oferta do Pronatec pelo SENAI

O SENAI tem uma oferta de cursos bastante grande e um número de egressos considerável. De 2012 a 2014, 27.106 pessoas foram beneficiadas pelos cursos ofertados pelo SENAI. De acordo com os dados, a maioria dos egressos do SENAI fizeram cursos FIC (93,83% do total). Os dados mostram que há mais homens egressos que mulheres nos anos estudados. No entanto, essa diferença não é tão expressiva: 56,07% são homens; 43,93% são mulheres. Estudos semelhantes, tais como o empreendido pelo Ministério da Fazenda – Secretaria de Políticas Econômicas e o feito pelo Mestrando em Políticas Públicas Flávio Eliziário de Souza (2015), apontam que a maioria dos cursos FIC do Pronatec – Bolsa Formação são cursados por mulheres (60,7%) no estudo empreendido pelo Ministério da Fazenda e 64% no estudo feito por Souza (BRASIL, 2015c; SOUZA, 2015).

A idade dos egressos corrobora mostra que, proporcionalmente, temos maior frequência de jovens entre 15 a 29 anos egressos dos cursos ofertados pelo SENAI, que equivale a 54,22%. O perfil dos egressos da rede SENAI é, portanto, majoritariamente masculino, pardo, com idade entre 15 e 29 anos e ensino médio completo.

Passemos agora a análise da oferta microrregional dos cursos ofertados pela rede SENAI. A análise se concentrou nas três microrregiões com maior percentual de egressos por rede ofertante. No caso da rede em questão, são elas: Belo Horizonte, Juiz de Fora e Itabira.

Os três cursos ofertados pelo SENAI com mais egressos nos anos analisados do em Belo Horizonte foram *Assistente Administrativo*, *Eletricista Industrial* e *Soldador no processo MIG/MAG*. A tabela 2 abaixo demonstra a polarização egressos segundo o sexo para os cursos ofertados pelo SENAI nas 3 microrregiões que mais têm egressos, isto é, quando se comparam as mulheres qual é a porcentagem delas que fazem cada um dos cursos supracitados. Os cursos de assistente administrativo são os mais ofertados (5,52% do total), e este curso polariza o número de egressas em detrimento dos outros cursos, ademais tem-se neste mais egressas que egressos (78,57% contra 21,43%), no entanto esta situação se inverte para os outros dois cursos com maiores números de

egressos. As mulheres respondem por 6,31% no curso de eletricista industrial contra 93,69% dos homens. Já no curso de soldador são 8,06% do total contra 93,69% de homens. Nos outros cursos, têm-se mais egressos que egressas (63,97% contra 36,03%). Os cursos de *eletricista industrial* (7,71%) e *soldador no processo mig/mag* (6,23%) polarizam mais homens que o de *assistente administrativo* (1,89%).

**Tabela 3 - Percentual de egressos nos três cursos com mais egressos, por sexo, microrregião Belo Horizonte, rede SENAI, 2012-2014**

Cursos mais Ofertados	F	F%	M	M%	Total	Total(%)
ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	253	12,48%	69	1,89%	322	5,70%
ELETRICISTA INDUSTRIAL	19	0,94%	282	7,71%	301	5,29%
SOLDADOR NO PROCESSO MIG/MAG	20	0,99%	228	6,23%	248	4,36%
Demais Cursos	1735	85,59%	3080	84,18%	4815	84,65%
Total	2027	100%	3659	100%	5688	100%

Fonte: SETEC/MEC. Dados consolidados pelo autor

A microrregião de Belo Horizonte é composta por 24 municípios e 5.119.360 de população total e seu PIB per capita é de R\$ 27.449,69 (IBGE, 2010). Seu setor de serviços tem um valor adicionado bruto correspondente a 52,69% e seu setor industrial a 22,83%. Uma das demandas mais pujantes por mão-de-obra no mercado de trabalho em Belo Horizonte seria a de técnico em comércio, administração, vendas e afins; as outras duas vocações econômicas microrregionais são: Técnico em enfermagem e agente comercial de saúde; e Técnico em Mecânica, Eletrônica e Mecatrônica (HERKENHOFF & PRATES, 2015). Assim sendo, percebe-se que o curso mais ofertado nessa microrregião segue a sua vocação econômica principal. Já os outros dois cursos com maiores números de egressos não são do grupo de ocupações que têm a maior demanda dentro do mercado de trabalho dessa microrregião, segundo Herkenhoff & Prates (2015). No entanto, apesar de não terem os maiores números de egressos, os cursos de Técnico em Mecânica, Técnico em Eletrônica e Mecatrônica são também ofertados por essa rede ofertante.

A análise dos dados do CAGED nos anos de 2012 a 2014 em comparação com os cursos ofertados nas microrregiões pretende perceber se há relação entre a oferta dos cursos e o movimento de admissões e desligamentos das ocupações afetas aos cursos no mercado de trabalho. Essa análise constatou que ocupação correspondente ao curso de Assistente administrativo teve um movimento de retração dentro do mercado de trabalho no período na microrregião de BH: foram 68.721 admitidos e 72.622

desligados. Já a ocupação correspondente ao curso de eletricista industrial teve um movimento positivo quando se contrapõe admitidos e desligados: foram 1.557 eletricistas de instalações admitidos e 1.457 desligados. A ocupação de técnico eletricista teve retração, na qual foram 125 admitidos e 179 desligados. Por fim, a ocupação de *soldador no processo Mig/Mag* demonstrou movimento de retração nos postos de trabalho. Foram 5.208 admissões e 6.578 desligamentos.

Na microrregião de Juiz de Fora, ocorre uma situação similar à micro de BH: apenas um dos cursos segue realmente as vocações econômicas regionais. Esta região é composta por 33 municípios e aproximadamente 776.228 habitantes e R\$ 17.072,56 de PIB per Capita. Em 2012, a microrregião de Juiz de Fora tem maior valor adicionado bruto no setor de serviços e na indústria com 54,26% em serviços e 18,13% em indústria (IBGE, 2012). Nessa microrregião uma das maiores demandas seria a de Assistente administrativo/técnico em secretariado, as outras duas maiores demandas seriam técnico em enfermagem e técnico em comércio (HENKENHOFF & PRATES, 2015). Os dados da base do SETEC/MEC demonstram que o maior número de egressos da rede SENAI em Juiz de Fora advém desse curso. O curso de assistente administrativo é feito mais por mulheres (76,17%) do que homens (23,83%). Ademais, o curso de modelista conta com muito mais egressas (83,85%) do que egressos (16,15%). A Tabela 4 explicita outras comparações possíveis. O curso de assistente administrativo juntamente com o curso de modelista de roupas polariza o número de egressas em comparação ao de montador de veículos automotores. Já o curso de montador de veículos polariza o número de egressos masculinos em relação aos outros dois cursos.

**Tabela 4 - Percentual de egressos nos três cursos com mais egressos, por sexo, microrregião Juiz de Fora, rede SENAI, 2012-2014**

Cursos Mais Ofertados	F	F%	M	M%	Total	Total(%)
ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	163	23,59%	51	6,74%	214	14,78%
MONTADOR DE VEÍCULOS AUTOMOTORES	25	3,62%	144	19,02%	169	11,67%
MODELISTA DE ROUPAS	109	15,77%	12	1,59%	121	8,36%
Demais Cursos	394	57,02%	550	72,66%	944	65,19%
Total	691	100,00%	757	100,00%	1448	100%

Fonte: SETEC/MEC. Dados consolidados pelo autor.

No que tange dinâmica das ocupações, segundo a classificação da CBO 2002, na microrregião de Juiz de Fora entre 2012 e 2014, dinâmica das ocupações, segundo a classificação da CBO 2002, verificou-se algumas situações. A primeira é acerca do

curso de assistente administrativo. Esta ocupação teve uma expansão na demanda do mercado de trabalho. Foram 3.566 admissões e 3.538 desligamentos. A ocupação de montador de veículos automotores também teve uma expansão. Foram 37 pessoas admitidas e 19 desligadas. Por fim, foram 104 pessoas admitidas como modelistas de roupas e 88 pessoas desligadas.

A microrregião de Itabira é composta por 18 municípios, têm 383.226 habitantes e R\$29.255,18 de PIB per capita. Segundo dados do IBGE coletados em 2012, o valor adicionado bruto industrial é de 59,86% do total e 39,24% do total corresponde área de serviços. Segundo o estudo da Herkenhoff & Prates (2015), os cursos com maiores demandas são técnico em Metalurgia, Técnico em Enfermagem e Agente Comunitário de Saúde e Técnico em Segurança do Trabalho. Essa microrregião, diferente das demais analisadas para a rede SENAI, tem uma indústria pujante do ponto de vista econômico. Suas principais vocações econômicas estão ligadas à indústria metalúrgica. Assim sendo, dois dos três cursos com mais número de egressos em Itabira correspondem a sua vocação econômica, por estarem ligados à área industrial. Consoante os resultados apresentados acima, tem-se a mesma tendência, na microrregião de Itabira, das egressas se concentrarem em cursos de *assistente administrativos* (41,5%) e os homens em cursos mais da área industrial (95% dos egressos nos cursos três cursos com maior número de egressos). Ao compararem-se as mulheres entre si percebe-se que entre elas não há uma polarização somente no curso de assistente administrativo (11,03%), esta situação acontece com os homens também.

**Tabela 5 - Percentual de egressos nos três cursos com mais egressos, por sexo, microrregião Itabira, rede SENAI, 2012-2014**

Cursos Mais Ofertados	F	F%	M	M%	Total	Total (%)
ELETRICISTA INDUSTRIAL	61	11,03%	82	8%	143	38,96%
SOLDADOR NO PROCESSO ELETRODO REVESTIDO AÇO CARBONO E AÇO BAIXA LIGA	31	5,61%	71	7%	88	23,98%
ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	61	11,03%	7	1%	68	18,53%
Demais Cursos	400	72,33%	925	85%	68	18,53%
<b>Total</b>	<b>553</b>	<b>100%</b>	<b>1085</b>	<b>100%</b>	<b>367</b>	<b>100%</b>

Fonte: SETEC/MEC. Dados consolidados pelo autor.

O cruzamento entre o movimento de admissão e desligamento das ocupações na microrregião estudada e os três cursos com mais número de egressos demonstrou que a ocupação de *técnico eletricista e eletricista de instalações* tiveram um movimento de retração com 8 admitidos e 11 desligados na primeira ocupação e expansão na segunda ocupação com 113 admitidos e 85 desligados, para os anos analisados. Já a *ocupação de*

*soldador no processo eletrodo revestido aço carbono e aço baixa liga*, correspondente a ocupação de soldador da CBO 2002 teve um retração na dinâmica do mercado de trabalho microrregional. Isto é, as admissões somaram 642 e os desligamentos 676. Já a ocupação de assistente administrativo teve uma expansão para os anos estudados, com 260 admitidos e 242 desligados.

O quadro síntese 4 abaixo demonstra a relação entre a vocação econômica regional x cursos com mais egressos, bem como a relação entre o retração/expansão das ocupações da CBO 2002 correlacionada com cursos analisados. O atendimento à vocação é determinado pelo movimento de expansão/retração do mercado de trabalho e o estudo feito pela Herkenhoff & Prates (2015). Em todos os quadros sínteses, para a atribuição das categorias sim, em parte e não considerou-se: sim – quando os três ou dois dos três cursos mais ofertadas são da mesma área econômica que as três ou duas das três principais vocações econômicas da microrregião, em parte – quando um dos cursos está acompanhando a vocação econômica microrregional e não, quando nenhum dos cursos mais ofertados estavam em consonância com a vocação econômica microrregional.

**Quadro Síntese 4- Correspondência dos três cursos com mais egressos com as vocações econômicas microrregionais e com o movimento admissão-desligamento das ocupações correspondentes nas três microrregiões com mais número de egressos, rede SENAI – 2012-2014**

Três Microrregiões com mais egressos - SENAI	Três cursos com mais egressos	Movimento entre Admissão e Desligamento das classificações CBO 2002 x 3 cursos com mais egressos	Correspondência três principais vocações econômicas (Henrkenhoff & Prates, 2015) x 3 cursos com mais egressos
Belo Horizonte	ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	Retração	Sim
	ELETRICISTA INDUSTRIAL	Expansão	
	SOLDADOR NO PROCESSO MIG/MAG	Retração	
Juiz de Fora	ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	Expansão	Não
	MONTADOR DE VEÍCULOS AUTOMOTORES	Expansão	
	MODELISTA DE ROUPAS	Expansão	
Itabira	ELETRICISTA INDUSTRIAL	Expansão	Em parte
	SOLDADOR NO PROCESSO ELETRODO REVESTIDO AÇO CARBONO E AÇO BAIXA LIGA	Retração	
	ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	Expansão	

Fonte: SETEC/MEC. Herkenhoff & Prates (2015) e CAGED. Elaboração própria.

Ao fim de tais análises, podemos depreender que os cursos oferecidos pelo SENAI nos anos estudados, em primeiro lugar, cumpriram o intento de capacitar jovens de 15 a 29 anos para o mercado de trabalho conforme análise documental sobre o Programa apresentado no capítulo anterior. No que tange às vocações econômicas das microrregiões estudadas, em geral, os cursos com mais egressos acompanham as principais vocações regionais das três microrregiões analisadas. No entanto, percebe-se que o curso que mais teve egressos nos anos de 2012-2014, o de assistente administrativo na microrregião de Belo Horizonte e Juiz de Fora e o de Eletricista em Itabira, não correspondem com a maior vocação econômica de cada microrregião. Ademais, as dinâmicas do mercado de trabalho em cada microrregião ligadas à indústria de transformação, serviços industriais de utilidade pública, construção civil, em sua maioria tiveram uma retração no comparativo do número de admissões e desligamentos. Neste sentido, para a Rede SENAI corresponde às vocações regionais, caso olharmos a oferta como um todo, já quando olhamos apenas os três cursos com mais egressos, percebe-se que em duas das três microrregiões a oferta acompanha as vocações, no entanto em um caso não se verifica esse *matching* entre vocação econômica e os cursos com mais egressos. Já o movimento de admissão e desligamento das ocupações correspondentes aos cursos, segue um movimento de expansão no mercado de trabalho, conforme recomendado OCDE (2010).

#### **4.2.1.2 – Oferta do Pronatec pelo SENAC**

O SENAC é outro importante ofertante dentro do Pronatec. Como vimos, esta rede teve 53.390 egressos, ou seja, 56,89% do total dos egressos. Esta rede é responsável, dentro do Sistema S pela maior número de egressos.

A primeira dimensão a ser analisada é quanto ao sexo dos egressos dos anos de 2012-2014. Temos que 43.534 são do sexo feminino e 9.856 são do sexo masculino, ou seja, 18,46% são homens e 81,54% são mulheres. Estes dados demonstram que os cursos oferecidos pelo SENAC foram concluídos mais por mulheres do que homem se comparar com os cursos do SENAI. Os cursos que o SENAC ofereceu pelo Pronatec, no período estudado, também são de formação em setores diferentes dos ofertados pelo SENAC. Enquanto os cursos do SENAI são mais ligados à indústria, nesta rede os cursos são mais ligados ao setor de serviços, o que se explica claro, pela área de atuação de cada um deles. O maior número de egressos cursou a modalidade FIC, (90,17%). Como demonstra o gráfico 4, a escolaridade dos egressos do SENAC constatou-se que a

grande maioria tinha ensino médio completo ou incompleto (82,3%), revelando uma similaridade com o que aconteceu no SENAI. A análise do banco de dados do SETEC/MEC revelou uma predominância muito forte de mulheres no estrato de 20 a 24 anos. Os egressos homens acompanham também essa tendência. Há também um grande contingente de egressas nos estratos de 25 a 29 anos, 30 a 34 anos e 35 a 39 anos.

Ao analisarem-se os dados do SENAC quanto ao sexo vê-se uma predominância das mulheres nos cursos com maiores números de egressos. Os dados de distribuição de mulheres e homens nos cursos demonstram ainda que não há uma polarização grande nos cursos de maiores números de egressos. Os demais cursos somam 72,89% dos egressos. Quando se comparam entre as mulheres, o curso de assistente administrativo lidera os números de egressos, mesmo entre as maiores ofertas (14,20% das egressas fizeram esse curso), entre os homens acontece à mesma coisa (11,04% dos egressos). O curso de *auxiliar de pessoal* soma 7,75% das egressas e 3,7% dos egressos. O curso de *assistente financeiro* soma 6,84% das egressas e 5,8% dos egressos. Ao se contrapor o número de egressas e egressos por curso, revela-se que em todos os cursos mais ofertados tem-se mais mulheres que homens. No curso de *assistente administrativo*, 78,82% são egressas e 21,18% são egressos. No curso de *auxiliar de pessoal*, somam-se 85,84% mulheres contra 14,16% homens. O curso de *assistente financeiro* segue a mesma lógica com 77,33% de egressas e 22,67% de egressos.

**Tabela 6 - Percentual de egressos nos três cursos com mais egressos, por sexo, microrregião Belo Horizonte, SENAC, 2012-2014**

Cursos mais ofertados	F	F%	M	M%	Total	Total %
ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	878	14,20%	236	11,04%	1114	13,61%
AUXILIAR DE PESSOAL	479	7,75%	79	3,70%	558	6,82%
ASSISTENTE FINANCEIRO	423	6,84%	124	5,80%	547	6,68%
Demais cursos	4404	71,22%	1698	79,46%	5966	72,89%
Total	6184	100,00%	2137	100,00%	8185	100,00%

Fonte: SETEC/MEC. Dados Consolidados pelo autor.

A microrregião de Belo Horizonte, mais uma vez responsável pelo maior número de egressos tem uma oferta muito diversificada de cursos (foram 63 cursos para os anos analisados). A ocupação de *assistente administrativo*, o curso com maior número de egressos, teve um movimento de retração na oferta de vagas emprego. Foram 43.630 pessoas e 48.101 desligados. A ocupação de *auxiliar de pessoal* demonstrou um movimento de expansão 3.516 pessoas admitidas e 3.277 desligadas. Por fim a

ocupação de *assistente financeiro*, a ocupação que aproximamos com *analista financeiro* teve um movimento de expansão dessa ocupação com 643 admissões e 611 desligamentos (CAGED, 2016). A análise de tais dados, na microrregião de Belo Horizonte demonstra que dois dos três cursos com mais egressos tiveram uma expansão de número de admissões, o único curso que teve uma retração foi o de assistente administrativo. Outra possível comparação entre a rede ofertante anterior e a rede do SENAC é o número de egressas muito maiores nesta do que naquela. Assim sendo, os cursos voltados mais para o setor de serviços têm um maior número de egressas do que o setor industrial.

A microrregião de Uberlândia é formada por 10 municípios, aproximadamente 891.313 habitantes e o PIB per capita de R\$ 32.962,05. Segundo dados do IBGE 46,50% do valor adicionado bruto da região é no setor de serviços e 22,46% é proveniente da indústria. Segundo o estudo da consultoria Herkenhoff & Prates (2015), a microrregião de Uberlândia tem uma estrutura econômica bem diversificada, com destaque para a agroindústria e para o setor de logística, em vista da sua privilegiada posição no território nacional. A maior demanda por ocupações de nível técnico está nas áreas de saúde, comércio e vendas e controle da produção. A oferta dos cursos na microrregião de Uberlândia é bastante diversificada, os egressos provêm de 46 cursos. De certa forma, apesar de não ter o maior número de egressos, tiveram alguns cursos acompanhando as vocações econômicas regionais, tais como: *técnico em segurança do trabalho, promotor de vendas e técnico em máquina overloque*.

Segundo o CAGED, nos anos estudados, a profissão com mais egressos nesta microrregião, o curso de manicure, teve um saldo negativo de 13 pessoas desligadas com 75 pessoas admitidas e 88 desligadas. Já o curso de cabelereiro, teve um saldo igualmente negativo de 9 pessoas desligadas. Foram admitidas 254 pessoas e desligadas 263 pessoas. Então é possível supor que os cursos não estão acompanhando as demandas da microrregião. Por fim, nos anos analisados a ocupação de *maquiador* teve uma variação positiva de dois maquiadores admitidos e nenhum demitido.

**Tabela 7 - Percentual de egressos nos três cursos com mais egressos, por sexo, microrregião Uberlândia, SENAC, 2012-2014**

CURSOS	F	F%	M	M%	Total	Total %
MANICURE E PEDICURE	310	14,64%	2	0,55%	312	13%
CABELEIREIRO	185	8,74%	15	4,12%	200	8%
MAQUIADOR	191	9,02%	3	0,82%	194	8%
Demais cursos	1431	67,60%	344	94,51%	1775	72%
Total	2117	100%	364	100%	2481	100%

Fonte: SETEC/MEC. Dados Consolidados pelo autor.

Os cursos com mais número de egressos na microrregião de Uberlândia estão no setor de serviços: *manicure e pedicure*, *cabelereiro e maquiador*. Percebe-se que os egressos desse curso são em maioria mulheres. A tabela 7 demonstra que os cursos de *manicure e pedicure* polarizam 14,64% das egressas, o de *cabelereiro* 8,74% e *maquiador* 9,02%. Os egressos estão na polarização oposta, são 94,51% dos egressos que fizeram os outros cursos.

A microrregião de Araxá se caracteriza por ser composta de 10 municípios, aproximadamente de PIB per capita R\$33.520,19 e segundo dados do IBGE tem como população 209.055 habitantes. Segundo dados do IBGE (2012), o valor adicionado bruto do setor de serviços responde por 34,79% do total, o setor industrial por 28,97% e o setor da agricultura responde por 20,77% e (IBGE, 2012). Herkenhoff & Prates (2015) aponta que as maiores demandas microrregionais estão ligadas no setor de serviços, aos técnicos de enfermagem, técnico em segurança do trabalho e técnico em comércio. Já no setor do agronegócio, tem-se a necessidade de técnicos para responder a tal demanda por meio de cursos técnicos agrícolas. Por fim, nos setores de transporte, mecânica e mineração têm-se as demandas de técnico em transportes rodoviários, eletromecânica e mineração. A ocupação de *assistente administrativo* teve nos anos analisados uma expansão. Foram admitidos 424 e foram desligados 397 pessoas. Já o curso de *cabelereiro* teve uma pequena expansão, foram admitidos 29 pessoas e desligados 27. No entanto, deve-se reiterar aqui que esta ocupação pode estar recebendo menos registros que deveria, pois ela, muitas vezes, é de cunho informal. Por fim, o curso de *manicure e pedicure* caem no mesmo caso do *cabelereiro*, em vista de sê-lo muitas vezes informal. Os registros do CAGED demonstram que teve 1 nova admissão e 1 demissões. No entanto, tal resultado deve ser visto com reserva e cautela (CAGED, 2016).

A tabela abaixo 8 demonstra que os cursos tem um contingente maior de mulheres em comparação com a rede anterior (86,24%). O curso de assistente

administrativo polariza 14,83% das egressas e 23,25% dos egressos. Já o curso de cabeleireiro 11,95% e 4,80% respectivamente e, por fim, o de *manicure e pedicure* 10,65% das mulheres e 0,74% dos homens.

**Tabela 8 - Percentual de egressos nos três cursos com mais egressos, por sexo, microrregião Araxá, SENAC, 2012-2014**

<b>CURSOS</b>	<b>F</b>	<b>F%</b>	<b>M</b>	<b>M%</b>	<b>Total</b>	<b>Total %</b>
ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	252	14,83%	63	23,25%	315	15,99%
CABELEIREIRO	203	11,95%	13	4,80%	216	10,96%
MANICURE E PEDICURE	181	10,65%	2	0,74%	183	9,29%
Demais Cursos	1063	62,57%	193	71,22%	1256	63,76%
<b>Total</b>	<b>1699</b>	<b>100,00%</b>	<b>271</b>	<b>100,00%</b>	<b>1970</b>	<b>100,00%</b>

Fonte: SETEC/MEC. Dados Consolidados pelo autor.

O quadro abaixo demonstra se houve ou não o acompanhamento das vocações econômicas microrregionais, em comparação com os cursos e o movimento de expansão/retração do setor que a rede ofertante é responsável. A análise demonstrou que na microrregião estudada de Belo Horizonte só uma das vocações econômicas microrregionais que foi atendida a de técnico em comércio e vendas. Este curso apesar de não ter tido mais egressos do que os já demonstrados seguiu a demanda apontada pelo estudo da Herkenhoff & Prates (2015). Dos três cursos com mais egressos no mercado de trabalho dois tiveram uma expansão quando se contrapõe admissões e desligamentos, o que indica que também que os cursos foram aderentes às necessidades do mercado de trabalho. Segundo o estudo da OCDE, Learning for Jobs (2015) essa é das mais importantes características dos cursos de qualificação profissional. A microrregião de Uberlândia, por sua vez, ofertou cursos que em sua maioria não seguiram a vocação econômica, isto é, somente uma das três principais vocações foi atendida (curso de técnico em comércio e vendas). No entanto, esta não foi a responsável pelo maior contingente de egressos. Os cursos com maiores números de egressos tiveram em sua maioria, no mercado de trabalho uma retração medida pela admissão e desligamentos, somente a ocupação de maquiador teve uma pequena expansão. Por fim, em Araxá tivemos em dois dos três cursos com maior número de egressos uma expansão. Já as ocupações com maior demanda de egressos tiveram poucos cursos que foram aderentes às suas necessidades. Apenas o curso de técnico em segurança do trabalho que incidiu sobre uma das necessidades do mercado de trabalho.

**Quadro Síntese 5 - Correspondência dos três cursos com mais egressos com as vocações econômicas microrregionais e com o movimento admissão-desligamento das ocupações correspondentes nas três microrregiões com mais número de egressos, SENAC 2012-2014**

<b>Três Microrregiões com mais egressos - SENAC</b>	<b>Três cursos com mais egressos</b>	<b>Movimento entre Admissão e Desligamento das classificações CBO 2002 x Cursos com mais egressos</b>	<b>Correspondência três principais vocações econômicas (Herkenhoff &amp; Prates, 2015) x 3 cursos com mais egressos</b>
Belo Horizonte	ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	Retração	Em parte
	AUXILIAR DE PESSOAL	Expansão	
	ASSISTENTE FINANCEIRO	Expansão	
Uberlândia	MANICURE E PEDICURE	Retração	Em parte
	CABELEIREIRO	Retração	
	MAQUIADOR	Expansão	
Araxá	ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	Expansão	Em parte
	CABELEIREIRO*	Expansão	
	MANICURE E PEDICURE*	Estagnação	

**Fonte: SETEC/MEC. Herkenhoff & Prates (2015) e CAGED. Elaboração própria.**

Nota: Estes cursos são formados em sua maioria pelo mercado informal

As análises do número de egressos do Pronatec 2012-2014, nas quais o SENAC foi o ofertante demonstraram que a maioria dos egressos do Pronatec nesta rede são mulheres de 25 a 39 anos. Nesta rede tem-se uma maioria de mulheres as quais fizeram principalmente os cursos de assistente administrativo, manicure, cabelereiro e maquiador. Desta feita, a polarização de mulheres nestes cursos foi bem maior do que em outros. A análise revelou também que apesar de não seguirem às reais demandas das microrregiões estudadas, muitos cursos tiveram uma expansão no período estudado. Constatou-se também que os cursos ligados ao setor de serviços e comércio foram em parte aderentes às vocações econômicas destes setores, no entanto, como era esperado pela própria especificidade desta rede, os cursos ligados à indústria e agricultura não foram contemplados no período estudado.

#### **4.2.1.3 – Oferta do Pronatec pelo SENAR**

O SENAR enquanto rede ofertante, diferentemente das outras duas redes analisadas anteriormente, tem um número de egressos pequeno se comparado com o SENAC e o SENAI. Nos anos estudados, temos 4.821 que corresponde a 100% do total de alunos egressos desta rede, todos da modalidade FIC.

O perfil de egressos quanto ao sexo revelou certa preponderância de mulheres em relação aos homens: 66,52% dos egressos são mulheres e 33,48% homens. Como demonstra o gráfico 5 abaixo, a maior parte dos egressos do SENAR não informou a sua raça (60,67%). Os que se declararam pardos são 20,54%, seguidos de 13,93% de brancos e 5,27% de pretos.

Os dados de escolaridade dos egressos da rede SENAR revelam que assim como nas outras duas instituições, a política pública atinge os jovens e estudantes do ensino médio, sejam aqueles que já o acabaram, sejam aqueles que ainda o estão terminando.

A tabela 9 abaixo demonstra o número de egressos do SENAR na microrregião de Muriaé. Esta foi uma das microrregiões que mais ofertou os cursos nesta rede para os anos analisados. Nota-se que os três cursos mais ofertados tem uma maioria de egressas em detrimento dos egressos (76,50% contra 23,50%). Nota-se também a polarização das mulheres nos cursos mais ofertados em detrimento dos demais (cerca de 60% do total de egressas). Já os egressos demonstram uma situação oposta, 78,57% dos homens

fazem os outros cursos. Ademais, os cursos com maior número de egressos respondem por uma fatia considerável de todos os cursos.

**Tabela 9 - Percentual de egressos nos três cursos com mais egressos, por sexo, microrregião Muriaé, SENAC, 2012-2014**

<b>Cursos</b>	<b>F</b>	<b>F%</b>	<b>M</b>	<b>M%</b>	<b>Total Geral</b>	<b>Total %</b>
ARTESÃO DE PINTURA EM TECIDO	184	33,64%	15	8,93%	199	27,83%
ARTESÃO EM BORDADO À MÃO	76	13,89%	14	8,33%	90	12,59%
ARTESÃO DE ARTIGOS INDÍGENAS	66	12,07%	7	4,17%	73	10,21%
Demais Cursos	221	40,40%	132	78,57%	353	49,37%
<b>Total Geral</b>	<b>547</b>	<b>100,00%</b>	<b>168</b>	<b>100,00%</b>	<b>715</b>	<b>100,00%</b>

Fonte: Dados SETEC/MEC. Dados consolidados pelo autor.

As três microrregiões com mais número de egressos no SENAR parecem ter outro tipo de dinamicidade econômica: são elas Muriaé, Ponte Nova e Aimorés. A microrregião de Muriaé é composta por 20 municípios, 278.176 habitantes e R\$10.845,97 de PIB per Capita. O valor adicionado bruto nesta microrregião, ao dividirmos entre setor de serviços, administração pública, indústria e agropecuária, percebe-se que o primeiro tem uma grande força para a dinamicidade local, respondendo por 54,55% do total, já a administração pública por 18,21%, a indústria por 11,04% e a agropecuária por 10,60% (IBGE, 2012). Assim sendo, com um setor de serviços tão forte, a maior demanda do mercado de trabalho são por ocupações nesta área. As demandas por profissionais são em ordem decrescente de demanda são: técnico em enfermagem, técnico em comércio, técnico em prótese dentária, técnico em agente comunitário de saúde, técnico em têxtil, técnico em controle de produção e técnico em agricultura, agropecuária e afins (HERKENHOFF & PRATES, 2015). Através da análise da tabela abaixo, percebeu-se que os cursos com mais egressos acompanham em parte as vocações econômicas da região, visto que dois deles são na área têxtil. Não houve movimentos de admissão e desligamentos dentro das classificações da CBO para os anos analisados, pois os cursos mais ofertados tem o cunho de ser informais, não sendo assim possível apreender sua dinâmica microrregional.

**Tabela 10 - Percentual de egressos nos três cursos com mais egressos, por sexo, microrregião SENAR, 2012-2014**

Cursos	F	F%	M	M%	Total Geral	Total %
ARTESÃO DE PINTURA EM TECIDO	184	33,64%	15	8,93%	199	27,83%
ARTESÃO EM BORDADO À MÃO	76	13,89%	14	8,33%	90	12,59%
ARTESÃO DE ARTIGOS INDÍGENAS	66	12,07%	7	4,17%	73	10,21%
Demais Cursos	221	40,40%	132	78,57%	353	49,37%
<b>Total Geral</b>	<b>547</b>	<b>100,00%</b>	<b>168</b>	<b>100,00%</b>	<b>715</b>	<b>100,00%</b>

Fonte: Dados SETEC/MEC. Dados consolidados pelo autor.

A microrregião de Ponte Nova, outra das três que mais tiveram egressos no SENAR, é composta por 18 municípios, 186.688 habitantes e R\$ 12.156,83 de PIB per Capita. Segundo dados do IBGE, o valor adicionado bruto do setor de serviços responde por 65%, o setor agropecuário responde 19% e o setor de 16% na indústria. Assim sendo, o comércio e agropecuária desempenham um papel de grande importância na microrregião, principalmente com a produção de leite e derivados, gado de corte, cana-de-açúcar, hortifruticultura e suinocultura. As maiores demandas são em técnicos em enfermagem, segurança do trabalho, técnico em prótese dentária, técnico em agricultura, alimentos e agroindústria, técnico em comércio, técnico em seguro e técnico em metrologia (HERKENHOFF & PRATES, 2015). Os três cursos com mais egressos na microrregião de Ponte Nova são *artesanato em pintura de tecido*, *artesanato de bordado à mão e costureiro de máquina reta e overloque*. A grande maioria dos egressos são mulheres (79,66% contra 20,34% de egressos). Nota-se também a polarização das egressas nos cursos mais ofertados, principalmente *artesanato em pintura de tecido* (16,05%). Foi também analisado a dinâmica microrregional a fim de verificar se houve minimamente alguma mudança. Os cursos de *artesanato* não foram percebidos pela base de dados do CAGED por se tratarem, geralmente de ocupações do setor informal. Já o curso *costureiro de máquina reta e overloque* teve um movimento de 49 admissões e 38 desligamentos denotando uma expansão (CAGED, 2016).

**Tabela 11 – Número de egressos dos cursos ofertados – Microrregião de Ponte Nova – Pronatec SENAR – 2012-2014**

Cursos	F	F%	M	M%	Total Geral	Total %
ARTESÃO DE PINTURA EM TECIDO	61	16,05%	2	2,06%	63	13,21%
ARTESÃO EM BORDADO À MÃO	40	10,53%	0	0,00%	40	8,39%
COSTUREIRO DE MÁQUINA RETA E OVERLOQUE	40	10,53%	0	0,00%	40	8,39%
Demais Cursos	239	62,89%	95	97,94%	334	70,02%
<b>Total Geral</b>	<b>380</b>	<b>100%</b>	<b>97</b>	<b>100%</b>	<b>477</b>	<b>100%</b>

Fonte: Dados SETEC/MEC. Dados consolidados pelo autor.

A microrregião de Aimorés é composta por 13 municípios, 149.587 pessoas e R\$1.526.465,20 de PIB Per Capita. Seu valor adicionado bruto compõe-se de 57% na área de serviços, 26% na agropecuária e 17% na indústria. Esta microrregião destaca-se pela Agropecuária, prestação de serviços e extrativismo mineral. Segundo estudos da Herkenhoff e Prates (2015), os cursos com maior demanda são técnico em enfermagem, técnico em agente comunitário de saúde, técnico em meio ambiente, técnico em turismo e lazer, técnico em construção civil, técnico em secretariado e afins, técnico em zootecnia e afins. Os outros cursos com mais egressos não foram percebidos pela base de dados utilizada por se tratarem de cursos eminentemente do mercado de trabalho informal.

**Tabela 12 - Total de Egressos por sexo – Microrregião Aimorés – Pronatec SENAR 2012-2014**

<b>Cursos</b>	<b>F</b>	<b>F%</b>	<b>M</b>	<b>M%</b>	<b>Total Geral</b>	<b>Total %</b>
APICULTOR	44	15,17%	55	74,32%	99	27,20%
ARTESÃO DE PINTURA EM TECIDO	93	32,07%	1	1,35%	94	25,82%
ARTESÃO EM BORDADO À MÃO	35	12,07%		0,00%	35	9,62%
Demais Cursos	118	40,69%	18	24,32%	136	37,36%
<b>Total Geral</b>	<b>290</b>	<b>100,00%</b>	<b>74</b>	<b>100,00%</b>	<b>364</b>	<b>100,00%</b>

Fonte: Dados SETEC/MEC. Dados consolidados pelo autor.

O quadro síntese 6 abaixo demonstra de forma sucinta o que aconteceu nos anos analisados no que tange aos movimentos de retração e expansão do setor de agricultura, o qual esta rede procura alimentar com mão de obra qualificada. As três microrregiões com mais egressos demonstraram que houve retração no setor de agricultura extração vegetal caça e pesca. No entanto, esses resultados devem ser vistos com certa reserva, pois este setor é de cunho informal, bem como os cursos com mais egressos. A demanda microrregional por trabalhadores foi atendida em partes pelos cursos, na medida em que cursos como padeiro (característicos do setor de serviços, mas ofertados pela rede SENAR) e bovinocultor de leite tiveram um movimento de expansão.

**Quadro Síntese 6 - Correspondência dos três cursos com mais egressos com as vocações econômicas microrregionais e com o movimento admissão-desligamento das ocupações correspondentes nas três microrregiões com mais número de egressos, SENAR 2012-2014**

Três Microrregiões com mais egressos - SENAR	Três cursos com mais egressos	Movimento entre Admissão e Desligamento das classificações CBO 2002 x Cursos com mais egressos	Três principais vocações econômicas	Correspondência três principais vocações econômicas (Henrkenhoff & Prates, 2015) x 3 cursos com mais egressos
Muriaé	ARTESÃO DE PINTURA EM TECIDO	Não foi percebida	Téc. em Enfermagem	Não
	ARTESÃO EM BORDADO À MÃO	Não foi percebida	Téc. em Comércio, Vendas e afins	
	ARTESÃO DE ARTIGOS INDÍGENAS	Não foi percebida	Téc. em Prótese Dentária e afins	
Ponte Nova*	ARTESÃO DE PINTURA EM TECIDO	Não foi percebida	Téc. em Enfermagem	Não
	ARTESÃO EM BORDADO À MÃO	Não foi percebida	Téc. em Segurança do trabalho	
	COSTUREIRO DE MÁQUINA RETA E OVERLOQUE	Não foi percebida	Téc. em Prótese Dentária e afins	
Aimorés	APICULTOR	Não foi percebida	Técnico em Enfermagem	Não
	ARTESÃO DE PINTURA EM TECIDO	Não foi percebida	Téc. em Agente Comunitário de Saúde	
	ARTESÃO EM BORDADO À MÃO	Não foi percebida	Técnico em Meio Ambiente	

Fonte: SETEC/MEC. Herkenhoff & Prates (2015) e CAGED. Elaboração própria

As análises dos dados do Pronatec, no SENAR, dos anos de 2012-2014 revelaram interessantes situações que impactam no desenho do formato do programa por parte dos gestores. A primeira questão é do perfil do egresso nos anos 2012 a 2014. A partir das análises dos dados, foi visto que o perfil dos egressos compõem-se de uma boa parte das mulheres jovens de 20 a 24 anos. Um ponto importante é que o programa continua beneficiando jovens que estão no ensino médio ou já saíram de lá. Na rede SENAR, têm-se cursos que acompanham as vocações econômicas das microrregiões. O cruzamento feito entre as classificações da CBO 2002 e a dinâmica microrregional, verificou que em muitos casos a demanda do mercado de trabalho realmente não era aquela que o curso pretendia sanar. Assim sendo, supõe-se que muitas vezes a demanda do mercado de trabalho não é levada em conta na hora do oferecimento dos cursos. Ademais, muitos cursos ofertados não conseguiram ser percebidos em sua movimentação admissão desligamento quando cruzados com as ocupações da CBO 2002 no mercado de trabalho. Esses cursos são muitas vezes são informais, tais como artesão de pintura em tecido e artesão de bordado à mão.

#### **4.2.1.4 – Oferta do Pronatec pelo SENAT**

O SENAT, assim como o SENAR, tem um baixo número de cursos e egressos, devido principalmente ao número de microrregiões atingidas (28 microrregiões). De 2012 a 2014 tiveram 1.024 egressos, apenas de cursos FIC, como o SENAR. No que tange ao perfil dos egressos, verificou-se que a maioria é do sexo masculino, contando com 53,52% de egressos e 46,48% de egressas.

O banco de dados explicitou que a maioria dos egressos está na faixa dos 30 a 40 anos e são homens. Esta rede, diferente de todas as outras anteriormente analisadas, onde predominam jovens de até 29 anos, o que se explica pela especificidade dos cursos oferecidos pelo SENAT (rede que prioriza a oferta de cursos de transporte). Assim sendo, cursos assim são feitos por pessoas mais velhas que o público usual do programa, pois necessitam que a pessoa tenha uma habilitação diferenciada.

A análise do número de egressos por microrregião demonstrou também que três das 28 microrregiões que tiveram egressos por esta rede, respondem por aproximadamente 66% do total de egressos. As três microrregiões que mais tiveram egressos foram Belo Horizonte, Governador Valadares e Conselheiro Lafaiete.

A oferta de cursos nesta microrregião foi bem diversificada. No entanto os três cursos que mais tiveram egressos foram: assistente administrativo, operador de pontes rolantes e operador de empilhadeira. Observou-se ainda nos cursos ofertados uma clara divisão entre gênero que já vêm se perpetuando em todas as análises, onde cursos de Assistentes administrativos são feitos mais por mulheres que homens. Nesta rede, os cursos de assistente administrativo, auxiliar de pessoal e operador de pontes rolante polarizam 49% de egressas e 21,74% de egressos.

**Tabela 13 - Número de Egressos por curso - Microrregião de Belo Horizonte Pronatec SENAT - 2012-2014**

Cursos	F	F%	M	M%	Total	Total %
ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	66	32,67%	26	8,70%	92	18,36%
AUXILIAR DE PESSOAL	26	12,87%	10	3,34%	36	7,19%
OPERADOR DE PONTES ROLANTES	7	3,47%	29	9,70%	36	7,19%
Demais Cursos	103	50,99%	234	78,26%	337	67,27%
Total	202	100,00%	299	100,00%	501	100,00%

Fonte: Dados SETEC/MEC. Dados consolidados pelo autor.

As demandas da microrregião por técnicos advindos destes cursos se concentraram principalmente em técnicos de comércio, administração, vendas; técnico em enfermagem, técnico em mecânica, eletrônica e mecatrônica; técnico em alimentos, confeitaria, panificação; técnico em química, petroquímica e afins; técnico em secretariado e afins; e técnico em mineração, metalurgias e afins (HERKENHOFF & PRATES, 2015). A partir do confronto entre os cursos ofertados e as demandas da microrregião, percebe-se que pelas próprias especificidades da rede em questão, não foram ofertados muitos cursos que possam suprir a demanda regional. Será analisado nesta subseção sobre a Microrregião de Belo Horizonte apenas a ocupação de operador de pontes rolantes, pois todos os outros dois cursos (assistente administrativo e auxiliar de pessoal) já foram analisados em outras subseções, quando se verificou que foram ocupações que tiveram expansão de contratações. A ocupação operadora de pontes rolantes teve nos anos analisados 328 admitidos e 662 desligados.

A microrregião de Governador Valadares se compõe de 25 municípios, sua população é de 418.522 habitantes, o valor adicionado bruto de seu setor de serviços corresponde a 59,77% do total, o valor adicionado bruto da administração pública a 17,53% e o valor adicionado da indústria a 11,52%. Suas maiores demandas estão concentradas no setor de serviços, no entanto, têm-se demandas que perpassam todos os

setores. Estas se compõem de técnico em enfermagem, técnico em agente comunitário de saúde, técnico em secretariado, técnico em comércio, técnico em eletroeletrônica, eletromecânica e afins; técnico em prótese dentária e técnico em segurança do trabalho. Como é percebido através da tabela abaixo na qual temos o número de egressos e os cursos ofertados nesta microrregião, percebe-se que a maior parte dos cursos não segue as maiores demandas elencadas no documento da Herkenhoff & Prates (2015). A ocupação da CBO de assistente administrativo teve uma pequena expansão, bem como o curso de auxiliar de pessoal. Por fim, a ocupação de operador de caixa teve um retração.

A tabela 14 abaixo ainda demonstra que os três cursos com mais egressos que egressas. A polarização dos egressos concentrou-se nos cursos de assistente administrativo por parte das mulheres (25,45%) e auxiliar de pessoal (13,33%) na parte dos homens. Os cursos de assistente de pessoal polarizam 20% das egressas e o curso de operador de caixa 18,18%. Para os homens o curso de assistente administrativo somou 8,89% de seus egressos, seguido do curso de operador de caixa. Os egressos masculinos estão mais bem distribuídos se contrapormos com as egressas; 36,36% das egressas fazem outro curso que não os com três maiores contingentes. Os egressos que fizeram outros cursos respondem por 73,33% do total de homens nesta microrregião.

**Tabela 14 - Número de Egressos por curso - Microrregião de Governador Valadares Pronatec SENAT - 2012-2014**

Cursos	F	F%	M	M%	Total	Total %
ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	14	25,45%	4	8,89%	18	18,00%
AUXILIAR DE PESSOAL	11	20,00%	6	13,33%	17	17,00%
OPERADOR DE CAIXA	10	18,18%	2	4,44%	12	12,00%
Demais Cursos	20	36,36%	33	73,33%	53	53,00%
<b>Total</b>	<b>55</b>	<b>100,00%</b>	<b>45</b>	<b>100,00%</b>	<b>100</b>	<b>100,00%</b>

Fonte: Dados SETEC/MEC. Dados consolidados pelo autor.

Já a microrregião de Conselheiro Lafaiete é composta por 12 municípios, 251.333 habitantes e o maior valor adicionado bruto é em seu setor industrial, o qual responde por 42,86% do total, seguidos pelo setor de serviços com 37,77% e a administração pública com 9,62%. Seu setor industrial é composto pela presença de atividades metalúrgicas e mineradoras. Suas principais demandas são nos cursos de técnico em metalurgia, técnico em logística, transporte e afins; técnico em mecânica, eletrotécnica; técnico em enfermagem, técnico em mecatrônica; técnico em geologia,

mineração e recursos minerais; e técnico em segurança do trabalho. No entanto, pela própria conformação dos cursos, como demonstra a tabela abaixo, não foi atingido as principais demandas dessa microrregião. A ocupação de assistente administrativo teve, nessa microrregião uma expansão na oferta do mercado de trabalho. Foram 1392 admitidos (17,16% no primeiro emprego) e 1334 desligados. A ocupação de operador de retroescavadeira, igualmente, teve um recrudescimento nos anos analisados. Foram 341 admitidos (19,64% de pessoas no 1º emprego) e 315 desligados. Por fim, a ocupação de motorista de transporte de passageiros teve também um movimento ascendente. Foram 224 desligados e 247 admitidos (1,61% de pessoas no primeiro emprego).

**Tabela 15 - Número de Egressos segundo sexo por curso - Microrregião de Conselheiro Lafaiete Pronatec rede SENAT - 2012-2014**

Cursos	F	F%	M	M%	Total	Total %
OPERADOR DE RETROESCAVADEIRA	9	24,32%	17	40,48%	26	32,91%
ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	18	48,65%	1	2,38%	19	24,05%
MOTORISTA DE TRANSPORTE DE PASSAGEIROS	2	5,41%	14	33,33%	16	20,25%
Demais Cursos	8	21,62%	10	23,81%	18	22,78%
<b>Total</b>	<b>37</b>	<b>100,00%</b>	<b>42</b>	<b>100,00%</b>	<b>79</b>	<b>100,00%</b>

Fonte: Dados SETEC/MEC. Dados consolidados pelo autor.

Os cursos com maior número de egressos nesta microrregião polarizam 78,3% das mulheres egressas e 76,19% dos homens. Isso demonstra que a rede por um lado não tem a oferta diversificada de cursos e por outro a oferta é bem específica devido às particularidades da rede questão como demonstrados na subseção 4.2. Quando se comparam os cursos que as egressas fizeram, demonstra-se que o maior número polariza-se no curso de *assistente administrativo* (48,65% do total), acompanhando as outras redes. Os egressos, ao contrário polarizam-se no curso de operador de retroescavadeira (40,48%).

A tabela 16 abaixo demonstra se a vocação econômica microrregional foi atendida e se houve um retração/expansão nas ocupações aqui cruzadas com os cursos com mais egressos. Através da análise da tabela constata-se que duas das três principais demandas de ocupações elencadas pela Herkenhoff & Prates (2015) por meio de seu estudo não foram atendidas. Mais uma vez apenas as ocupações ligadas ao setor de serviços que foram em parte atendidas. Cursos como assistente administrativo garantem a aderência entre o que o mercado está necessitando e a oferta gerada por cada rede ofertante. Porém, reitera-se que a rede em questão tem oferta de cursos bastante

específica que não necessariamente segue as maiores demandas microrregionais. Pelo lado da oferta de trabalhadores qualificados percebeu-se que os cursos com mais egressos tiveram uma expansão para os anos analisados. Esta situação se repete para as outras microrregiões. A microrregião de Governador Valadares não teve contempladas as demandas microrregionais. Os cursos de assistente administrativo, recepcionista e auxiliar de pessoal se aproximam de forma tangencial da ocupação de secretariado. Por fim, a microrregião de Conselheiro Lafaiete teve apenas uma das demandas do mercado de trabalho atendidas, a ligada ao setor de transportes. Neste sentido, esse fato guarda inter-relação com a especificidade desta rede ofertante, esta é ligada principalmente ao setor de transporte. As ocupações de assistente administrativo e motorista de transporte de passageiros sofreu expansão, corroborando assim para a hipótese das maiores demandas microrregionais.

**Quadro Síntese 7 - Análise atendimento à vocação econômica microrregional e movimentos de expansão/retração setor da economia que a rede procura atingir, Rede SENAT 2012-2014**

<b>Microrregiões com mais Egressos</b>	<b>3 cursos com mais egressos</b>	<b>Movimento entre Admissão e Desligamento das classificações CBO 2002 x Cursos com mais egressos</b>	<b>Correspondência três principais vocações econômicas (Henrkenhoff &amp; Prates, 2015) x 3 cursos com mais egressos</b>
Belo Horizonte	ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	Retração	Em partes
	AUXILIAR DE PESSOAL	Expansão	
	OPERADOR DE PONTES ROLANTES	Expansão	
Governador Valadares	ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	Expansão	Em partes
	AUXILIAR DE PESSOAL	Expansão	
	OPERADOR DE CAIXA	Retração	
Conselheiro Lafaiete	OPERADOR DE RETROESCAVADEIRA	Retração	Em partes
	ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	Expansão	
	MOTORISTA DE TRANSPORTE DE PASSAGEIROS	Expansão	

Fonte: Elaboração Própria através da compilação de resultados do CAGED

Em suma, esta rede, pelas próprias especificidades tem um universo bem particular de cursos que em sua maioria não acompanham as vocações econômicas das microrregiões. No entanto, persiste a oferta de assistente administrativo o qual faz parte da maior parte das demandas das microrregiões por trabalhadores. Ademais, esse curso polariza em todas as redes ofertantes um maior número de mulheres. Os outros cursos ligados ao setor de transportes e logísticas, algumas vezes, como em Conselheiro Lafaiete chegam a ir de encontro com a demanda. O perfil dos egressos demonstra situação diferente do que estava ocorrendo em outras redes, estes se concentraram principalmente no sexo masculino de 25 a 29 anos. Esta rede cumpre um importante papel no setor de transportes que não pode ser negligenciado, no entanto, suas ofertas em sua maioria não respeitaram as demandas microrregionais, o maior contingente de egressos como se viu concentrou-se em cursos puramente do setor de serviços.

#### **4.2.2 - Oferta do Pronatec pela rede federal**

A rede federal, em comparação com o Sistema S anteriormente analisado, tem um número de egressos pouco expressivos, nos anos estudados tem-se 2.853 pessoas, a sua grande maioria composta por mulheres (68% do total). Os registros não informados somam 64,25%, os egressos são em sua maioria pardos (8,90%), seguidos dos brancos (4,97%), negros (1,88%) e amarelos e indígenas correspondendo a 0,21%. Os cursos foram divididos em FIC e Técnico, o primeiro respondeu pela maior oferta contribuindo com 99,12% dos egressos.

O banco de dados do SETEC/MEC analisado por este trabalho explicitou que a maior parte dos egressos da rede federal está na faixa entre 25 a 39 anos e são mulheres (10,9% de todas as egressas). Este tipo de perfil atendida nesta rede ofertante já vem sido observada nas redes anteriores, principalmente no SENAC.

Nesta rede, 24 microrregiões ofertam cursos, no entanto, os números mais expressivos estão na microrregião de Belo Horizonte. As outras duas microrregiões que mais ofertaram foram Paracatu e Campo Belo.

Como era de se esperar a microrregião de Belo Horizonte com maior dinamicidade econômica, ofertou mais cursos. Estes se dividiram em cursos FIC e técnicos. Os primeiros foram a maior oferta dentro da rede analisada, somaram 2.465 egressos e os egressos do curso técnico somaram 25. Como demonstra a tabela 16 abaixo, os três cursos com as maiores ofertas foram *assistente administrativo*, *inglês básico* e *espanhol básico*. O curso de assistente administrativo concentra 14,46% das

egressas e 5,54% dos egressos. Os cursos de *inglês básico* e *espanhol básico* concentram 18,73% das beneficiárias e 15,72% dos beneficiários. Somente o curso de *assistente administrativo* seguiu as demandas microrregionais. A variação entre admissão na microrregião de Belo Horizonte foi positiva como já demonstrada na seção relativa ao SENAC. Já os cursos de inglês e espanhol não são relativos às profissões e sim a habilidades que o empregado deve buscar para se qualificar frente a mercado de trabalho.

**Tabela 16 - Número de egressos da Microrregião de Belo Horizonte por cursos – Rede Federal 2012-2014**

Cursos	F	F%	M	M%	Total	Total %
ASSISTENTE						
ADMINISTRATIVO	247	14,46%	55	5,54%	302	38,82%
INGLÊS BÁSICO	184	10,77%	105	10,58%	289	37,15%
ESPAÑHOL BÁSICO	136	7,96%	51	5,14%	187	24,04%
Demais Cursos	1141	66,80%	781	78,73%	1922	247,04%
Total	1708	33,20%	992	21,27%	778	100,00%

Fonte: SETEC MEC. Dados Consolidados pelo autor.

A microrregião de Paracatu é composta por 10 municípios e 220.756 habitantes. Esta microrregião tem o setor agropecuário forte, principalmente nas produções de soja, milho, feijão e a criação extensiva de gado, bem como a extração mineral, especialmente o ouro. Seu setor de serviços responde a 35,71% do valor adicionado bruto, já o setor agrícola a 27,47%, o setor de serviços a 21,95% e a administração pública a 10,26% do total (IBGE, 2012). Os cursos com maiores demandas na microrregião analisada se compõem de técnico em enfermagem, técnico em agente comunitário de saúde, técnico em segurança do trabalho, técnico em mecatrônica, eletrônica e afins; técnico em açúcar e álcool; técnico em controle da produção e técnico em agropecuária, agricultura e afins. No entanto, como demonstra a tabela 17, nenhum dos cursos ofertados por essa rede corresponde às vocações econômicas da microrregião. O curso de assistente administrativo teve para microrregião uma diminuição entre admissões e desligamentos (290 admitidos e 375 desligados). Os outros dois cursos mais ofertados não tiveram correspondentes no CAGED para os anos analisados.

**Tabela 17 - Número de egressos da Microrregião de Paracatu por cursos – Rede Federal 2012-2014**

Cursos	F	F%	M	M%	Total	Total %
AGENTE DE INFORMAÇÕES TURÍSTICAS	5	14,71%	5	17,24%	10	15,87%
ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	1	2,94%	0	0,00%	1	1,59%
ASSISTENTE FINANCEIRO	20	58,82%	7	24,14%	27	42,86%
Demais Cursos	8	23,53%	17	58,62%	25	39,68%
<b>Total</b>	<b>34</b>	<b>100,00%</b>	<b>29</b>	<b>100,00%</b>	<b>63</b>	<b>100,00%</b>

Fonte: SETEC MEC. Dados Consolidados pelo autor.

Por fim, a microrregião de Campo Belo, terceira que mais teve egressos do Pronatec na rede federal nos anos estudados, é composta por 7 municípios e 112.706 habitantes. Esta microrregião tem como pontos fortes a indústria de base, o ramo da mineração (granitos, argilas e calcário), a agropecuária (café, milho, leite, arroz e o gado de corte), além de um setor de serviços diversificado. O maior valor adicionado bruto advém do setor de serviços, que responde por 49,13%, seguidos pelos setores de agropecuária, com 16,18%, administração pública com 15,61% e indústria com 13,87%. As maiores demandas nesta microrregião são por técnico em enfermagem, comércio, planejamento e controle da produção, prótese dentária, turismo e lazer, eletroeletrônica e afins; e secretariado. No entanto, a rede federal como demonstra a tabela abaixo não acompanhou as necessidades da microrregião. O curso de assistente administrativo teve um movimento ascendente advindo do maior número de admissões que desligamentos, foram 162 desligamentos e 215 admissões. Já a ocupação de cabelereiro foi também, igualmente expandida. Foram 22 desligamentos e 30 admissões. Por fim, a ocupação de cuidador de idosos também teve uma expansão, com 19 pessoas desligadas e 24 admitidas. A tabela 18 abaixo demonstra a polarização de egressos entre os cursos. Vale dizer que se mede qual é a porcentagem de mulheres para os cursos abaixo descritos numa comparação entre elas mesmas. Constata-se que o curso de assistente administrativo e cuidador de idoso polariza grande parte das egressas. Já a ocupação de assistente administrativo e cabelereiro polarizam os egressos, num número menor (33,34% contra 34,78%).

**Tabela 18 - Número de egressos da Microrregião de Campo Belo por cursos – Rede Federal 2012-2014**

Cursos	F	F%	M	M%	Total	Total %
ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	10	21,74%	2	16,67%	12	50,00%
CABELEIREIRO	4	8,70%	2	16,67%	6	25,00%
CUIDADOR DE IDOSO	6	13,04%		0,00%	6	25,00%
Demais Cursos	26	56,52%	8	66,67%		0,00%
<b>Total Geral</b>	<b>46</b>	<b>100,00%</b>	<b>12</b>	<b>100,00%</b>	<b>24</b>	<b>100,00%</b>

Fonte: SETEC/MEC. Dados consolidados pelo autor.

O quadro síntese abaixo demonstra se houve ou não, para a rede analisada a aderência às necessidades do mercado de trabalho. Neste sentido, busca-se responder à seguinte questão: o Pronatec está atendendo às necessidades de trabalho? Nesta rede aconteceu algo em que nenhuma das outras redes havia acontecido: os cursos que advindos do Pronatec não objetivaram qualificar um trabalhador para um determinado curso e sim para sua vida profissional, pode-se citar o exemplo dos cursos de inglês e espanhol. Desta feita, o quadro 8 abaixo demonstra apesar dos movimentos de expansão em muitas ocupações ligadas aos cursos que estes não atendem especificamente à demanda do mercado de trabalho microrregional. Ademais as três principais demandas do mercado de trabalho de cada microrregião são específicas de outras redes e, neste sentido, devem ser feitas reservas quanto ao atendimento ou não da demanda microrregional.

**Quadro Síntese 8 - Correspondência dos três cursos com mais egressos com as vocações econômicas microrregionais e com o movimento admissão-desligamento das ocupações correspondentes nas três microrregiões com mais número de egressos, Rede Federal – 2012-2014**

Três Microrregiões com mais egressos - Rede Federal	Três cursos com mais egressos	Movimento entre Admissão e Desligamento das classificações CBO 2002 x Cursos com mais egressos	Três principais vocações econômicas	Correspondência três principais vocações econômicas (Henrkenhoff & Prates, 2015) x 3 cursos com mais egressos
Belo Horizonte	ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	Expansão	Técnico em Comércio	Não
	INGLÊS BÁSICO*	-	Técnico em Enfermagem e agente comunitário de saúde	
	ESPAÑHOL BÁSICO*	-	Téc. em mecânica, mecatrônica e eletrônica	
Paracatu	AGENTE DE INFORMAÇÕES TURÍSTICAS	-	Téc. em Enfermagem	Não
	ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	Expansão	Téc. em Agente Comunitário de Saúde	
	ASSISTENTE FINANCEIRO	-	Téc. em Segurança do Trabalho	
Campo Belo	ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	Expansão	Téc. em Enfermagem	Não
	CABELEIREIRO	Expansão	Téc. em Comércio e Vendas	
	CUIDADOR DE IDOSO	Expansão	Téc. em Planejamento e Controle de produção	

Fonte: CAGED, SETEC/MEC. Dados Consolidados pelo autor.

A análise do perfil dos egressos nesta subseção demonstrou como na Rede Federal os cursos com mais egressos são típicos do setor de serviços. Constatou-se que a maioria todos os cursos com mais egressos na rede federal, nenhum deles conseguiu ser aderente às vocações econômicas da microrregião ou sanar as necessidades do mercado de trabalho. No entanto, aqueles cursos que correspondiam uma profissão tiveram certa expansão para os anos estudados. Por fim, apesar do pequeno contingente de egressos esta rede tem cursos os quais demonstraram mais admissão que desligamento.

#### **4.2.3 – Oferta do Pronatec pela rede Estadual e Municipal**

A rede estadual e a rede municipal igualmente oferecem cursos profissionalizantes. Foram explorados dados de egressos de 2012 a 2014, esses dados demonstraram que tiveram mais mulheres (49,3%) que homens (34,62%). Os cursos ofertados por esta rede se caracterizaram por serem técnicos, ou seja, em sua maioria os cursos são concomitantes. Os três cursos mais ofertados durante os anos analisados foram técnico em informática, técnico em contabilidade e técnico em administração.

Como demonstra a tabela 19 abaixo, as três microrregiões que mais tiveram egressos foram Belo Horizonte, Montes Claros e Capelinha. A primeira microrregião já foi analisada em outras oportunidades dentro dessa seção e por isso não será analisada de novo. Os cursos que tiveram mais egressos foram técnicos em contabilidade informática e técnico em eletrônica. O curso de técnico em contabilidade, largamente ofertado nesta rede foi aderente à demanda do mercado de trabalho. Foram 89 pessoas admitidas (nenhuma destas está em seu primeiro emprego) e 72 pessoas foram desligadas. Já a ocupação de técnico em informática teve redução de 30 pessoas (184 admitidos e 214 desligados). Por fim a ocupação de técnico em eletrônica teve uma expansão para os anos analisados (591 admitidos e 518 desligados). A demanda microrregional por ocupações advindas dos cursos do Pronatec foi em duas oportunidades sanada: técnico em eletrônica e técnico em contabilidade. Demonstrou-se também que os cursos de técnico em informática tiveram mais egressos que egressas diferente do curso de contabilidade. As maiores ofertas de cursos polarizam mais os homens (68,4%) que os demais cursos. Já as mulheres também têm um contingente considerável nestes três primeiros cursos (48,61%).

**Tabela 19 - Total de Egressos Microrregião Belo Horizonte e cursos ofertados – Pronatec Rede Estadual 2012-2014**

Cursos	F	F%	M	M%	Total	Total%
TÉCNICO EM INFORMÁTICA	167	22,12%	178	34,30%	345	27,08%
TÉCNICO EM CONTABILIDADE	173	22,91%	67	12,91%	240	18,84%
TÉCNICO EM ELETRÔNICA	27	3,58%	110	21,19%	137	10,75%
Demais Cursos	388	51,39%	164	31,60%	552	43,33%
Total Geral	755	100%	519	100%	1274	100%

Fonte: SETEC/MEC. Dados Consolidados pelo autor.

A segunda microrregião que mais teve egresso, Montes Claros, é composta por 611.361 habitantes, 22 municípios. Tem atividades econômicas diversificadas dentre as quais se destacam pecuária de corte e leite e uma forte indústria. Esta última é responsável por 15,57% do valor adicionado bruto, atrás do setor de serviços, que responde por 53,89% seguido pela administração pública com 16,27% e por fim a agropecuária com 6,13%. Suas principais demandas no mercado de trabalho estão nos cursos de técnico em Enfermagem, em Prótese Dentária e afins; em Comércio, Vendas e afins; em Agente Comunitário de Saúde, em Eletroeletrônica, Eletromecânica e afins; em Controle de Produção em Têxtil. Constata-se, portanto que os cursos ofertados nos anos analisados não acompanharam as necessidades do mercado de trabalho. A ocupação de técnico em administração teve um saldo negativo entre quem saiu e quem entrou. Foram 51 pessoas desligadas e 20 admitidos. A ocupação de técnico em contabilidade teve uma expansão para os anos analisados (17 admitidos e 12 desligados). Por fim, a ocupação de técnico em informática teve 72 admitidos e 55 desligados.

**Tabela 20 - Total de Egressos Microrregião Montes Claros - Pronatec Rede Estadual 2013-2014**

Cursos	F	F%	M	M%	Total	Total%
TÉCNICO EM ADMINISTRAÇÃO	173	27,46%	86	22,87%	259	25,75%
TÉCNICO EM CONTABILIDADE	248	39,37%	146	38,83%	394	39,17%
TÉCNICO EM INFORMÁTICA	185	29,37%	132	35,11%	317	31,51%
Demais Cursos	24	3,81%	12	3,19%	36	3,58%
Total Geral	630	100,00%	376	100,00%	1006	100,00%

Fonte: Dados SETEC/MEC. Dados Consolidados pelo autor.

A última microrregião analisada, Conselheiro Lafaiete não traz diversidade em seu número de egressos. Suas principais demandas microrregionais, segundo o estudo da Herkenhoff & Prates (2015), são técnico em metalurgia, técnico em logística, transporte; e Téc. em Eletroeletrônica, Eletromecânica. A totalidade destes advém de dois cursos apenas como demonstra a tabela 21 abaixo. Neste sentido, as demandas microrregionais não são atendidas. O curso de técnico em contabilidade polariza o número de egressos (53,92% deles) ou as mulheres (74,04% delas).

**Tabela 21 - Total de Egressos Microrregião Conselheiro Lafaiete – Pronatec Rede Estadual 2012-2014**

Cursos	F	F%	M	M%	Total	Total%
TÉCNICO EM CONTABILIDADE	442	74,04%	165	53,92%	607	67,22%
TÉCNICO EM INFORMÁTICA	155	25,96%	141	46,08%	296	32,78%
Total Geral	597	100%	306	100%	903	100%

Fonte: SETEC/MEC. Dados Consolidados pelo autor.

O quadro 8 síntese abaixo demonstra de modo consolidado se as demandas da microrregião acerca dos profissionais se foram aderentes aos cursos ofertados pela rede em questão ou não. A rede ofertante em questão foi pouco aderente às dinâmicas microrregionais. De todas as três microrregiões analisadas, apenas Belo Horizonte conseguiu suprir uma das demandas de educação profissional: a de técnico em eletrônica. O restante da demanda microrregional nas três microrregiões não foi resolvida por meio da oferta dos cursos, isto é, não houve correspondência entre vocação econômica e oferta dos cursos. No entanto, apesar de não haver essa correspondência, muito dos cursos com mais egressos no Pronatec, nas microrregiões analisadas houve movimentos de expansão no que tange à admissão e os desligamentos. Por exemplo, na microrregião de BH, somente o técnico em informática teve movimentos de retração da demanda, os outros dois cursos (técnico em contabilidade e técnico em eletrônica) foi marcado pela expansão de admissões. Em Montes Claros, foi marcado pelo mesmo padrão visto em BH. Dois cursos tiveram expansão em suas admissões (técnico em contabilidade e informática). Em Conselheiro Lafaiete, foram oferecidos somente dois cursos (técnico em contabilidade e informática), estes cursos tiveram movimentos de expansão para os anos analisados.

**Quadro Síntese 9 - Correspondência dos três cursos com mais egressos com as vocações econômicas microrregionais e com o movimento admissão-desligamento das ocupações correspondentes nas três microrregiões com mais número de egressos, Rede Estadual 2012-2014**

Três Microrregiões com mais egressos - Rede Estadual	Três cursos com mais egressos	Movimento entre Admissão e Desligamento das classificações CBO 2002 x Cursos com mais egressos	Correspondência três principais vocações econômicas (Henrkenhoff & Prates, 2015) x 3 cursos com mais egressos
Belo Horizonte	Técnico em informática	Retração	Em Partes
	Técnico em contabilidade	Expansão	
	Técnico em eletrônica	Expansão	
Montes Claros	TÉCNICO EM ADMINISTRAÇÃO	Retração	Não
	TÉCNICO EM CONTABILIDADE	Expansão	
	TÉCNICO EM INFORMÁTICA	Expansão	
Conselheiro Lafaiete	TÉCNICO EM CONTABILIDADE	Expansão	Não
	TÉCNICO EM INFORMÁTICA	Expansão	
	-	-	

Fonte: CAGED, SETEC/MEC. Dados Consolidados pelo autor.

Já os cursos de rede municipal se concentram na microrregião de Belo Horizonte. Apesar de ser modesto em oferta, esta rede oferece uma gama de cursos grande. As principais atividades de comércio nesta microrregião perpassam o setor de serviços e a indústria. Os cursos com maior número de egressos foram os de padeiro, assistente administrativo e assistente financeiro. Estes cursos polarizaram 34,27% de mulheres e 21,74% dos homens. Em todos os cursos com mais egressos, tem-se que há mais mulheres (71%) que homens (29%). As principais demandas sobre os profissionais desta rede foram atingidas nos três cursos (Assistente Administrativo, Assistente Financeiro e Padeiro).

**Tabela 22 - Total de Egressos Microrregião de Belo Horizonte – Pronatec Rede Municipal, 2012-2014**

Curso	F	F%	M	M%	Total	Total %
PADEIRO	16	11,19%	12	13,04%	28	11,91%
ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	17	11,89%	4	4,35%	21	8,94%
ASSISTENTE FINANCEIRO	16	11,19%	4	4,35%	20	8,51%
Demais Cursos	94	65,73%	72	78,26%	166	70,64%
<b>Total</b>	<b>143</b>	<b>100,00%</b>	<b>92</b>	<b>100,00%</b>	<b>235</b>	<b>100,00%</b>

Fonte: SETEC/MEC. Dados Consolidados pelo autor.

O quadro 10 síntese abaixo visa condensar, assim como os outros elaborados nas seções que antecederam esta. Através da análise dos dados da rede municipal conveniada, percebeu-se que apesar de uma oferta reduzida para os anos analisados. Esta rede conseguiu ser aderente às vocações econômicas da microrregião somente através de um curso (assistente administrativo), as demais ocupações não responderam à demanda advinda das vocações econômicas. No que tange à correspondência entre o movimento de admissão e desligamento segundo as classificações da CBO 2002 relativas aos cursos com maior número de egressos, constatou-se que a maior um destes não conseguiu ser percebido enquanto ocupação (assistente financeiro). Já os outros dois tiveram comportamentos opostos na dinâmica entre admissão e desligamentos. A ocupação de assistente administrativo teve uma retração para o período analisado (43.630 admitidos e 48.101 desligados). Já a ocupação de padeiro observou um movimento de expansão (269 admitidos e 240 demitidos).

**Quadro Síntese 10 - Correspondência dos três cursos com mais egressos com as vocações econômicas microrregionais e com o movimento admissão-desligamento das ocupações correspondentes nas três microrregiões com mais número de egressos, Rede Municipal 2012-2014**

<b>Três Microrregiões com mais egressos - Rede Estadual</b>	<b>Três cursos com mais egressos</b>	<b>Movimento entre Admissão e Desligamento das classificações CBO 2002 x Cursos com mais egressos</b>	<b>Correspondência vocação econômica x oferta</b>
Belo Horizonte	PADEIRO	Expansão	Em partes
	ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	Contração	
	ASSISTENTE FINANCEIRO	-	

Fonte: Dados SETEC/MEC. Consolidados pelo autor.

A análise destas duas redes demonstrou que os cursos ofertados pela rede estadual tiveram pouca variabilidade, principalmente nas regiões que com mais egressos, tais como Montes Claros e Conselheiro Lafaiete. Percebe-se que a maioria dos cursos foram *Técnico em Informática* e *Técnico em Contabilidade*. Por fim a rede de Belo Horizonte estadual também teve um grande contingente de egressos, bem como uma grande variabilidade de cursos. Estes conseguiram ser aderentes ao mercado de trabalho, como no caso de técnico de enfermagem e técnico em eletrônica.

Já a rede municipal, apesar de ser ofertado apenas pela microrregião de Belo Horizonte, tem muita variabilidade de cursos e conseguiu ter em partes sanado as vocações microrregionais.

#### **4.2.4 – Análise Comparativa entre as redes e conclusão**

A análise dos dados dos egressos de todas as redes ofertantes do Sistema S, nos anos de 2012 a 2014, desnudou muitos aspectos de como o programa esteve sendo implementado. Se por um lado, o Sistema S é o ofertante que tem mais capilaridade no território mineiro e por isso recebe um grande aporte de recursos a nível nacional, por outro lado, as redes analisadas demonstraram muitas situações que em próximas edições do programa podem e devem ser mudadas. A maior oferta das matrículas deve acompanhar as necessidades do mercado de trabalho. Foi constatada a preponderância

de cursos de assistente administrativo na maioria das redes e na maioria das microrregiões com mais egressos. Estas maiores ofertas traziam, geralmente, um grande número de egressas. Apenas no SENAI, no qual haviam cursos em grande parte industriais encontrou-se um maior número de homens. No entanto, em muitas microrregiões os cursos correspondem às vocações econômicas microrregionais, ainda que estes não sejam os cursos com maior número de egressos. Confirmou-se que a maioria das redes ofertantes atingem os jovens de 15 a 29, cursando o ensino médio ou que já o tenham acabado. Foi analisado também que o Sistema S ofertou em sua maioria cursos FIC. Por fim, constatou-se que em muitos casos os cursos ofertados estavam em consonância com a dinâmica microrregional do mercado de trabalho e as vocações das microrregiões. No entanto, não podem ser feitas afirmações sistemáticas devido à heterogeneidade de resultados entre as diversas redes, sugerindo que não há um critério claro para a oferta desses cursos, do que senão as especificidades de cada rede ofertante e a capacidade instalada do Sistema S. O quadro 10 abaixo resume o que aconteceu em todas as redes no que tange à perfil e demanda do mercado de trabalho. No que tange ao perfil, percebeu-se através da análise que o programa é bem focalizado. Isto é, conforme as diretrizes vistas no capítulo 3 sobre o Pronatec atinge em todas as redes ofertantes um maior público de 15 a 29 anos. O número de egressos e de cursos, excetuando a microrregião de Belo Horizonte, são bem distribuídos pelo estado. A maioria dos cursos também não é aderente às demandas microrregionais. No entanto, as ocupações da CBO 2002 relativas aos cursos oferecidos tiveram em muitos casos, movimentos de expansão de admissões.

**Quadro Síntese 11 - Síntese da análise do perfil e oferta do Pronatec por rede ofertante, Minas Gerais, 2012-2014**

<b>Dimensões da perfil e qualidade da oferta</b>	<b>SENAI</b>	<b>SENAC</b>	<b>SENAR</b>	<b>SENAT</b>	<b>Federal</b>	<b>Estadual</b>	<b>Municipal</b>
Perfil (atende aos grupos definidos)	Sim	Sim	Sim	Em parte	Sim	Sim	Sim
Correspondência oferta x vocação	Em partes	Em partes	Não	Em parte	Não	Em partes	Em partes
Correspondência oferta x ocupações em expansão	Sim	Sim	Não	Em parte	Em parte	Sim	Sim

Fonte: Elaboração do próprio autor através da compilação dos dados

Através da análise do quadro acima, percebe-se que o Pronatec em Minas Gerais tem perfil adequada, já que é focalizado em seu público alvo (estudantes e trabalhadores jovens de 15 a 29 anos). Neste sentido, a análise aqui feita objetivou fazer uma sinalização na qual seria medida a aderência dos cursos do Pronatec às necessidades do mercado de trabalho das microrregiões, bem como as vocações econômicas das microrregiões apontadas pelo estudo da Herkenhoff e Prates (2015). Assim, foi observado que em sua maioria as redes ofertantes não conseguiram ofertar cursos com mais egressos correspondentes às vocações econômicas das microrregiões. No entanto, em muitos casos as ocupações correspondentes da CBO 2002 aos cursos demonstraram movimento de expansão entre admissões e desligamentos.

Vale ressaltar que não podem ser feitas afirmações precisas de que a maior oferta destes cursos impactou diretamente a demanda por profissionais destas áreas, já que faltam dados sobre a inserção dos egressos o mercado de trabalho.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho analisou a perfil e a correspondência oferta-demanda do Pronatec em Minas Gerais no período de 2012 a 2014, em perspectiva comparada entre as instituições que compõem a rede ofertante do programa no estado.

Na primeira parte, apresentou-se o contexto de surgimento das políticas de mercado de trabalho e das políticas de emprego. Neste sentido, neste capítulo foi circunscrita a política de educação profissional enquanto política ativa de emprego. O capítulo também descreveu o marco conceitual das políticas de educação profissional trazendo para isso diversos autores os quais com suas diferentes acepções deste tipo de política elencam o que para eles deveria ter compreendido neste tipo de política. Segundo os mais diversos autores analisados, a política de educação profissional poderia ser entendida como um conjunto de conhecimentos teóricos e práticos ensinados para se atuar em determinada ocupação de modo a garantir e promover o bem-estar social, elevar níveis de emprego e sanar demandas do mercado de trabalho. Por fim, neste capítulo fez-se breve histórico das políticas de educação profissional no Brasil desde o início do século XX até os dias atuais. Traçando para isso os movimentos do Estado brasileiro na provisão da política de educação profissional. Percebeu-se que as políticas públicas de emprego ligadas à área de educação profissional sempre estiveram marcadas por um tipo de discriminação, estas eram sempre destinadas às camadas populares dos desvalidos. Com a entrada de Vargas, tenta-se mudar essa lógica e faz-se uma educação com ciclos bem definidos, nos quais os estratos superiores seriam destinados aos mais ricos da sociedade. (MANFREDI, 2002).

Os governos posteriores do período militar continuaram na mesma esteira, mas de modo diferente a educação profissional somente servia aos interesses imediatistas dos militares no que tange à rápida colocação da mão-de-obra em grandes projetos característicos desta época. Data desta época também a continuação da lógica dualista de ensino na qual se separa o técnico do acadêmico e empurra-se a maior parte dos alunos para um ensino o qual valoriza a faculdade. Por fim, após a LDB de 1996 continua a mesma lógica dualista que vigorava anteriormente. No entanto, em meados de 2000, o governo o qual assumiu o poder tentou romper com essa lógica ao propor inúmeros programas de educação profissional. Estes esforços sempre muito espalhados aconteciam ao mesmo tempo e com diferentes nuances. Assim sendo, o Pronatec é interessante do ponto de vista de eficiência-eficácia na provisão do serviço público, na

medida em que representa um esforço em oferecer a política pública de modo centralizado e com grande aporte financeiro.

No terceiro capítulo foi feito um levantamento através de pesquisas documentais acerca do Pronatec analisado, levantando para isso a legislação, descrição das redes ofertantes e a menção a algumas pesquisas recentes. Foi visto que o perfil do programa é parecido com a conformação da sociedade brasileira, isto é, no que tange à cor a maioria dos egressos são pardos. Quanto à demanda ou à avaliação dos resultados têm-se alguns resultados contraditórios. Enquanto o estudo do Ministério da Fazenda através de uma análise quantitativa não conseguiu perceber nenhum tipo de mudança na vida dos egressos, os estudos empreendidos pelo Ministério de Desenvolvimento Social (Brasil, 2015d) seja em suas avaliações quantitativas ou qualitativas vê, por meio do índice de similaridade, que os cursos do Pronatec por um lado são bastante aderentes ao mercado de trabalho, por outro se viu que os egressos principalmente do Pronatec/Brasil Sem Miséria, em geral, terminam o curso mais do que os alunos de outras modalidades.

No quarto capítulo, foi feita a análise da parte empírica propriamente dita, a oferta das redes, bem como seu perfil enquanto política pública, no que tange ao público atingido (sexo, cor, idade e escolaridade). A metodologia utilizada abrangeu a pesquisa descritiva dos dados a qual descrevem as características das populações analisadas e servem para medir o nível de atendimento de certa política pública. As técnicas de análise utilizadas foram pesquisas bibliográficas e pesquisas documentais.

Para analisar a perfil, foi comparado o perfil dos egressos quanto à idade e escolaridade e o seu marco legal relativo à focalização do programa. A oferta foi estudada a partir de dois pontos de vista: o primeiro relacionou os três cursos com mais egressos nas microrregiões e suas vocações econômicas microrregionais, identificadas pelo estudo da Herkenhoff e Prates (2015). O segundo examinou a relação desses cursos com o movimento admissão desligamento de ocupações similares a eles no período analisado, através de dados do Cadastro Geral de Emprego e Desemprego (CAGED) do MTE.

A análise empreendida por este trabalho chegou a algumas conclusões. A primeira delas é que a perfil a que o programa se propõe em seu marco conceitual é atingida. Isto é, são atingidos pela política pública trabalhadores, estudantes da educação EJA e ensino médio bem como os beneficiários de programas de transferência de renda. Já a análise quanto ao perfil de saída desses egressos concluintes demonstrou em muitos casos que os cursos com maiores números de egressos não estavam

realmente aderentes às vocações econômicas da microrregião, segundo o estudo da Herkenhoff & Prates (2015). Os resultados demonstraram, para os anos analisados que o Pronatec atende bem às vocações econômicas da microrregião, principalmente àquelas microrregiões com maior população. Nestas, sua maior oferta impacta diretamente na provisão do serviço público. Já as microrregiões menores têm pouca variabilidade em seus cursos. O Sistema S como um todo, devido a sua própria conformação consegue atender as diferentes demandas microrregionais. Já os cursos técnicos oferecidos pela rede estadual e municipal e os institutos federais conseguem ir de encontro com tais demandas principalmente na microrregião de Belo Horizonte. No entanto, as outras não demonstraram estar aderentes ao que o mercado de trabalho estava precisando. Percebeu-se também que alguns cursos, em detrimento a outros, tiveram mais egressos e não necessariamente são cursos com maiores demandas, tais como assistente administrativo.

A análise do provimento da oferta de egressos ao mercado de trabalho também perpassou ao movimento de admissão e desligamento das ocupações da CBO 2002. Estas demonstraram que muitos cursos, apesar de não estarem como principais demandas microrregionais demonstraram movimentos de expansão na admissão das ocupações referentes a eles. Porém, as redes do SENAR e Federal, houve cursos que não expressavam uma ocupação propriamente dita. Seriam no máximo ou uma ocupação informal ou uma ocupação ainda nova.

Ao fim deste trabalho, são feitas também considerações finais acerca das dificuldades advindas da pesquisa. A primeira delas é a sistematização dos dados encontrados na base do Sistec. Estes, na maioria dos casos, estavam mal sistematizados, incompletos e com informações às vezes incorretas, o que levou a um esforço de limpeza na base de dados. Neste sentido, é interessante que a alta gestão peça aos gestores a maior fidedignidade no registro de tais informações, pois elas podem se tornar um dia instrumentos para a análise de políticas públicas e de avaliação. A segunda advém das dificuldades em se achar muitas pesquisas acerca do Pronatec. A emergência do tema torna-o interessante aos gestores públicos e neste sentido, este trabalho pode vir a contribuir de inspiração para novas avaliações e análises.

A partir da análise dos resultados, algumas recomendações podem ser feitas para a melhora do programa na sua operacionalização. A primeira recomendação advém da necessidade em procurar “casar” as necessidades do mercado de trabalho com os egressos que saem do programa, vale dizer que cada curso oferecido deve estar

lastreado seja em uma vocação econômica microrregional, seja em uma empresa a qual ofereceria ocupação garantida. A segunda recomendação se assenta no fato de que os dados advindos do Sistec devem ser utilizados de forma a gerar inteligência na provisão da política pública e, além disso, devem-se ter regras claras de pactuação e escolha dos cursos para cada microrregião. Por fim, deve-se ter uma oferta mais diversa dentre os cursos de cada rede ofertante, principalmente os cursos do SENAC, pois esta rede ofertante polariza a maior parte dos egressos.

## REFERÊNCIAS

AZEVEDO, Luiz Alberto; SHIROMA, Eneida Oto; COAN, Marival. **As políticas públicas para a educação profissional e tecnológica:** sucessivas reformas para atender a quem? Acesso em: 15 de maio. Disponível em: < <http://www.senac.br/media/20984/artigo3.pdf> >

AZEREDO, Beatriz; RAMOS, Carlos Alberto. **Políticas públicas de Emprego:** Experiências e Desafios. Planejamento e políticas Públicas – IPEA. Nº12. Brasília, DF, 1995.

BRASIL. Centenário Da Rede Federal De Educação Profissional E Tecnológica. Brasília, DF: 2009.

\_\_\_\_\_. Lei 11.180 de 23 de setembro de 2005. Institui o Projeto Escola de Fábrica, autoriza a concessão de bolsas de permanência a estudantes beneficiários do Programa Universidade para Todos – PROUNI, institui o Programa de Educação Tutorial – PET, altera a Lei no 5.537, de 21 de novembro de 1968, e a Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-Lei no 5.452, de 1º de maio de 1943, e dá outras providências.

\_\_\_\_\_. Lei nº 11.892, de 29 de Dezembro De 2008. Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, e dá outras providências.

\_\_\_\_\_. Lei 8.706 de 14 de setembro de 1993. Dispõe sobre a criação do Serviço Social do Transporte - SEST e do Serviço Nacional de Aprendizagem do Transporte - SENAT.

\_\_\_\_\_. Lei 12.513 de 26 de outubro de 2011. Institui o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec) e dá outras providências.

\_\_\_\_\_. Portaria 817, de 13 de agosto de 2015. Dispõe sobre a oferta da Bolsa-Formação no âmbito do Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego – Pronatec, de que trata a Lei nº 12.513, de 26 de outubro de 2011, e dá outras providências.

\_\_\_\_\_. **Pronatec Bolsa-Formação:** Uma Avaliação Inicial Sobre Reinserção no Mercado de Trabalho Formal. Brasília. 2015. Disponível em: < <http://www.spe.fazenda.gov.br/notas-e-relatorios/estudo-sobre-o-pronatec/relatorio-tecnico-nov2015.pdf> >. Acesso em: 30/04/2016.

\_\_\_\_\_. **Pronatec: perguntas frequentes.** Ministério da Educação, Brasília, 2016. Disponível em: < <http://portal.mec.gov.br/pronatec/perguntas-frequentes> >. Acessado em: 15 de maio de 2016.

\_\_\_\_\_. **RELATÓRIO TÉCNICO Pronatec Bolsa-Formação: Uma Avaliação Inicial Sobre Reinserção no Mercado de Trabalho Formal.** Ministério da Fazenda. Brasília, DF, nov. 2015. Acesso em: 15 de maio de 2016. Disponível em: < <http://www.spe.fazenda.gov.br/notas-e-relatorios/estudo-sobre-o-pronatec/relatorio-tecnico-nov2015.pdf> >.

\_\_\_\_\_. **Relatório de Auditoria Anual de Contas.** Disponível em: < <http://sistemas2.cgu.gov.br/relats/uploads/RA201406282.pdf> >. Acesso em: 15 de março de 2016.

BRESSER-PEREIRA, L. C. Estado e Subdesenvolvimento Industrializado. 1ª. ed. São Paulo: Editora Brasiliense, 1977. v. 1. 420p.

CASSIOLATO, Maria Martha M. C.; GARCIA, Ronaldo Coutinho. **Pronatec: Múltiplos arranjos e ações para ampliar o acesso à educação profissional.** Texto para discussão 1919. Brasília, DF, 2014. Acesso em: 10 de maio de 2016. Disponível em: < [http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/2406/1/TD\\_1919.pdf](http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/2406/1/TD_1919.pdf) > .

COLOMBO, Irineu Mario. **BRASIL PROFISSIONALIZADO: um programa que sistematiza na prática a educação profissional e tecnológica.** 2008 (Artigo). Acesso em: 10 de maio de 2016. Disponível em: < [http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf3/artigos\\_brasil\\_profissionalizado.pdf](http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf3/artigos_brasil_profissionalizado.pdf) >

CUNHA, Luiz Antônio. **O ensino industrial-manufatureiro no Brasil.** Revista Brasileira de Educação, Rio de Janeiro. n°14. Mai./Jun./Jul./ Ago. 2000. Acesso em: 5 de abril. Disponível em: < <http://www.scielo.br/pdf/rbedu/n14/n14a06> >

DE BONI, Maria Ignês Mancini; SALVADORI, Angela. **A reforma da educação profissional nos anos 90: uma Análise sobre as propostas e práticas no governo do Presidente Fernando Henrique Cardoso.** PUC-PR, Paraná.

HIRATA, H., FERREIRA, C., MARX, R., SALERNO. M. S. **Alternativas Sueca, Italiana E Japonesa Ao Paradigma Fordista: Elementos Para Uma Discussão Sobre O Caso Brasileiro.** Cadernos do CESIT. Texto para discussão n°4. Universidade de Campinas – Departamento de Economia, SP: 1991.

IBGE. **Divisões do Brasil em Mesorregiões e microrregiões geográficas.** Vol. 1. Rio de Janeiro, RJ: 1990. Acesso em: 6 de abril de 2016. Disponível em:

<[http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/monografias/GEBIS%20-%20RJ/DRB/Divisao%20regional\\_v01.pdf](http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/monografias/GEBIS%20-%20RJ/DRB/Divisao%20regional_v01.pdf)>

\_\_\_\_\_. **Censo Demográfico 2010**. Disponível em: <<http://www.censo2010.ibge.gov.br>>. Acesso em: 19 de maio de 2016.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

HERKENHOFF & PRATES. **A Formação Técnica Em Minas Gerais: Análise Da Oferta e Demanda**. Instituto de Tecnologia e Desenvolvimento de Minas Gerais — Belo Horizonte: 2015 (Documento interno da SEE-MG).

LACERDA, A. C. de; MARQUES, Rosa Maria; REGO, Jose Marcio; BORGES, Maria Angelica; BOCCHI, Joao Ildebrando. **Economia Brasileira**. 4. ed. São Paulo: Saraiva, 2010. v. 1. 304p.

MANFREDI, Silvia Maria. — Qualificação e educação: reconstruindo nexos e inter-relações. In: SAUL, Ana Maria & FREITAS, José Cleber. **Políticas públicas de qualificação: Desafios atuais**. São Paulo: Unitrabalho, 2006.

MARSHALL, Alfred. **Princípios de economia: Tratado Introdutório**. Vol. I. Ed. Nova Cultural Ltda. São Paulo, SP: 1996.

MORETTO, Amilton José. **O sistema Público de Emprego no Brasil: uma construção inacabada**. Tese (doutorado) – Universidade Estadual de Campinas, SP: 2007.

NUNES, Edson, A construção do insulamento burocrático e corporativismo e a nacionalização do clientelismo. In: **As quatro Gramáticas Políticas do Brasil: Clientelismo, Corporativismo e Insulamento Burocrático**, 4 Ed. Rio de Janeiro: Editora: Garamond Universitária, 2010.

OCDE. **Learning for Jobs**. Paris 2010. Acesso em: 15 de maio de 2016. Disponível em: <<https://www.oecd.org/edu/skills-beyond-school/Learning%20for%20Jobs%20book.pdf>>

\_\_\_\_\_. **Post-Secondary Vocational Education and Training: Pathways and Partnerships**. Paris 2012. Acesso em: 15 de maio. Acesso em 15 de maio de 2016. Disponível em: <<http://www.oecd-ilibrary.org/docserver/download/8912061e.pdf?expires=1465569869&id=id&accname=guest&checksum=76CEBE89FFD3E674DFFA7554ED54A043>>

\_\_\_\_\_. **Investing in Youth: Brazil**. Paris 2014. Acesso em: 15 de maio de 2016. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1787/9789264208988-en>>

PRONI, M. W. ; DEDECCA, C. S. (Org.). **Políticas Públicas e Trabalho: Textos para Estudo Dirigido**. Brasília: Ministério do Trabalho e Emprego, 2006. v. 1. 438p.

MONTAGNER, Paula; MULLER, Luiz Herberto (*orgs*). **Inclusão Produtiva: O que fez o Pronatec/Bolsa Formação entre 2011 a 2014**. Brasília, DF: 2015. (Caderno de Estudos Desenvolvimento social em Debate nº 24).

NEGROMONTE, Jussara Silva. **A construção do sistema público de trabalho, emprego e renda: a experiência internacional, os desafios do Brasil e o papel do Governo de Minas Gerais**. 2011. Monografia (Graduação em Administração Pública) - Escola de Governo Professor Paulo Neves de Carvalho - Fundação João Pinheiro, Belo Horizonte, 2011.

RAMOS, Carlos Alberto. **Políticas de Geração de Emprego e Renda: Justificativas Teóricas, Contexto Histórico e Experiência Brasileira**. Texto para discussão nº277. Brasília: Universidade de Brasília – Departamento de Economia – 2003. Disponível em: < <https://elizabetenunes80.files.wordpress.com/2010/03/gera-emp-renda.pdf> > . Acesso em: 16 de março de 2016.

RAMOS, Carlos Alberto. **Notas Sobre Políticas de Emprego**. Texto para discussão nº 471. IPEA. Brasília, DF. Abril de 1997. Disponível em: < [http://ipea.gov.br/agencia/images/stories/PDFs/TDs/td\\_0471.pdf](http://ipea.gov.br/agencia/images/stories/PDFs/TDs/td_0471.pdf)>. Acesso em: 10 de maio de 2016.

RIBEIRO, L. L. ; MENDES, J. T. N. ; MONTEIRO, M. S. ; VIANA, N. D. . **Projovem adolescente: breves considerações sobre seus aspectos normativos e conceituais que orientam sua implementação no município de Campos dos Goytacazes**. In: XIII Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social, 2012, Juiz de Fora - MG. XIII ENPESS Serviço Social, acumulação capitalista e lutas sociais: o desenvolvimento em questão, 2012.

RUA, Maria das Graças. **Políticas Públicas**. 2. ed. reimp. Florianópolis: Departamento de Ciências da Administração / UFSC, 2012.

SANTOS, Elinaldo Leal; CAIRES, Flávia Cristina Batista; SANTANA, Wesley Gusmão Piau; BATISTA, Fabrício Soares dos Santos. **Análise de Políticas Públicas: a Experiência do ProJovem Urbano na Cidade de Vitória da Conquista - Ba**. EnANPAD 2011. 4 a 7 de Set. Rio de Janeiro, RJ, 2011. Acesso em: 15 de maio. Disponível em: <<http://www.anpad.org.br/admin/pdf/APB319.pdf>>.

SEBRAE & DIEESE. **Anuário do trabalho na Micro e pequena empresa**. SEBRAE. Brasília, 2015. Disponível em:

<<http://www.sebrae.com.br/Sebrae/Portal%20Sebrae/Anexos/Anuario-do%20trabalho-na%20micro-e-pequena%20empresa-2014.pdf>> Acesso em 04 de maio de 2016>  
Acesso em: 20 de abril de 2016.

SENAR. Cartilha conhecendo o SENAR. 2015. Acesso em: 15 de maio. Disponível em:  
< <http://www.senar.org.br/sites/default/files/senar/cartilhaconhecendoSENAR.pdf> >

SOUZA, Celina et al. Políticas públicas: uma revisão da literatura. Sociologias, v. 8, n. 16, p. 20-45, 2006.

SOUZA, Flávio Eliziário de. **Educação profissional e tecnológica**: análise do Pronatec no campus de paraíso do Tocantins do IFTO. Palmas – TO, 2015. Tese de Programa de Pós-Graduação (Gestão de Políticas Públicas) - Fundação Universidade Federal do Tocantins, Palmas, 2015. Acesso em: 5 de abril. Disponível em: < <http://hdl.handle.net/11612/68> >.

WITTACZIK, Lidiane Soares. **Educação Profissional No Brasil**: Histórico. Atualidades Tecnológicas para Competitividade Industrial, Florianópolis, v. 1, n. 1, p. 77-86, 1º. sem., 2008. Disponível em: < <http://revista.ctai.senai.br/index.php/edicao01/article/download/26/21> >